

SÉRGIO AKIRA SATO FALA SOBRE GESTÃO ESTRATÉGICA DE RISCOS

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

GOVERNANÇA CLIMÁTICA

É TEMA DO PRESENTE.
MAS, O FUTURO JÁ CHEGOU!

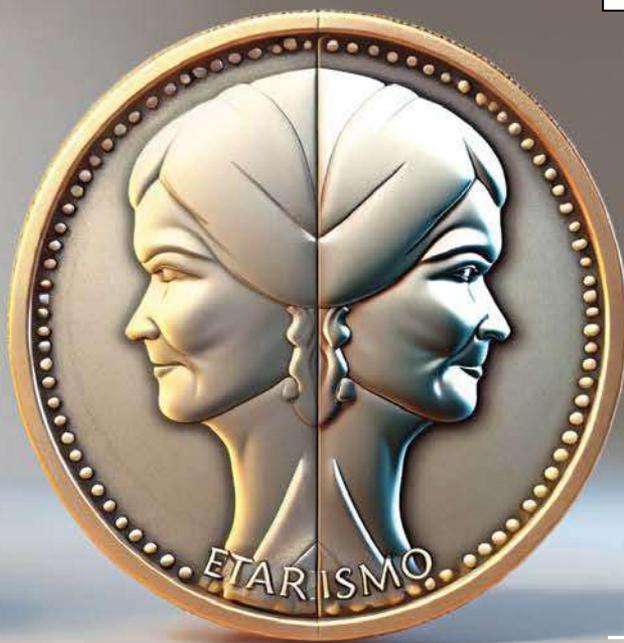
por VALÉRIA CAFÉ e CARLOS BIEDERMANN

nº 283
AGO 2024



EM PAUTA

ETARISMO



OS DOIS LADOS DA MOEDA

O aumento da longevidade traz desafios e oportunidades, exigindo um equilíbrio entre valorizar a experiência dos mais velhos e a necessidade de renovação e inovação nas organizações.

por **MARCELO MURILO**



Dexco

Deca

Portinari

Hydra

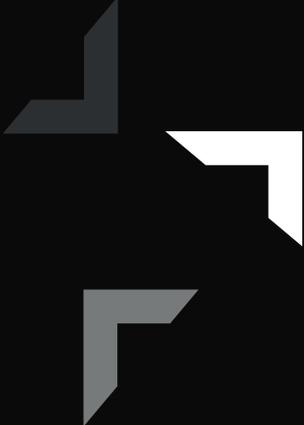
Duratex

Castelatto

Ceusa

DuraFloor





Viver ambientes.

A maior casa de marcas do Brasil
para **reforma, construção e decoração.**

O portfólio completo de soluções para
todas as necessidades e ambientes.



@dexco.oficial



dexcosa

www.dex.co



RI

nº 283 • Agosto 2024



04 Ponto de Vista
Remuneração da Administração:
A efetividade das Políticas de Clawback e Malus Rules
POR ROBERTO GOLDSTAJN

06 IBGC Comunica
Governança Climática é tema do presente. Mas, o futuro já chegou!
POR VALÉRIA CAFÉ E CARLOS BIEDERMANN



08 Orquestra Societária
Entrevista: **Sérgio Akira Sato**, especialista em Gestão Estratégica de Riscos Corporativos
POR CIDA HESS E MÔNICA BRANDÃO

16 Em Pauta
Etarismo: os dois lados da moeda
POR MARCELO MURILO

24 Gestão
Ambidestria: equilibrando Excelência Operacional e Inovação para o sucesso hoje e amanhã
POR RICARDO CASTRO

28 Voz do Mercado
A CVM e o uso da Tecnologia como forma de ampliação dos Direitos de Investidores
POR JOÃO PEDRO NASCIMENTO

32 Relações com Investidores
CFA Society Brazil enfatiza relevância do **ESG na conexão do RI com Buy e Sell Side**
POR ALESSANDRO DA MATA

36 Convergência Contábil
IFRS S1 e S2: o que há embaixo do iceberg?
POR MARINA MITIYO YAMAMOTO E JENNIFER ALMEIDA

40 Espaço APIMEC Brasil
Importância da avaliação da Criação de Valor & Geração de Riqueza na Empresa para as indicações de investimentos
POR OSCAR MALVESSI

44 Governança
Conselhos de Buda e Papa Francisco para a boa Governança
POR ANA PAULA CANDELORO

48 Educação Financeira
O advento da **Informação Nugget**
POR JURANDIR SELL MACEDO

51 IBRI Notícias
25º. Encontro de RI debate Mudanças Regulatórias, Novas Tecnologias e Desafios Globais
POR JENNIFER ALMEIDA E RODNEY VERGILI

79 Opinião
A importância do conhecimento em ESG para integrar Conselhos e Comitês nas Empresas
POR ROBERTO GONZALEZ

REVISTA RI[®]

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.
Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511
20020-000 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: André Vasconcellos, Cida Hess, Eduarda La Rocque, Eliane Lustosa, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Mônica Brandão, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa, Sonia Consiglio e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuetDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

QUAIS **DOCUMENTOS REGULATÓRIOS** SUA EMPRESA PRECISA DE SUPORTE?



Formulário de
Referência - **FRE**



Informações
Trimestrais - **ITR**



Demonstrações
Financeiras
Padronizadas - **DFP**



Formulário
Cadastral - **FCA**

A **Luz Capital Markets** facilita o *input* de dados dos formulários regulatórios requeridos no sistema EMPRESAS.NET.

**Conheça nossas soluções
para atingir suas metas**



luzcm.com.br



REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A efetividade das Políticas de Clawback e Malus Rules

Na esteira dos recentes escândalos corporativos envolvendo empresas de capital aberto por conta de condutas nocivas aos interesses dos atores envolvidos no mercado de capitais brasileiro, a B3 lançou, recentemente, consulta pública para aperfeiçoamento do Regulamento do Novo Mercado avaliando-se diversos pontos.

por **ROBERTO GOLDSTAJN**

Dentre os quais elencamos aqueles que garantam maior idoneidade e transparência dos negócios em prol da segurança dos investimentos realizados via mercado de valores mobiliários, quais sejam:

- *Maior alinhamento da atuação da alta administração e seus comitês estratégicos em prol dos interesses da companhia; e*
- *Remuneração da Administração (Clawback Rule e Malus Rule)*

A consulta pública em questão submete ao mercado análise da importância da limitação de participação de conselheiros de administração em várias sociedades de forma a garantir o tempo hábil necessário para dedicação e desenvolvimento de atividades técnicas e comportamentais que garantam bom retorno aos acionistas e investidores, bem como, atendam aos interesses de todos os atores envolvidos no mercado de valores mobiliários, isto é, foquem investimentos que levem ao aumento da produção, por exemplo.

Vale lembrar que a conduta acima está de acordo com as recomendações feitas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa que, até o presente momento, não fixou limites ao número de empresas para atuação das pessoas como conselheiro de administração.



A consulta pública em questão submete ao mercado análise da importância da limitação de participação de conselheiros de administração em várias sociedades de forma a garantir o tempo hábil necessário para dedicação e desenvolvimento de atividades técnicas e comportamentais que garantam bom retorno aos acionistas e investidores.



Insta, também, destacar ponto que estabelece número de mandatos e o mínimo de profissionais atuantes como conselheiros independentes a fim de manter oxigenado o Conselho de Administração com novas ideias e práticas necessárias para a continuidade das atividades empresariais.

Além disso, a B3 consulta o mercado sobre a conveniência de inclusão na pauta de atualização do Regulamento do Novo Mercado de importante Política conhecida como Recuperação de Remuneração Variável (“Clawback Rule”) alinhada com as boas práticas internacionais já existentes em mercados de valores mobiliários mais maduros como Estados Unidos da América, Holanda e Reino Unido.

Vale a pena transcrever os conselhos do ICGN dentro de seus Princípios de Governança Global:

“As empresas devem incluir disposições nos seus planos de incentivos que permitam à empresa reter o pagamento de qualquer quantia (‘malus’), ou recuperar quantias pagas (‘clawback’), em caso de falta grave ou de distorção material nas demonstrações financeiras da empresa.” - <https://www.icgn.org/icgn-global-governance-principles>, pág. 21.

Com efeito, de acordo com as boas práticas internacionais, as companhias devem buscar mecanismos que resguardem os interesses do mercado de valores mobiliários em caso de graves distorções financeiras, má conduta de seus agentes mediante a retenção ou recuperação de pagamento de remuneração variável atreladas as metas alcançadas e anteriormente estabelecidas pela alta administração/controladores.

Parte desta prática já é bastante comum nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tal como se depreende dos artigos 2º, 4º e 5º da Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010 - e alterações posteriores – que, resumidamente, exigem políticas de remuneração compatível com aquelas de gestão de riscos de sorte a coibir comportamentos nocivos à saúde financeira das instituições financeiras visando a atender única e exclusivamente interesses particulares sem levar em consideração os resultados reais e as suas estratégias de médio e longo prazo e seus impactos futuros.

Ora, como é sabido por todos, muitos agentes manipulam resultados para garantir suas remunerações variáveis sem o efetivo resultado obtido pela sociedade empresária. E como garantir o correto pagamento de remunerações variáveis que não comprometam a segurança da continuidade das atividades da empresa?



As empresas devem incluir disposições nos seus planos de incentivos que permitam à empresa reter o pagamento de qualquer quantia (‘malus’), ou recuperar quantias pagas (‘clawback’), em caso de falta grave ou de distorção material nas demonstrações financeiras da empresa.



O Conselho de Administração, lembre-se, eleito pelos acionistas, deve:

- Estabelecer metas de crescimento objetivas e possíveis de médio e longo prazo alinhadas às boas práticas de mercado; e
- Monitorar de perto, com apoio do Comitê de Remuneração e de robustas soluções sistêmicas, a efetividade dos resultados através do ingresso real dos recursos no caixa da companhia antes de liberar os bônus para quem deles faça jus.

Dessa forma, a inovação sugerida pela B3 exigirá maior eficiência dos conselheiros de administração, inclusive de empresas de capital fechado, para resguardar os interesses de todos os atores sociais envolvidos no mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como trará idoneidade, segurança e transparência mediante adoção das Políticas de “Clawback” e “Malus Rules”. **RI**



ROBERTO GOLDSTAJN

é advogado atuante no segmento jurídico empresarial, com ampla vivência em projetos de “Compliance”, Governança Corporativa e “Legal” com foco em identificação de oportunidades e mitigação de riscos corporativos. Experiência como integrante independente de Conselhos Consultivos de Empresas, Negócios Sociais e Organizações da Sociedade Civil.
rgoldstajn@gmail.com

GOVERNANÇA CLIMÁTICA É TEMA DO PRESENTE. MAS, O FUTURO JÁ CHEGOU!

O Rio Grande do Sul sofreu e sofre com inundações históricas, que atingiram boa parte de suas cidades desde o início de maio. Pontes e rodovias foram destruídas, estão contabilizados mais de 160 mortos e mais de 500 mil pessoas foram desalojadas. Em dez dias, o Estado registrou o equivalente a três meses de chuva.

por **VALERIA CAFÉ** e **CARLOS BIEDERMANN**

Embora seja impossível prevenir completamente as enchentes, existem várias medidas que poderiam minimizar seu impacto e proteger vidas humanas. São elas: melhor planejamento urbano, cuidados com o assoreamento dos rios, educação e conscientização ambiental, investimento em políticas públicas para melhoria da infraestrutura de drenagem, efetivo tratamento de resíduos e implementação de sistemas de alerta precoces e desocupação prévia de áreas de risco.

Estratégias como as mencionadas acima são consideradas ações de adaptação, pois visam antecipar os efeitos das mudanças climáticas. Mas, elas só são possíveis por meio de um

bom planejamento, focado na redução dos efeitos de eventos meteorológicos extremos, cada vez mais frequentes.

Tudo isso nos leva à conclusão de que a tragédia que ocorre no Rio Grande do Sul é exemplo do que poderia ser evitado. E, invariavelmente, é resultado de problemas até hoje ignorados ou mal-administrados por todos os estados brasileiros.

Conselhos de administração e demais lideranças têm papel relevante no processo de gestão de riscos e, especialmente, no tratamento de crises, no sentido mais amplo possível, incluindo os riscos não gerenciáveis, como

os eventos climáticos extremos, que podem afetar direta e indiretamente os negócios e todos os stakeholders, incluindo funcionários e suas famílias.

Identificados os riscos, é preciso traçar planos efetivos de mitigação, que sejam cumpridos pela gestão e revisitados de tempos em tempos. Essas discussões podem incluir até a realocação de determinadas operações.

No caso do Rio Grande do Sul, a improvisação foi necessária. Porém, não se justifica que organizações responsáveis não tenham claro o gerenciamento de crises, inclusive as geradas por eventos climáticos extremos como o ocorrido.

QUAL CAMINHO SEGUIR?

O Fórum Econômico Mundial desenvolveu, em 2019, os oito princípios de Governança Climática, para elevar o debate estratégico sobre o tema de maneira a incorporar as questões climáticas nas estruturas e processos de gestão das organizações, inclusive nos conselhos de administração. O intuito é conscientizar os colegiados sobre os riscos e oportunidades que o aquecimento global representa para as empresas e a sociedade como um todo.

Em 2021, o IBGC trouxe a iniciativa para o País, por meio do Chapter Zero Brazil, de modo a conscientizar e impulsionar uma liderança ágil e responsável no desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação climática.

Com outras organizações da sociedade civil, o instituto, por meio do Chapter Zero Brazil, trabalha para que conselhos de administração e diretorias executivas impulsionem as empresas a acelerarem estratégias voltadas à mitigação de carbono e redução de riscos.

Mas, os resultados ainda não são condizentes com o discurso das organizações e os esforços do Terceiro Setor. Alguns dados merecem bastante atenção:

- Pesquisa do IBGC entre conselheiros e diretores de empresas sobre Governança Climática mostrou que 90% dos entrevistados ainda não têm sua remuneração vinculada a métricas de transição climática.
- Por outro lado, 42,9% deles já incluíram as alterações climáticas na sua avaliação de riscos e na estratégia central do negócio, uma vez que essa avaliação será obrigatória para as empresas listadas a partir de 2026.
- Ainda assim, 45,8% dos entrevistados acreditam que

a transição climática é assunto somente da área de sustentabilidade. Talvez por isso, 49,5% deles não concordem que deva haver um plano de trabalho para engajar todas as áreas e colaboradores da empresa.

- Os resultados mostram que 87,8% dos conselheiros não consideraram, em sua estratégia, pelo menos 2 cenários futuros relacionados às mudanças climáticas. Também 50,5% dos conselhos informaram que suas organizações não estabeleceram uma meta para atingir emissões de carbono zero e 53,3% informaram que a empresa não conta com planos de ação de curto e médio prazo para redução das emissões.
- 46,3% não possuem um plano de adaptação para lidar com as mudanças climáticas e 53,3% não consideram as questões climáticas nas suas decisões de investimentos e nem pensam no mercado de carbono como uma possibilidade. Por último, apenas 27,1% dos entrevistados afirmaram que as suas empresas anunciam os seus planos de ação climáticos baseados em métodos e métricas científicas.

O PAPEL DOS CONSELHOS

O conselho deve assegurar que sua composição seja suficientemente diversa em conhecimento. A matriz de competências deve incorporar aspectos climáticos para que eles sejam reverberados em sua estrutura e em seus comitês.

Também é papel do conselho analisar riscos, assegurar que o clima integre o seu planejamento estratégico e avaliar a remuneração dos executivos vinculada a métricas de transição climática. Deve, ainda, divulgar essas informações de modo consistente e transparente e manter diálogos com o ecossistema e o mercado em que atua.

Com o uso de novas tecnologias, é possível transformar a cadeia de valor, mitigar riscos, adaptar-se à nova realidade, desenvolver produtos e serviços sustentáveis e evitar que novas catástrofes como a que vimos no Rio Grande do Sul aconteçam. Ou, no mínimo, que lideranças estejam adequadamente preparadas para enfrentar situações como essas. **RI**

VALERIA CAFÉ e **CARLOS BIEDERMANN** são, respectivamente, Diretora-Geral do IBGC; e Conselheiro de Administração.
comunicacao@ibgc.org.br

Sérgio Akira Sato

Sócio-fundador, **Arew Sistemas** e **InFormaSeg**
Especialista em gestão estratégica de riscos corporativos

Como a gestão estratégica de riscos pode prevenir tragédias como a do Rio Grande do Sul?

Na edição anterior, dedicada, em caráter extraordinário, aos recentes eventos climáticos no Rio Grande do Sul, demonstramos, entre outros tópicos, como a gestão estratégica de riscos se tornou crítica para organizações públicas e privadas. Em função de sugestões recebidas quanto ao aprofundamento do tema riscos, optamos por adiar o fechamento do projeto *ESG: Uma partitura que está sendo escrita*, para melhor explorarmos a importância da gestão estratégica de riscos em caso de eventos extremos. Sendo assim, nesta edição, entrevistamos o especialista **Sérgio Akira Sato**, que nos honra não apenas com os seus conhecimentos sobre riscos, mas com preciosos *insights* sobre os fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, e sobre como o futuro pode ser diferente, com gestão estratégica de riscos.

por **CIDA HESS** e **MÔNICA BRANDÃO** | foto: **KEPLER PALHANO**

Quanto à entrevista a seguir, destacamos alguns tópicos para os nossos leitores, os quais poderão perceber como o nosso entrevistado coloca luz sobre questões centrais, como:

1. a visão geral da gestão de riscos que as organizações de todos os tipos e tamanhos deveriam ter, bem como o passo a passo para mitigar ou eliminar riscos.
2. aspectos específicos relacionados a organizações da Administração Pública;
3. impactos das mudanças climáticas na gestão de riscos das organizações públicas e privadas;
4. principais causas das enchentes recorrentes no Rio Grande do Sul;
5. papel da infraestrutura urbana na prevenção de enchentes; e,
6. políticas públicas e ações públicas e privadas para prevenir enchentes, especialmente em áreas urbanas.

Sérgio Akira Sato é sócio fundador da Arew Sistemas - há mais de três décadas, antecipando a revolução da Cloud Computing com soluções inovadoras em software empresarial, onde atua como Diretor de Negócios. Especialista em gestão estratégica de riscos corporativos e soluções em tecnologia. Sócio fundador e Diretor Executivo da InFormaSeg. Foi Diretor de Tecnologia de Informação na Prefeitura de Atibaia (2001 a 2005).

Conselheiro certificado pela Board Academy, atua na excelência em governança corporativa e compartilhamento do conhecimento como professor na pós-graduação do Mackenzie. Seu compromisso vai além da educação formal, estendendo sua influência e liderança a jovens em situação de vulnerabilidade social, buscando inspirar e mentorar a próxima geração a caminhar com integridade, visão estratégica e uma dedicação incansável à inovação.

Graduou-se em Análise de Sistemas, possui uma rica base em Matemática Aplicada à vida e mestrado em Engenharia Mecânica pela UNICAMP, em processos de fabricação e aumento da produtividade do bioetanol a partir do plantio da cana-de-açúcar, integrando tecnologia, inovação e sustentabilidade.

Conselheiro Fiscal e membro do Comitê Econômico e Auditoria (CEA) da FNQ. Presidente do Comitê de Governança Corporativa e conselheiro consultivo do Grupo Elite. Palestrante e coautor dos livros *Inspiração e Legado* e *Mentes Brillhantes na Gestão de Negócios*, ambos da Editora Elite (03/2024) e *Os Conselheiros*, volume IV da Editora Board Academy (07/24).

Ao final de algumas de suas respostas, Sérgio Akira Sato, como estudioso professor e bom incentivador dos estudos que é, presenteia os leitores com sugestões que podem ser muito úteis para aqueles que desejarem se aprofundar em gestão estratégica de riscos.

Após esta breve introdução, passemos à entrevista.

RI: Como o senhor visualiza a gestão estratégica de riscos de uma organização, de forma mais ampla?

Sérgio Akira Sato: A gestão estratégica de riscos deve ser abrangente, integrando tanto os riscos internos quanto os

externos que podem impactar a organização. É fundamental abordar a gestão de riscos de forma sistemática e contínua, garantindo que cada atividade, por menor que seja, seja avaliada quanto aos possíveis riscos. Vale lembrar que a gestão de riscos deve ter como objetivo principal e acima de tudo os 3 P's da proteção: proteção à pessoa, em primeiro lugar, proteção ao produto e proteção ao patrimônio. Ao protegermos o produto, protegemos seus consumidores e, portanto, as pessoas; e ao protegermos o patrimônio, protegemos os produtos e, conseqüentemente, as pessoas. É essencial identificar e entender os riscos internos. Estes podem ser causados por falhas humanas, como falta de treinamento, desconhecimento, negligência, imperícia ou imprudência. Conhecer e mitigar esses riscos internos é um passo fundamental à gestão de riscos eficaz. Além dos riscos internos, é crucial prever e avaliar os riscos externos que podem afetar o negócio e estes nem sempre estão evidentes, claros e explícitos. Esses riscos podem incluir mudanças no mercado, novas regulamentações, desastres naturais, entre outros. A análise estratégica deve incluir a medição e o monitoramento de todos esses riscos, internos e externos. Como William Edwards Deming afirmou, "aquilo que não é medido não pode ser controlado". Portanto, medir e monitorar indicadores de risco é fundamental para qualquer programa de gestão de riscos. Isso inclui a identificação de não conformidades, quase incidentes, incidentes, acidentes, emergências, crises e catástrofes. Cada tipo de risco deve ser analisado quanto ao seu impacto potencial na organização. Riscos sistêmicos, que afetam várias partes da organização simultaneamente, podem ter conseqüências particularmente graves. Por exemplo, uma simples não conformidade, como a falta de um adesivo antiderrapante em uma área propensa a acidentes, pode levar a conseqüências significativas se resultar em um incidente grave. A gestão estratégica de riscos deve ser um processo contínuo e integrado, que envolve a identificação, medição e mitigação de riscos internos e externos. Somente através de uma abordagem estruturada e abrangente podemos garantir a resiliência e a sustentabilidade da organização no longo prazo.

(*) *Sugestão de leitura: Martins, A. R. (2021). Os 3 P's da Proteção: Uma Abordagem Holística. Revista de Gestão de Riscos, 15(2), 45-60.*

RI: Qual seria o passo a passo e o que é imprescindível para garantir a mitigação ou eliminação dos riscos?

Sérgio Akira Sato: Para mitigar os riscos, é fundamental seguir o processo instituído pela norma ISO 31000, que é uma norma internacional não certificável, fornecendo diretrizes

e princípios para a gestão de riscos em qualquer tipo de organização. O processo segue os sete passos da excelência na prevenção do risco, que são: 1) Comprometimento da alta direção; 2) Estabelecimento do contexto interno, externo e seus critérios; 3) Avaliação dos riscos – estabelece os pontos de gestão e controle: Identificação; Análise; Avaliação; 4) Tratamento dos riscos: Estratégia de tratamento; Plano de ação do tratamento; 5) Comunicação e distribuição dos dados; 6) Monitoramento e análise crítica; e 7) Processo de melhoria contínua PDCA (*plan-do-check-act*): Uso de uma plataforma que permita manter o controle, gestão dos prazos, alertas e a comunicação e distribuição de dados e informações à organização e Documentação e registro de todas as etapas do processo para garantir o estudo de cada risco e sua evolução de tratamento ao longo do tempo.

(*) *Sugestão de leitura: Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR ISO 31000: Gestão de riscos - Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.*

RI: No caso de organizações da Administração Pública, quais aspectos seriam específicos ou adicionais?

Sérgio Akira Sato: Como já passei pela Administração Pública, é muito importante abordar esta questão, pois permite explicitar detalhes que diferenciam o setor público da iniciativa privada. Um dos principais aspectos específicos está relacionado às contratações necessárias para realizar ações de tratamento do risco. Quando a Administração Pública se depara com uma questão de tratamento do risco, onde não tem o domínio do tema, é necessária uma contratação externa. Essas contratações eram regidas pela Lei 8.666/1993, que tratava de licitações e contratos administrativos. No entanto, essa Lei foi substituída pela Lei nº 14.133, sancionada em 1º de abril de 2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Para quem já viveu a Administração Pública, fica claro que não adianta o time de gestão de risco classificar um risco como severo e definir que seu tratamento precisa ser imediato, se a contratação de uma empresa especialista no tratamento deste risco precisa passar pelo rito de contratação definido pela Lei 14.133/2021. Esta lei estabelece modalidades, prazos, análises, publicações de edital, entre outros detalhes, que tornam o processo de contratação pública complexo, moroso e, quando mal definido e mal administrado, gerando contratações insuficientes para resolver o problema, ou até mesmo causando impacto no atraso das contratações e dando margem e espaço para novos eventos, até que a contratação seja concluída. Às vezes, tardiamente para o desastre que não tem data e hora para



As mudanças climáticas inseriram uma nova variável nos indicadores de riscos e seus tratamentos nas organizações. É importante evidenciar que as organizações privadas são mais impactadas, à medida que dependem de recursos naturais para a sobrevivência do negócio, ou quando o ambiente externo tem muita influência na continuidade do negócio, podendo ser impactado por desastres naturais.



chegar e cuja prevenção é sempre tardia. Isso significa que não é possível fazer? Em absoluto, não. A questão principal aqui é que, com planejamento, é possível realizar qualquer coisa na Administração Pública. A Lei é uma garantia para evitar desvios, corrupção, contratações direcionadas e favorecimentos.

RI: Como as mudanças climáticas estão impactando a gestão de riscos das organizações privadas e públicas?

Sérgio Akira Sato: As mudanças climáticas inseriram uma nova variável nos indicadores de riscos e seus tratamentos nas organizações. É importante evidenciar que as organizações privadas são mais impactadas, à medida que dependem de recursos naturais para a sobrevivência do negócio, ou quando o ambiente externo tem muita influência na continuidade do negócio, podendo ser impactado por desastres naturais. Vou tentar ser mais claro: em novembro de 2015, na cidade de Mariana-MG, houve um estouro de barragem. Alguns anos depois, em janeiro de 2019, ocorreu outro, em

Brumadinho-MG. Nestes dois casos, os riscos já eram conhecidos, mas não eram considerados desastres naturais. No entanto, esses eventos podem ser afetados por desastres naturais, como aconteceu com a Barragem do Algodão, em 2009, na cidade de Cocal, no Piauí, e a Barragem de Janaúba, em 2014, na cidade de Janaúba, Minas Gerais, ambas afetadas por chuvas intensas. Um exemplo mais recente é o dique (muro de contenção) construído para proteger a cidade de Porto Alegre de enchentes e inundações, que foi insuficiente diante do volume de água gerado pelas intensas chuvas de 2024. Esses exemplos demonstram a necessidade de incorporar as mudanças climáticas na gestão de riscos, adotando medidas preventivas e de mitigação para lidar com eventos climáticos extremos. Isso inclui a revisão e reforço de infraestruturas, desenvolvimento de planos de contingência e a implementação de tecnologias de monitoramento climático.

RI: Em sua opinião, quais são as principais causas das enchentes recorrentes no Rio Grande do Sul?

Sérgio Akira Sato: As enchentes do Rio Grande do Sul já são consideradas um dos maiores desastres naturais ocorridos no Brasil, com impactos devastadores em inúmeras cidades e na vida de centenas de brasileiros. O que mais deve ser considerado é que nenhum outro desastre natural fez desaparecer praticamente a cidade em quase sua totalidade, a exemplo do que ocorreu em alguns casos, como Estrela e Roca Sales. As enchentes no Rio Grande do Sul são causadas por uma combinação de fatores naturais e humanos. As cidades ao longo do Vale do Taquari e às margens do Rio Guaíba e da Lagoa dos Patos são particularmente vulneráveis, devido à sua localização ao nível da água. A construção em áreas de risco, sem a devida consideração das leis de uso e ocupação do solo, agravou a situação. Eu me recordo, quando participei do Plano Diretor do meu município de Atibaia, em 2002, quando o Sr. Sérgio Zaratini, muito conhecido e experiente na construção de planos diretores, como para a cidade de São Paulo e seus arredores, foi enfático em exigir que nós colocássemos no planejamento de aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo uma margem de segurança para a construção de aproximadamente 600 a 1.000 metros de distância de córregos. E principalmente, finalizou dizendo: *se o homem invadir a várzea, a várzea vai invadir o homem e reocupar o seu espaço*. Ou seja, aterrar, subir muros de contenção é quase como tentar dominar um risco que está fora do nosso controle e das variáveis da gestão de riscos. Portanto, pensar estrategicamente na gestão de riscos é considerar que estes riscos, quase incontroláveis, precisam ser tratados “criticamente” e que em seu controle, gestão e tratamento não pode haver falhas, pois qualquer falha será catastrófica. E precisamos



As enchentes no Rio Grande do Sul são causadas por uma combinação de fatores naturais e humanos. As cidades ao longo do Vale do Taquari e às margens do Rio Guaíba e da Lagoa dos Patos são particularmente vulneráveis, devido à sua localização ao nível da água. A construção em áreas de risco, sem a devida consideração das leis de uso e ocupação do solo, agravou a situação.



começar a considerar que as catástrofes quase sempre ocorrem por uma somatória de falhas que são exponenciadas conforme seu grau de gravidade e, não simplesmente, pela soma de “2 + 2”, mas sim, pela soma “2 + 2^3 + 2^4” e assim por diante. Historicamente, as chuvas intensas têm sido um problema recorrente, como a enchente de 1941 ocorrida no Rio Grande do Sul, que atingiu 4,76 m após 22 dias de chuvas contínuas (BBC). Em 2024, a mesma marca foi alcançada em apenas sete dias de chuvas intensas, indicando um aumento na severidade dos eventos climáticos. Assim, para a proteção à pessoa, ou à vida, na sua mais humilde forma, requer-se um trabalho árduo de gestão, de controle e de monitoramento contínuo, ininterrupto e sem falhas. Sem ser leviano, dentre as várias causas, podemos considerar algumas de maior relevância apontadas pela mídia, que divulgou decisões judiciais na proibição da exploração na dragagem do rio Guaíba e da exploração da areia por empresas, baseadas em ações ambientais e recomendações do Ministério Público. Antes era permitido que a iniciativa privada explorasse o rio

Guaíba fazendo a dragagem do rio e comercializasse a areia retirada de seu fundo. Assim ao ter esta permissão, a empresa explorava um recurso natural como uma extração de minério, contribuía para o aumento do calado do rio, ou seja, aumentava a profundidade e a capacidade de armazenamento do rio. Ao proibir, é como se disséssemos, “vai diminuir o piscinão do Guaíba”. O que não foi analisado na lei é que ao proibir a exploração, a sentença de inundação era líquida e certa. As proibições foram fundamentadas em legislações ambientais que visam proteger os ecossistemas e a qualidade da água, bem como evitar a degradação do rio; no entanto, o que também ocorreu foi a diminuição do calado do rio, o que agrava o reservatório em eventos de grande proporção como estes que ocorreram recentemente. Podemos também citar que apenas quatro das 23 casas de bombeamento de água de inundação estavam funcionando neste evento (Exame), mesmo considerando que as chuvas excediam a capacidade das 23 casas. Temos de lembrar que houve dois eventos de chuvas intensas no Rio Grande do Sul, em setembro e novembro de 2023 e, em nenhum deles, as casas de bombas estiveram em pleno funcionamento. No entanto, uma vez que o desastre é iminente, é imprescindível que todo o processo de gestão de riscos seja realizado sem falhas e utilizando o PDCA (*plan-do-check-act*), pois o risco é dinâmico e muda dia após dia, alterando-se a sua configuração inicial, que precisa ser revisada periodicamente. Principalmente naqueles eventos em que a interferência externa cria perturbações naturais, de ordem caótica, que não seguem uma regra lógica. Resumindo, não houve monitoramento periódico que oferecesse garantia de funcionamento pleno das casas de bombas, das comportas e de todo processo de proteção e prevenção às cheias e que foi claramente demonstrado pela inoperância dos métodos de mitigação de riscos. O que garante a qualidade desse processo? Simples, ainda que não necessariamente fácil: calcular, monitorar e determinar uma nota de risco mínima e garantir que esta nota nunca esteja abaixo do mínimo, sempre norteando que tal nota mínima garanta o menor impacto para a vida das pessoas.

(*) *Sugestões de leitura: artigos Porto Alegre tem apenas 4 das 23 estações de bombeamento funcionando (Exame), Falta de dragagem no Guaíba e em rios é uma das responsáveis pela cheia em Porto Alegre (Rádio Guaíba) e “Foi assustador”: carta de 83 anos detalha estragos da grande enchente de 1941 no Rio Grande do Sul (BBC).* <https://exame.com/brasil/porto-alegre-tem-apenas-4-das-23-estacoes-de-bombeamento-funcionando/>. <https://guaiba.com.br/2024/05/22/falta-de-dragagem-no-guaiba-e-em-rios-e-uma-das-responsaveis-pela-cheia-em-porto-alegre-diz-vice-prefeito/>. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2898rxg1j9o#:~:text=Na%20enchente%20de%20maio%20de,dias%20de%20chuvas%20naquele%20m%3AAAs>



A infraestrutura urbana precisa ser pensada antes de ser ocupada. A prevenção de enchentes é um problema anterior à chegada do homem em qualquer região; portanto, ocupar uma área que fica próxima ao nível de lagos, córregos, rios ou margem litorânea nas praias ou mesmo próxima de encostas requer planejamento.



RI: Que papel a infraestrutura urbana desempenha na prevenção de enchentes?

Sérgio Akira Sato: Talvez a questão mais incômoda que merece atenção na resposta é: a infraestrutura urbana precisa ser pensada antes de ser ocupada. A prevenção de enchentes é um problema anterior à chegada do homem em qualquer região; portanto, ocupar uma área que fica próxima ao nível de lagos, córregos, rios ou margem litorânea nas praias ou mesmo próxima de encostas requer *planejamento*. Precisa de uma avaliação do Poder Público, na liberação da ocupação e no seu monitoramento constante, garantindo assim a ocupação segura e não perdendo de foco as desapropriações de ocupações irregulares logo no início, evitando processos morosos nas áreas de riscos. A garantia desta avaliação, novamente, *esbarra* em uma (por vezes, mais de uma) *nota*, gerada como um indicador, dado através de estudos mais aprofundados de uso e ocupação ordenada do solo, dentre os quais podemos citar: 1) Índice de Vulnerabilidade a Desastres Naturais (IVDN): Avalia a exposição e a capacidade de resposta de uma área a diferentes tipos de desastres naturais. 2) Índice de Uso do Solo Seguro (IUSS): Mede a proporção de áreas ocupadas que estão fora das zonas de risco identificadas. 3) Índice de Resiliência Urbana (IRU): Avalia a capacidade das

áreas urbanas de se recuperarem rapidamente após eventos adversos, levando em conta infraestrutura, serviços públicos e planos de emergência. 4) Taxa de Ocupação de Áreas Seguras (TOAS): Calcula a porcentagem da população ou das edificações localizadas em áreas classificadas como seguras. 5) Índice de Planejamento e Zoneamento (IPZ): Avalia a eficácia das políticas de uso do solo e zoneamento na prevenção da ocupação de áreas de risco.

(*) Sugestão de leitura: OLIVEIRA, J. M.; SILVA, A. P. *Gestão de riscos urbanos: um estudo de caso no Rio Grande do Sul*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 120-135, abr./jun. 2022

RI: Quais políticas públicas, a seu ver, seriam necessárias para prevenir enchentes em áreas urbanas?

Sérgio Akira Sato: Monitorar a ocupação, periodicamente, através da aerofotogrametria, acompanhando a evolução da ocupação, seja via satélite, avião ou drone. Garantir a proteção à pessoa e, por conseguinte, à vida, além de ser um direito, é um dever constitucional que deve ser cumprido pelo Poder Público. Agir na prevenção da ocupação em áreas de riscos é sempre mais barato. Criar e implementar políticas públicas é muito melhor, mas, infelizmente, pode receber pouca atenção. Se considerarmos apenas enchentes, um bom mapa altimétrico da região mostra o dano estimado em enchentes, mostra os pontos de fuga, regiões de abrigo, um estudo que vale a pena conhecer. No caso do Rio

Grande do Sul, em que já existem os muros de contenção, casas de bombas e comportas, é preciso garantir seu pleno funcionamento, através de um processo de monitoramento contínuo periódico, um sistema de manutenção adequada e um sistema de substituição imediata das peças que ofereçam falhas, que envelheçam, bem como sua substituição por equipamentos mais modernos e mais seguros à medida que sejam inovados.

RI: Quais as ações públicas e privadas devem ser adotadas para preparar melhor as cidades para eventos de enchentes, de forma genérica?

Sérgio Akira Sato: Estabelecer o contexto, elencar e analisar os riscos, avaliar os riscos periodicamente, monitorando sua nota (quanto mais alta, pior) e fazendo com que essa nota, a cada avaliação periódica, seja menor que a anterior. A nota pode ser estabelecida por bairro ou região e suas médias se traduzem na nota de risco da cidade. No caso em particular do Rio Grande do Sul, essa nota de risco poderia refletir a média de todas as cidades que podem ser afetadas pelos rios Taquari, Guaíba e pela Lagoa dos Patos, considerando-se apenas estes exemplos neste artigo, em caráter ilustrativo. Assim, para melhorar a média, precisa-se buscar a melhoria contínua em todas as cidades e suas condições de evasão das áreas de risco, seus planos de emergência, seus planos de ação contínuos de melhorias, a preparação de planos de contingência e de abrigos, bem como de recuperação rápida da cidade. **RI**



CIDA HESS

é Assessora da Presidência da Prodesp para Negócios Estratégicos. Sócia fundadora da Orquestra Societária Business. Palestrante e mentora. Doutora em Engenharia de Produção, com foco em Sustentabilidade, pela UNIP/SP, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCSP, economista e contadora, com MBA em finanças pelo IBMEC. Conselheira fiscal e coordenadora do Comitê Econômico e Auditoria (CEA) da FNO. Coordenadora da Comissão Temática de Finanças e Contabilidade, professora de Finanças para Conselhos da Board Academy e do Legado e Família. Head do Comitê de Inovação e Tecnologia do 30% Club Brazil e Embaixadora da Board Academy. Colunista da Revista RI desde 2014 e do Portal Acionista desde 2019 e conselheira editorial da RI desde 2023. Coautora dos livros Inovação na Gestão Pública (Ed. Saint Paul, 2012) e Orquestra Societária – a Origem (Editora Sucesso, 2018). cidahessparanhos@gmail.com



MÔNICA BRANDÃO

é Assessora da André Mansur Advogados Associados e tem atuado como executiva financeira, conselheira administrativa, fiscal e consultiva (presentemente, da Orquestra Societária Business), engenheira e professora universitária. Certificada como CNPI-P pela APIMEC Nacional, é mestre em Administração, graduada em Engenharia Elétrica e graduanda em Direito pela PUC Minas. Tem pós-graduação e especialização na UFMG e no IBMEC, respectivamente, e treinamentos nacionais e internacionais, especialmente em Finanças Corporativas, Gestão da Estratégia e Governança Corporativa. É colunista da Revista RI, desde 2008, e do portal Acionista, desde 2019, integrando o Conselho Editorial da RI, desde 2023. Coautora dos livros Visões da Governança Corporativa (Editora Saraiva, 2010) e Orquestra Societária – a Origem (Editora Sucesso, 2018). mbran2015@gmail.com

“ SUA EMPRESA EVOLUINDO EM HARMONIA ”

ECONÔMICA E AMBIENTALMENTE
SUSTENTÁVEL.

SOCIALMENTE RESPONSÁVEL.

GERIDA ETICAMENTE.

A Orquestra Societária Business (OSB) analisa a maturidade da gestão de empresas e, há mais de 10 anos, desenvolve técnicas para construir Modelos de Gestão Sustentável (MGS).

Nosso trabalho é desenvolvido por especialistas com mais de 30 anos de experiência e validado por pesquisas científicas com profissionais corporativos e acadêmicos, publicações de mais de 100 artigos e livro.

Transforme sua empresa em uma verdadeira Orquestra Societária!

Entre em contato:

www.linkedin.com/in/cidahess/

<https://www.revistari.com.br/autor/Cida+Hess>



**ORQUESTRA
SOCIETÁRIA
BUSINESS**

um amanhã para prosperar

Maestro João Carlos Martins

<https://www.revistari.com.br/219/1318>

ETARISMO



OS DOIS LADOS DA MOEDA

O aumento da longevidade traz desafios e oportunidades, exigindo um equilíbrio entre valorizar a experiência dos mais velhos e a necessidade de renovação e inovação nas organizações.

por **MARCELO MURILO**

Etarismo é uma forma de discriminação que se baseia na idade, afetando principalmente os indivíduos mais velhos. No contexto empresarial e político, essa discriminação pode se manifestar de diversas maneiras, desde a exclusão de líderes experientes até a resistência em aceitar a necessidade de transição de liderança quando ocorre o declínio das capacidades. A longevidade crescente das populações e a importância da experiência e sabedoria acumuladas tornam essa questão ainda mais relevante.

O etarismo apresenta um dilema crítico: por um lado, pode resultar na perda de talentos valiosos e na exclusão de indivíduos ainda aptos a contribuir significativamente. Por outro, a permanência de líderes que já não têm mais a capacidade adequada pode causar danos substanciais às organizações e governos. Este dilema é especialmente agudo no mundo contemporâneo, onde a inovação e a adaptabilidade são essenciais para o sucesso.

Ao mesmo tempo em que precisamos reconhecer e combater a discriminação etária, é também crucial entender os impactos negativos de manter líderes inaptos em posições de poder. O desafio reside em equilibrar a valorização da experiência com a necessidade de inovação e renovação na liderança. Enfrentar o etarismo requer uma abordagem que considere esses dois lados da moeda, buscando soluções que promovam a inclusão, a eficiência e o bem-estar organizacional.

CONTEXTO HISTÓRICO

O conceito de etarismo não é novo, mas sua relevância tem aumentado com o tempo. Historicamente, a sociedade valorizava a juventude por sua energia e adaptabilidade, enquanto em muitas culturas antigas, os idosos eram reverenciados pela sabedoria e experiência, desempenhando papéis cruciais na tomada de decisões.

Com a revolução industrial e o avanço tecnológico, a percepção sobre os trabalhadores mais velhos mudou. A juventude passou a ser associada à capacidade de lidar com novas tecnologias. Políticas de aposentadoria obrigatória agravaram essa mudança, afastando muitos trabalhadores experientes do mercado, independentemente de suas habilidades.

No século XX, o etarismo se consolidou no mundo corporativo e político, com a exclusão de indivíduos mais velhos se tornando comum, frequentemente justificada por estereótipos que associam a idade ao declínio da produtividade e inovação. Ao mesmo tempo, a longevidade aumentou significativamente, resultando em uma população mais velha, mas ainda ativa.

Hoje, enfrentamos um dilema complexo. A discriminação etária pode privar organizações de talentos valiosos e experientes, enquanto a resistência de alguns líderes em reconhecer suas limitações pode levar a decisões inadequadas.

EM PAUTA

A história do etarismo é uma história de contrastes, onde a necessidade de inovação deve ser equilibrada com a valorização da experiência.

O AUMENTO DA LONGEVIDADE

Nas últimas décadas, o aumento da expectativa de vida tem sido uma das mudanças demográficas mais significativas. Avanços na medicina, nutrição e qualidade de vida têm permitido que muitas pessoas vivam bem além dos 70, 80 e até 90 anos, trazendo profundas implicações para a força de trabalho e liderança.

Com mais indivíduos mais velhos saudáveis e ativos por mais tempo, suas décadas de experiência e conhecimento se tornam extremamente valiosas para organizações e governos. Essa sabedoria pode proporcionar perspectivas únicas essenciais para decisões estratégicas e a resolução de problemas complexos.

A longevidade desafia as noções tradicionais de aposentadoria. Com mais pessoas vivendo mais, a ideia de aposentadoria aos 60 ou 65 anos está se tornando obsoleta. Muitos desejam continuar trabalhando, exigindo uma reavaliação das políticas de emprego e aposentadoria para permitir maior flexibilidade e oportunidades para continuar suas carreiras.

Entretanto, a longevidade também traz desafios. As capacidades físicas e mentais podem declinar com a idade, variando de pessoa para pessoa. Enquanto muitos indivíduos mais velhos permanecem capazes de liderar, outros podem enfrentar dificuldades. Reconhecer essas diferenças e adaptar práticas de gestão é crucial para aproveitar ao máximo os talentos e minimizar os riscos associados ao declínio da capacidade.

O aumento da longevidade representa tanto uma oportunidade quanto um desafio. Organizações e governos devem valorizar a experiência dos líderes mais velhos e implementar mecanismos para garantir que a liderança permaneça eficaz e adaptável às mudanças do mundo moderno.

O LADO DA DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA

A discriminação etária é um problema persistente que afeta muitos profissionais talentosos e experientes. No mundo corporativo e político, essa forma de preconceito pode manifestar-se de várias maneiras, desde a exclusão de líderes mais velhos de processos de promoção até a falta de oportunidades de desenvolvimento profissional para aqueles que estão em fases avançadas de suas carreiras.



Profissionais mais velhos podem ser preteridos em favor de candidatos mais jovens, mesmo quando possuem qualificações e experiências superiores. Essa exclusão pode desmoralizar os trabalhadores mais velhos e desincentivar o engajamento e a lealdade dos funcionários, afetando negativamente a cultura organizacional.



Estudos mostram que a discriminação etária é prevalente em muitas indústrias. Indivíduos mais velhos muitas vezes enfrentam estereótipos negativos, como a crença de que são menos inovadores, mais resistentes a mudanças ou menos produtivos do que seus colegas mais jovens. Esses estereótipos podem levar à marginalização de profissionais altamente capacitados, resultando em uma perda significativa de talento e experiência para as organizações.

Um exemplo marcante de discriminação etária pode ser visto em processos de contratação e promoção. Profissionais mais velhos podem ser preteridos em favor de candidatos mais jovens, mesmo quando possuem qualificações e experiências superiores. Essa exclusão pode desmoralizar os trabalhadores mais velhos e desincentivar o engajamento e a lealdade dos funcionários, afetando negativamente a cultura organizacional.

A discriminação etária também pode ter consequências financeiras para as empresas. Quando líderes experientes são subutilizados ou afastados, as organizações perdem não apenas suas habilidades e conhecimentos, mas também a estabilidade e a continuidade que eles podem oferecer. Isso

pode levar a um aumento dos custos de recrutamento e treinamento, além de uma maior rotatividade de funcionários.

Por outro lado, a inclusão de líderes mais velhos pode trazer inúmeros benefícios. Eles tendem a ter uma visão mais equilibrada e uma abordagem mais cautelosa para a tomada de decisões, baseada em anos de experiência. Além disso, a presença de líderes mais velhos pode promover uma cultura de mentoria, onde o conhecimento e as habilidades são transmitidos às gerações mais jovens, fortalecendo a organização como um todo.

Portanto, combater a discriminação etária é essencial não apenas para promover a equidade e a inclusão, mas também para garantir que as organizações possam aproveitar plenamente os talentos disponíveis. É crucial que as empresas implementem políticas e práticas que reconheçam e valorizem a contribuição dos profissionais mais velhos, incentivando um ambiente de trabalho diverso e inclusivo.

DECLÍNIO DA CAPACIDADE DOS EXECUTIVOS

Com o avanço da idade, é natural que as capacidades físicas e mentais dos indivíduos possam sofrer alterações. No entanto, é importante destacar que o declínio da capacidade não é um processo uniforme e pode variar significativamente de pessoa para pessoa. Cada indivíduo tem uma curva diferente de desenvolvimento e declínio de habilidades, influenciada por uma variedade de fatores, incluindo genética, estilo de vida e ambiente de trabalho.

Portanto, é fundamental adotar uma abordagem individualizada ao avaliar a capacidade de um líder. Em vez de aplicar uma regra única de aposentadoria ou transição, as organizações devem considerar cada pessoa como um caso único. Avaliações regulares e consensuais devem ser realizadas, envolvendo o próprio líder no processo. Essa análise deve identificar as áreas em que o líder ainda pode contribuir efetivamente e aquelas em que uma transição poderia ser benéfica tanto para o indivíduo quanto para a organização.

A transição de papéis não deve ser vista como um fim, mas como uma evolução natural da carreira. Líderes mais velhos podem assumir papéis de mentoria, consultoria ou projetos específicos que se beneficiem de sua vasta experiência. Essa abordagem permite que a organização aproveite ao máximo o conhecimento acumulado, enquanto garante que a liderança permaneça eficaz e adaptável às mudanças.

Uma análise individualizada e consensuada sobre a capacidade de cada líder é essencial para garantir que as contri-

buições de cada pessoa sejam maximizadas. Isso envolve um diálogo aberto e honesto entre a liderança e a organização, onde as capacidades e limitações são discutidas de forma transparente. Dessa forma, é possível encontrar a melhor forma de cada indivíduo continuar contribuindo para o sucesso da organização, seja em um papel de liderança ativo, como mentor ou consultor.

APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS:

A REGRA LINEAR E A REALIDADE INDIVIDUAL

A aposentadoria compulsória é uma prática comum em muitas organizações, tanto no setor público quanto no privado, estabelecendo idades fixas para a aposentadoria de altos executivos. No Brasil, muitas empresas seguem a regra geral de aposentadoria compulsória estabelecida para servidores públicos, que geralmente é de 75 anos, como observado no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Entretanto, empresas privadas como o Bradesco fixam a idade de aposentadoria compulsória para seus altos executivos em 65 anos, enquanto o Itaú Unibanco estabelece um limite de 70 anos para a maioria dos cargos executivos e 73 anos para o presidente do conselho.

Em contraste, outras empresas como a Porto Seguro ajustaram seu limite para 72 anos para o presidente do conselho, refletindo uma flexibilidade maior em relação ao envelhecimento de seus líderes.

Essas regras fixas, no entanto, podem não refletir a capacidade real dos indivíduos em questão. Uma idade estipulada pode não levar em consideração as diferenças individuais em habilidades e desempenho ao longo do tempo. Alguns executivos podem manter sua capacidade e eficiência bem além da idade estabelecida, enquanto outros podem enfrentar um declínio em suas habilidades, independentemente da idade. A rigidez dessas políticas muitas vezes não captura a realidade complexa da capacidade de cada indivíduo, o que pode resultar tanto na permanência de líderes cuja eficácia está diminuída quanto na perda de talentos valiosos que ainda têm muito a oferecer.

No cenário internacional, a Chevron liderou uma mudança significativa ao eliminar a aposentadoria compulsória por idade para o cargo de CEO, refletindo uma tendência crescente de revisar essas políticas. Essa decisão permitiu à empresa avaliar a continuidade da liderança com base em desempenho e competência, em vez de uma idade arbitrária. A Target, a 3M e a Boeing também tomaram medidas semelhantes, revogando ou flexibilizando suas políticas de aposentadoria compulsória para líderes executivos. Essas



A flexibilidade nas funções de liderança é importante. Em vez de forçar a aposentadoria, organizações podem oferecer semi-aposentadoria, permitindo que líderes mais velhos contribuam em funções consultivas, retendo experiência valiosa e facilitando uma transição gradual.

mudanças foram impulsionadas pela percepção de que a capacidade e a experiência dos executivos são mais indicativas de sua eficácia do que a idade cronológica.

A revisão dessas políticas representa um avanço importante para uma abordagem mais personalizada e meritocrática, permitindo que as organizações aproveitem o potencial dos líderes que continuam a trazer valor, enquanto gerenciam a transição de forma mais eficaz quando o desempenho realmente começa a declinar. Ao adotar uma visão mais flexível e baseada em avaliações individuais, as empresas podem não apenas reter talentos valiosos, mas também garantir uma sucessão mais eficiente e alinhada com as necessidades reais da organização.

EQUILÍBRIO E TRANSIÇÃO

Equilibrar a experiência dos líderes mais velhos com a eficácia da liderança é desafiador. Organizações devem desenvolver políticas de transição para preservar o conhecimento dos líderes mais velhos e promover inovação.

Avaliações regulares de desempenho são essenciais, considerando resultados, capacidade de liderança e adaptação. Ferramentas como feedback 360 graus fornecem uma visão completa do desempenho.

Programas de mentoria são cruciais. Líderes mais velhos podem atuar como mentores para os mais jovens, transmitindo conhecimento e cultura organizacional, preservando o legado de liderança e preparando a próxima geração para desafios futuros.

A flexibilidade nas funções de liderança é importante. Em vez de forçar a aposentadoria, organizações podem oferecer semi-aposentadoria, permitindo que líderes mais velhos contribuam em funções consultivas, retendo experiência valiosa e facilitando uma transição gradual.

O planejamento sucessório deve ser contínuo e proativo. Identificar e desenvolver sucessores garante que estejam preparados para assumir a liderança. Planos de sucessão claros reduzem incertezas e promovem estabilidade.

Casos de sucesso na transição de liderança, equilibrando experiência e inovação, podem servir de modelo. Características comuns incluem avaliações contínuas, programas de mentoria robustos e planejamento sucessório forte.

Promover a diversidade etária é essencial. Respeito mútuo entre gerações e reconhecimento das contribuições de cada grupo podem mitigar os prejuízos do etarismo e cultivar um ambiente de trabalho mais inclusivo e produtivo.

O PAPEL DOS CONSELHOS E GOVERNANÇA

Os Conselhos de Administração e Consultivos são cruciais na abordagem do etarismo e na promoção de uma liderança inclusiva. Eles definem a visão estratégica e preparam a organização para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades ligadas à longevidade e diversidade etária.

Uma das principais responsabilidades dos conselhos é implementar políticas que promovam a inclusão e combatam a discriminação etária. Isso inclui práticas de recrutamento e promoção que valorizem a experiência e as habilidades, independentemente da idade, assegurando processos justos e baseados no mérito.

Os Conselhos também devem fomentar uma cultura que valorize a diversidade etária, através de treinamentos e programas de diversidade que incentivem o respeito e a colaboração entre gerações. Isso enriquece o ambiente de trabalho e traz perspectivas variadas que melhoram a tomada de decisões e a inovação.

Supervisionar a transição de liderança é outra área crítica. Os Conselhos devem garantir planos de sucessão robustos e atu-

alizados, com identificação precoce de potenciais sucessores e desenvolvimento de habilidades por meio de treinamento e mentoria. Avaliações regulares do desempenho dos líderes, com critérios objetivos, como capacidade de liderança e adaptabilidade às mudanças, são essenciais. Ferramentas como feedback 360 graus são úteis para uma visão completa do desempenho.

Garantir uma transição de liderança suave é fundamental. Isso pode incluir funções consultivas ou projetos especiais para líderes mais velhos, permitindo uma transição gradual e minimizando a perda de conhecimento e experiência. A flexibilidade nas funções ajuda a manter os líderes mais velhos envolvidos e valorizados, enquanto prepara a próxima geração para assumir o comando.

Os Conselhos devem também estar atentos às práticas de outras organizações bem-sucedidas na promoção da inclusão e na gestão da transição de liderança. Benchmarking pode oferecer insights valiosos e ajudar a identificar melhores práticas.

Transparência e comunicação são essenciais. Manter uma comunicação aberta com todos os stakeholders, explicando políticas de inclusão e transição de liderança, ajuda a construir confiança e apoio para as iniciativas.

Em resumo, os Conselhos de Administração e Consultivos desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente de trabalho inclusivo e na gestão eficaz da transição de liderança. Políticas justas, diversidade etária, avaliações rigorosas e planejamento sucessório proativo ajudam a mitigar os efeitos do etarismo e preparam as organizações para o futuro.

RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

Para abordar de forma eficaz os desafios do etarismo e garantir uma transição de liderança suave, as organizações podem implementar várias recomendações práticas que promovem tanto a inclusão quanto a eficiência. Aqui estão algumas estratégias essenciais:

- 1. Desenvolver Programas de Mentoria e Transição de Conhecimento:** Implementar programas formais de mentoria onde líderes mais velhos possam orientar e compartilhar seus conhecimentos com os mais jovens. Isso não apenas preserva o conhecimento institucional, mas também prepara a próxima geração de líderes. A mentoria pode ser estruturada de maneira que aborde tanto aspectos técnicos quanto comportamentais, facilitando uma transição mais suave e eficaz.
- 2. Implementar Avaliações Regulares e Justas de Desempenho:** Estabelecer processos de avaliação de desempenho que sejam justos e objetivos, considerando tanto os resultados quanto as capacidades atuais dos líderes. Ferramentas como feedback 360 graus podem fornecer uma visão abrangente e equilibrada, ajudando a identificar áreas de desenvolvimento e oportunidades de transição quando necessário.
- 3. Criar um Ambiente Inclusivo que Valorize a Diversidade Etária:** Promover uma cultura organizacional que valorize a diversidade etária através de treinamentos de sensibilização e programas de diversidade. Incentivar o respeito e a colaboração entre diferentes gerações de trabalhadores pode melhorar a moral e a produtividade, além de trazer uma variedade de perspectivas valiosas para a organização.
- 4. Incentivar o Planejamento Sucessório e a Flexibilidade nas Funções de Liderança:** Desenvolver e manter planos de sucessão claros e comunicá-los abertamente dentro da organização. A flexibilidade nas funções de liderança, como a criação de papéis consultivos ou temporários para líderes mais velhos, pode facilitar uma transição mais gradual e menos disruptiva, mantendo ao mesmo tempo o valor da experiência acumulada.
- 5. Estabelecer Políticas de Inclusão e Combate ao Etarismo:** Adotar políticas de recrutamento e promoção que sejam inclusivas e baseadas no mérito, evitando qualquer forma de discriminação etária. Essas políticas devem ser transparentes e comunicadas claramente a todos os níveis da organização, garantindo que todos os funcionários entendam e apoiem os esforços para combater o etarismo.
- 6. Realizar Treinamentos Contínuos para Desenvolvimento de Competências:** Oferecer treinamentos contínuos que ajudem tanto os líderes mais velhos quanto os mais jovens a desenvolverem suas competências e se adaptarem às mudanças tecnológicas e de mercado. Isso inclui programas de atualização tecnológica, desenvolvimento de habilidades de liderança e cursos sobre novas tendências e melhores práticas na indústria.
- 7. Envolver Especialistas Externos em Transições de Liderança:** Consultar especialistas externos para avaliar a capacidade dos líderes e para auxiliar na transição de



As empresas que conseguem equilibrar a valorização da experiência com a necessidade de inovação estarão melhor posicionadas para enfrentar os desafios do futuro e aproveitar as oportunidades que surgem com uma população em envelhecimento.



liderança. Consultorias especializadas podem fornecer uma visão imparcial e ajudar a desenvolver estratégias personalizadas para cada organização, garantindo uma abordagem equilibrada e eficaz.

8. **Promover uma Cultura de Transparência e Comunicação:** Manter uma comunicação aberta e honesta sobre os processos de transição e as políticas de inclusão. Informar regularmente os funcionários sobre as iniciativas em andamento e os benefícios esperados pode aumentar o apoio e a cooperação em todos os níveis da organização.
9. **Incentivar o Envolvimento Ativo de Todos os Stakeholders:** Envolver todos os stakeholders, incluindo funcionários, acionistas, clientes e a comunidade, no processo de desenvolvimento e implementação de políticas anti-etarismo. Workshops, reuniões e fóruns de discussão podem ser utilizados para coletar feedback, promover o entendimento e obter apoio para as iniciativas de inclusão e transição de liderança.
10. **Monitorar e Ajustar as Políticas Conforme Necessário:** Estabelecer um processo contínuo de monitoramento e ajuste das políticas e práticas de inclusão e transição de liderança. Isso inclui a realização de auditorias regulares, a coleta de feedback dos funcionários e a análise de indicadores de desempenho para garantir que as políticas estejam funcionando conforme o esperado e para fazer ajustes quando necessário.

Essas recomendações práticas não apenas ajudarão a combater o etarismo, mas também garantirão que as organizações possam aproveitar ao máximo o potencial de todos os seus líderes, independentemente da idade, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo, produtivo e resiliente.

CONCLUSÃO

O etarismo é um dilema complexo que exige uma abordagem equilibrada e inclusiva. Ao reconhecer a diversidade das curvas de capacidade individual e adotar políticas flexíveis de aposentadoria, podemos criar um ambiente de trabalho que valorize a experiência e promova uma liderança eficaz e adaptável.

É fundamental que as organizações implementem avaliações regulares de desempenho, programas de mentoria e planos de sucessão claros. A inclusão de líderes experientes deve ser valorizada, enquanto também se reconhece a necessidade de transições suaves quando o declínio das capacidades se torna um fator. Os conselhos de administração e consultivos desempenham um papel crucial nesse processo, garantindo que as políticas de governança sejam robustas e que a transição de liderança seja gerida de maneira eficaz.

Enfrentar o etarismo e gerenciar a transição de liderança de forma eficaz não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficiência e sustentabilidade organizacional. As empresas que conseguem equilibrar a valorização da experiência com a necessidade de inovação estarão melhor posicionadas para enfrentar os desafios do futuro e aproveitar as oportunidades que surgem com uma população em envelhecimento.

Convido todos a refletirem sobre esse dilema e a considerarem como podemos criar um ambiente que valorize a sabedoria acumulada ao longo dos anos, mas que também seja flexível e adaptável às mudanças inevitáveis do tempo.

Vamos juntos discutir e encontrar soluções para um futuro onde a experiência e a inovação andem lado a lado. **RI**



MARCELO MURILO

é Co-Fundador e VP de Inovação e Tecnologia do Grupo Benner, Palestrante, Mentor, Conselheiro, Embaixador e membro do Senior Advisory Board do Instituto Capitalismo Consciente Brasil, Embaixador e Membro da Comissão ESG da Board Academy BR e Especialista do Gerson Lehrman Group e da Coleman Research – Fala sobre Inovação, Governança e ESG.

marcelo.murilo@benner.com.br

O SITE DA SUA EMPRESA REALMENTE TEM A CARA DELA?

WEBSITES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES | CORPORATIVO | E DE SUSTENTABILIDADE

Soluções tecnológicas, sob medida, que enriquecem a experiência de cada visitante e otimizam seu tempo de manutenção.



FERRAMENTAS PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA RESPONSIVA



SEGURANÇA



CUSTOMIZAÇÃO



SEO

FERRAMENTAS PRÓPRIAS E CUSTOMIZADAS DE RI:

- Gráficos interativos
- Simulador de investimento
- Evolução das ações
- Séries históricas
- Histórico de cotações
- Plataforma de webcast
- Gestão e disparo de mailing com relatório de envios
- Principais recomendações de acessibilidade do WCAG



QUER SABER MAIS?
BRIDGE.AATB.COM.BR

BRIDGE

COMUNICAÇÃO COM INVESTIDORES

AMBIDESTRIA

EQUILIBRANDO

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

& INOVAÇÃO

PARA O SUCESSO HOJE E AMANHÃ

A conjuntura econômica brasileira exige que as empresas sejam ágeis e resilientes para navegar em um mar de incertezas. Juros altos, inflação persistente e disrupção tecnológica acelerada impõem desafios a qualquer negócio. Em meio a essa turbulência, a busca por otimização e a necessidade de olhar para o futuro se tornam cruciais para garantir a sobrevivência e o sucesso a longo prazo. Mas como conciliar a necessidade de eficiência e redução de custos com a demanda por inovação e adaptação às mudanças disruptivas? A resposta reside na ambidestria.

por **RICARDO CASTRO**

AMBIDESTRIA: O EQUILÍBRIO ESSENCIAL PARA A COMPETITIVIDADE

A ambidestria, conceito originário do latim “ambi” (ambos) e “dexter” (direito), representa a habilidade de utilizar ambas as mãos com destreza. No contexto empresarial, ela simboliza a capacidade de equilibrar dois pilares aparentemente opostos: a excelência operacional e a exploração de novas oportunidades.

Empresas ambidestras dominam as operações do presente, buscando otimização, eficiência e lucratividade. Fazer melhor todo dia, não repetir os erros de ontem, enfim, a busca pela melhoria contínua. Ao mesmo tempo, para liderar a disrupção e não serem disruptados por um novo concorrente, elas investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação, cultivando uma cultura de aprendizado e adaptação para prosperar no futuro.

Um exemplo clássico dos riscos de negligenciar a inovação é a história da empresa sueca Odhner. Famosa no final do século XIX e início do século XX por suas calculadoras mecânicas de alta qualidade, a Odhner dominava seu mercado. No entanto, a empresa não soube se adaptar à chegada das calculadoras eletrônicas. Apesar de ter adquirido algumas unidades para testes, a Odhner não enxergou o potencial disruptivo da nova tecnologia e continuou a investir em seu modelo de negócio já ultrapassado. Seu declínio começou nos anos 1960 e culminou no fechamento da empresa.

Em contrapartida, a Iridium, um consórcio que lançou uma rede global de satélites para comunicação via celular na década de 1990, ilustra os perigos de focar em inovação sem considerar a viabilidade do negócio. A tecnologia da Iridium era revolucionária, prometendo cobertura global para celulares. No entanto, o alto custo do serviço e a limitada demanda do mercado levaram a empresa à falência pouco tempo depois do lançamento. A Iridium, apesar de ter um produto inovador, falhou em criar um modelo de negócio sustentável.

“

Empresas ambidestras dominam as operações do presente, buscando otimização, eficiência e lucratividade. Fazer melhor todo dia, não repetir os erros de ontem, enfim, a busca pela melhoria contínua. Ao mesmo tempo, para liderar a disrupção e não serem disruptados por um novo concorrente, investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação, cultivando uma cultura de aprendizado e adaptação para prosperar no futuro.”

”

A ambidestria, portanto, não se trata de escolher entre otimizar o presente ou investir no futuro. Trata-se de encontrar um equilíbrio estratégico que permita à empresa prosperar em um cenário de constante transformação.



Em um cenário econômico desafiador, a excelência operacional é fundamental para a sobrevivência e o sucesso das empresas. A tecnologia surge como uma poderosa aliada, oferecendo soluções para otimizar processos, reduzir custos e aumentar a produtividade.



TECNOLOGIA COMO MOTOR DA EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Em um cenário econômico desafiador, a excelência operacional é fundamental para a sobrevivência e o sucesso das empresas. A tecnologia surge como uma poderosa aliada, oferecendo soluções para otimizar processos, reduzir custos e aumentar a produtividade.

Soluções para a Eficiência Operacional:

- ERPs: Sistemas integrados de gestão (ERPs) como SAP, Oracle e TOTVS integram os departamentos da empresa, e bem implantados fornecedores, Clientes e bancos, automatizando processos e fornecendo informações estratégicas em tempo real. O desafio reside em encontrar o equilíbrio entre a otimização do sistema atual e a necessidade de investir em novas soluções.
- RPAs: A automação robótica de processos (RPA) utiliza softwares para automatizar tarefas repetitivas, liberando profissionais para atividades estratégicas. Há também soluções que mapeiam gargalos e oportunidades de automação.
- IA: A inteligência artificial (IA) está transformando a maneira como as empresas operam. Algoritmos avançados analisam dados, identificam padrões, prevêem tendências e auxiliam na tomada de decisões. A IA pode ser aplicada em áreas como gestão de riscos,

detecção de fraudes, personalização de ofertas e otimização de marketing.

- A IA generativa é uma força disruptiva que está revolucionando a maneira como interagimos com a tecnologia. Sua capacidade de gerar conteúdo e soluções inovadoras abre portas para aplicações internas, impulsionando a eficiência e abrindo novas possibilidades para o futuro.
- Outras tecnologias: Big Data e Analytics, Internet das Coisas (IoT), Cloud Computing e Blockchain também impulsionam a excelência operacional.

Ao combinar diferentes tecnologias, as empresas podem alcançar níveis de eficiência e produtividade sem precedentes, construindo uma base sólida para enfrentar os desafios do presente.

TECNOLOGIA COMO ALAVANCADOR DE NOVOS NEGÓCIOS E NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS

Vivemos uma Nova Era da Inovação, com tecnologias evoluindo simultaneamente e rapidamente. Essa disrupção traz oportunidades, mas o atraso pode ser fatal para empresas.

Inovação é crucial para prosperar, e a tecnologia é um poderoso propulsor.

Inovando conectado com a Estratégia:

- Alinhamento com a Estratégia: O conselho e a alta gerência devem definir objetivos e alinhar a inovação à estratégia da empresa.
- Oportunidades Adjacentes: Explore oportunidades próximas ao seu core business, aproveitando seus conhecimentos e recursos.
- Cultura de Experimentação: Teste novas ideias, aprenda com erros e cultive a tolerância a falhas.
- Equipes Multidisciplinares: Reúna profissionais de diferentes áreas para fomentar a criatividade.
- Ecossistema de Inovação: Busque parceiros externos, conecte-se com startups e universidades. A colaboração é essencial.
- Uso responsável: Esteja atento aos riscos, especialmente no uso da IA.

“

Em um cenário econômico desafiador como o brasileiro, a ambidestria emerge como uma necessidade para as empresas que desejam não apenas sobreviver, mas prosperar a longo prazo. A capacidade de equilibrar a excelência operacional com a exploração de novas oportunidades é crucial para garantir os resultados de hoje e a longevidade e relevância em um mundo que está passando por mais uma forte revolução tecnológica.

”

Tecnologias que Impulsionam a Inovação:

- IA, Big Data, IoT e Blockchain são ferramentas poderosas para novos negócios e modelos. A IA generativa, como a internet, tem um poder revolucionário e gerará novos modelos.

Assistentes virtuais que aumentam a capacidade humana representam um passo inicial promissor na revolução da IA generativa. Não se trata de Humanos X IA, mas sim de Humanos + IA. Assistentes inteligentes podem automatizar tarefas, fornecer informações personalizadas, melhorar a comunicação e otimizar processos em diversos setores.

CONCLUSÃO

Em um cenário econômico desafiador como o brasileiro, a ambidestria emerge como uma necessidade para as empresas que desejam não apenas sobreviver, mas prosperar a longo prazo. A capacidade de equilibrar a excelência operacional com a exploração de novas oportunidades é crucial para garantir os resultados de hoje e a longevidade e relevância em um mundo que está passando por mais uma forte revolução tecnológica.

A tecnologia, nesse contexto, desempenha um papel fundamental como facilitadora da ambidestria, abrindo portas para a otimização de processos, a criação de novos produtos e serviços, e a construção de modelos de negócio disruptivos.

As empresas que desejam trilhar o caminho da ambidestria devem:

- **Abraçar a mudança:** Adapte-se à velocidade da transformação digital e esteja pronto para se reinventar.
- **Cultivar uma cultura de inovação:** Incentive a experimentação, a criatividade e a tolerância a falhas.
- **Investir em tecnologias disruptivas:** Explore as possibilidades da IA Generativa, Big Data, IoT e outras tecnologias que impulsionam a inovação, tanto para a eficiência operacional quanto para modelos futuros.
- **Construir um ecossistema de colaboração:** Estabeleça parcerias com startups, universidades e centros de pesquisa para gerar novas ideias e soluções.

A ambidestria exige um esforço constante, mas os benefícios em termos de crescimento, competitividade e longevidade fazem com que seja um investimento estratégico para empresas que desejam prosperar em um mundo de Super Ciclos de transformação. **RI**



RICARDO CASTRO

é Bord Member, Business & Tech Executive, Senior Advisor. Experiência como administrador em empresas de diversos setores. Formado em engenharia pela UFRJ, mestrado em Tecnologia da Informação pela PUC-Rio e com MBAs executivos na Columbia, FDC, Kellogg, Insead, StarSe/NovaLisboa. Conselheiro certificado pelo IBGC. ricardo.gcastro@icloud.com

A CVM &

O USO DA TECNOLOGIA COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DE INVESTIDORES

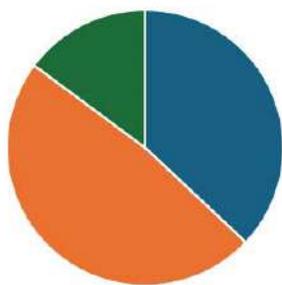


Os investidores do Mercado de Capitais têm características próprias e distinguem-se por fatores como contextos social e econômico, grau de escolaridade, faixa etária, países de origem e outros aspectos culturais. Analisar indicadores e buscar compreender os perfis dos investidores do Mercado de Capitais é tarefa importante para mapear e entender o ambiente de investimentos em nosso país, a fim de buscar caminhos regulatórios adequados ao atendimento de demandas específicas e promover o desenvolvimento desse mercado.

por **JOÃO PEDRO NASCIMENTO**

De acordo com dados da B3, no primeiro trimestre de 2024, o Brasil registrou 5,1 milhões de CPFs no ambiente de renda variável de ações, nas operações de Bolsa de Valores. Desse total, 1 milhão de pessoas possui idade de até 24 anos. Há uma parcela de 1,3 milhão de investidores entre 39 e 59 anos e 400 mil investidores com 60 anos ou mais. A grande maioria (2,6 milhões) transita na faixa de 25 a 39 anos; ou seja, os nascidos entre 1985 e 1999 e compondo, em boa parte, o chamado grupo dos Millennials, também conhecidos como Geração Y.

Número de Participantes



■ Até 24 anos ■ Entre 39 e 59 anos ■ Mais de 60 anos

Os Millennials têm peculiaridades em relação aos investimentos que realizam, pois cresceram em uma era digital e, em geral, estão habituados com os usos da tecnologia. Sendo assim, usualmente têm facilidade de acesso e participação no Mercado de Capitais, por meio de plataformas

“

Os Millennials têm peculiaridades em relação aos investimentos que realizam, pois cresceram em uma era digital e, em geral, estão habituados com os usos da tecnologia. Sendo assim, usualmente têm facilidade de acesso e participação no Mercado de Capitais, por meio de plataformas on-line e aplicativos de investimento.”

”

on-line e aplicativos de investimento. Em comparação com gerações anteriores, os Millennials têm o costume de valorizar o potencial de crescimento e estão dispostos a assumir nível de risco mais elevado. Por conta disso, estudos apontam que tal geração é mais propensa a investir em ações e demais ativos de renda variável.



Em junho de 2024, a CVM deu mais um passo firme no movimento de democratização do Mercado de Capitais.

O uso da tecnologia como ferramenta de ampliação de direitos dos investidores foi o destaque para a edição da Resolução CVM 204, que alterou a Resolução CVM 81 e trouxe inovações relacionadas a assembleias de acionistas de companhias abertas.



Há uma tendência entre os Millennials de considerar fatores ambientais, sociais e de governança ao analisar e selecionar ativos financeiros, adicionalmente aos parâmetros tradicionais em análises de oportunidades de investimento, que são aqueles associados à expectativa de rentabilidade e à perspectiva de valorização dos investimentos. Sendo assim, esse grupo de pessoas tem maior propensão a investir em empresas que demonstram práticas sustentáveis e responsabilidade social. Sabe-se, também, que essa geração valoriza a educação financeira, estando disposta a aprender sobre as melhores práticas, por meio de pesquisas e análises prévias à tomada de investimento.

Essa breve análise focada nos investidores que, numericamente, são a maior parcela do contingente de investidores em Bolsa de Valores no Brasil é útil para observar algumas características relevantes relacionadas ao segmento regulado pela CVM: (i) a pertinência de o cidadão conhecer o seu perfil de investimento; (ii) as possibilidades geradas pela Economia Sustentável; (iii) a educação financeira como base de pavimentação; e (iv) a importância da tecnologia no ambiente do Mercado de Capitais.

Atenta a essas e a demais características, a CVM tem se pautado por uma Agenda Desenvolvimentista. A Autarquia entende que o Mercado de Capitais é um celeiro de oportunidades para todas as gerações, seja em temáticas relacionadas às novas tendências globais como as Finanças Sustentáveis e as Finanças Digitais, seja em assuntos que, tradicionalmente, impulsionam o Mercado de Capitais no Brasil e que continuam sendo a locomotiva do segmento, tais como as Companhias Abertas, os Fundos de Investimento e os produtos da Securitização.

Em junho de 2024, a CVM deu mais um passo firme no movimento de democratização do Mercado de Capitais. O uso da tecnologia como ferramenta de ampliação de direitos dos investidores foi o destaque para a edição da Resolução CVM 204, que alterou a Resolução CVM 81 e trouxe inovações relacionadas a assembleias de acionistas de companhias abertas.

O normativo da CVM promoveu aprimoramentos nas regras em vigor, buscando tornar o processo mais efetivo e menos oneroso para os participantes envolvidos. As mudanças prestigiam, também, o atendimento a antigas demandas de investidores estrangeiros, que buscavam esta simplificação e modernização em relação à forma de votação e participação nas assembleias. A CVM refletiu, na Resolução 204, as experiências práticas observadas nos últimos anos e, ao mesmo tempo, as lições disponíveis nos melhores padrões internacionais sobre assembleias, sejam elas digitais, híbridas ou tradicionais.

De forma resumida, podemos dizer que as principais alterações trazidas pela Resolução CVM 204 foram:

- **estabelecer o uso do boletim de voto a distância (BVD) para todas as assembleias de acionistas das companhias, com antecedência mínima de 21 dias.**
- **reduzir o prazo de antecedência para o envio do BVD pelo acionista, passando de 7 para 4 dias antes da assembleia, com nova opção de envio direto por meio do depositário central, mantendo as alternativas de envio direto à companhia, ao custodiante ou ao escriturador.**
- **reconhecer que a sede da companhia deve ser o principal local de condução dos trabalhos assembleares, sendo este o local de geração de sons e imagens de assembleias parcialmente digitais, mas facultar às companhias a possibilidade de**

“

É um caminho sem volta a percepção de que a tecnologia pode – e deve – ser utilizada a favor de temáticas diversas no Mercado de Capitais, no Direito Societário e, inclusive, naquelas relacionadas à governança corporativa e à ampliação de horizontes dos direitos dos investidores.”

disponibilização de um ou mais locais físicos acessórios, inclusive em município diverso daquele da sede, de modo a que acionistas possam comparecer presencialmente para participar da assembleia.

- tornar sem efeito os pedidos de instalação do conselho fiscal e de instauração do processo de voto múltiplo formulados por meio do BVD, se não houver indicação de candidatos pelos acionistas minoritários.
- dispensar o uso do BVD nas assembleias de companhias listadas em que há baixa adesão dos acionistas (inferior a 0,5% do capital votante representado pelo BVD).

A CVM ampliou a possibilidade de votação a distância, no mesmo contexto em que simplificou os mecanismos para que os acionistas possam participar das assembleias, presencialmente ou a distância, encorajando, portanto, a pluralidade dos acionistas a exercerem os seus respectivos direitos nas companhias.

A Resolução CVM 204 foi, também, mais um exemplo de norma construída a partir de um movimento de escuta ativa e diálogo franco com o Mercado e a sociedade. Em relação à versão que recebeu comentários do público, as principais

alterações providenciadas pela CVM se relacionam com:

- **prazos para apresentação do boletim:** 21 dias para assembleias gerais extraordinárias, ressalvados os casos específicos e excepcionais;
- **prazo para reapresentação do boletim pela companhia:** até 20 dias para a inclusão de candidatos (conselho de administração e conselho fiscal);
- **inclusão de percentual mínimo para dispensa da disponibilização do boletim:** permissão para a dispensa caso a companhia tenha recebido votos correspondentes a ações representativas de menos de 0,5% do capital social;
- **mapas de votação:** nova sistematização de produção e disponibilização dos mapas de votação;
- **votação em propostas alternativas:** exclusão da previsão de que acionistas poderiam, por meio do boletim, acompanhar a deliberação tomada pela maioria dos presentes, em caso de alteração da proposta da administração para um dos itens da pauta da assembleia; e
- **regras de participação:** exigência da presença do presidente da mesa, do secretário e de ao menos um administrador quando a assembleia for presencial ou híbrida.

Conhecer os públicos que se relacionam com o Mercado de Capitais e entender questões que podem ser objeto de aprimoramento, a partir de análises bem estruturadas, são ações essenciais para fomentar o desenvolvimento do Mercado de Capitais. Adicionalmente, é um caminho sem volta a percepção de que a tecnologia pode – e deve – ser utilizada a favor de temáticas diversas no Mercado de Capitais, no Direito Societário e, inclusive, naquelas relacionadas à governança corporativa e à ampliação de horizontes dos direitos dos investidores. **RI**



JOÃO PEDRO NASCIMENTO
é presidente da Comissão
de Valores Mobiliários - CVM.
joao.pedro@cvm.gov.br

CFA Society Brazil ênfatiza relevância do ESG na conexão do RI com Buy e Sell Side

A CFA Society Brazil, que reúne os detentores da certificação CFA no país, recebeu lideranças do mercado financeiro para debater a relevância da inserção do ESG na estratégia, modelo de negócios e no processo de investimento. Com este objetivo, convidou especialista da área de Relações com Investidores (RI) e Investidores Institucionais, para debaterem a genuína inserção do ESG.

por **ALESSANDRO DA MATA**

O CFA Institute tem como missão contribuir para o desenvolvimento de mercados financeiros globais, promovendo ética, integridade e elevados padrões de atuação dos profissionais de finanças e investimentos para que coletivamente gerem valor para sociedade e atendam ao interesse público.

A troca de experiências destacou a importância da construção de relacionamento de confiança entre os profissionais de RI, Buy e Sell Side e a interdependência dos seus trabalhos, o que demanda que estejam devidamente preparados, em termos de conhecimento, experiência, ferramentas e informações de qualidade, para que possam exercer muito bem as suas respectivas funções. O evento foi acompanhado por cerca de 60 pessoas, na noite de 19 de junho de 2024, na MZ Arena, em São Paulo.

André Vasconcellos, vice-presidente do Conselho de Administração do IBRI, disse que “Comunicar envolve transmitir a mensagem de forma clara, concisa, adequada e tempestiva aos stakeholders da companhia. Isso requer habilidades de escuta ativa, empatia, clareza na expressão, adaptação da mensagem ao contexto e ao público-alvo para garantir que

a mensagem tenha sido compreendida corretamente e contribua para tangibilizar o valor justo da empresa. Mais do que zelar pela simetria informacional e garantir a confiança do mercado de capitais, o profissional de RI deve ter o propósito de contribuir continuamente para o desenvolvimento saudável e sustentável do mercado de capitais e das empresas listadas”.

Moderadora do evento, **Ana Siqueira**, CFA - head do ESG Committee e integrante do Advocacy Committee da CFA Society Brazil - afirmou que “Precisamos de novas lentes para analisar questões determinantes para o futuro e que impactam o valor e a perenidade das companhias”. O tema governança corporativa é conhecido há décadas no Brasil, no entanto, na história recente do país tivemos casos de expressivas falhas. Já os tópicos social e ambiental ainda apresentam amplo espaço para aprofundamento. O conhecimento é o que nos capacita a usar as lentes adequadas para analisar o presente e o futuro. Não conseguimos enxergar e tampouco compreender o que não conhecemos. Na visão da Ana, a inserção do ESG na estratégia e modelo de negócios contribui para a mitigação de riscos e criação de valor.



ANDRÉ VASCONCELLOS, IBRI



ANA SIQUEIRA, CFA Society Brazil

O Conselho de Administração, na qualidade de órgão máximo de uma organização, é o guardião das boas práticas de governança e precisa zelar pela perenidade da empresa. Questões-chave para o futuro, como cultura organizacional, inserção da pauta ESG na estratégia e modelo de negócios e o tema fator humano, precisam ganhar espaço nas pautas dos conselhos de administração. Provavelmente muitos problemas corporativos que hoje se apresentam poderiam ter sido evitados caso essas questões-chave tivessem recebido a devida atenção, argumenta Ana.

A Certificação de Investimentos em ESG (Certificate in ESG Investing) do CFA Institute foi criada em 2019. Em 2022, a CFA Society Brazil publicou o livro *Novas Fronteiras de Risco e Retorno, Guia Prático para integração ESG nos investimentos*, que aborda o histórico e relevância do tema no Brasil e no mundo; aspectos práticos da integração ESG e seus efeitos na avaliação de empresas; e temas de fronteira. Ana ressaltou a relevância de modelos de valuation contemplarem o impacto da pauta ESG em seus negócios e respectivas avaliações, sob o risco dos modelos perderem sua relevância.

“

Precisamos de novas lentes para analisar questões determinantes para o futuro e que impactam o valor e a perenidade das companhias. O tema governança corporativa é conhecido há décadas no Brasil, no entanto, na história recente do país tivemos casos de expressivas falhas.

”



HELENA VILLARES, Natura&Co



DANIEL CELANO, CFA Society Brazil

“

As companhias precisam inserir o ESG na estratégia de negócios. Não pode ser visto apenas para evitar problemas futuros, mas quando inserido no modelo de negócio pode trazer ganhos financeiros importantes. Por exemplo: na redução de custos com turnover de funcionários através de estratégias de inclusão de diversidade.

”

Helena Villares, CFA, head de Relações com Investidores e de Planejamento e Análise Financeira da Natura&Co, citou: “As companhias precisam inserir o ESG na estratégia de negócios. Não pode ser visto apenas para evitar problemas futuros, mas quando inserido no modelo de negócio pode trazer ganhos financeiros importantes. Por exemplo: na redução de custos com *turnover* de funcionários através de estratégias de inclusão de diversidade; nos ganhos de eficiência com investimentos de P&D por conta de iniciativas de sustentabilidade ambiental e proximidade com comunidades que detém conhecimentos sobre a riqueza desse meio-ambiente”.

Além disso, o RI tem de ajudar nessa comunicação, instigando e iniciando conversas de ESG, mas há os experts de sustentabilidade também para dar suporte, quando necessário. A quantidade de informações disponíveis também é um desafio e de acordo com a Helena “cabe ao RI pensar em diferentes tipos de materiais para estimular as interações com os diferentes tipos de analistas, desde o *buy side* local até o analista global especialista em ESG”. Nesse sentido, a contínua busca pelo aprendizado é uma importante ferramenta: “a certificação ESG, que iniciei ainda como estagiária, me ajudou como um acelerador de conhecimento. Mais recentemente, senti que eu precisava da certificação ESG Investing do CFA Institute para representar a Natura”.

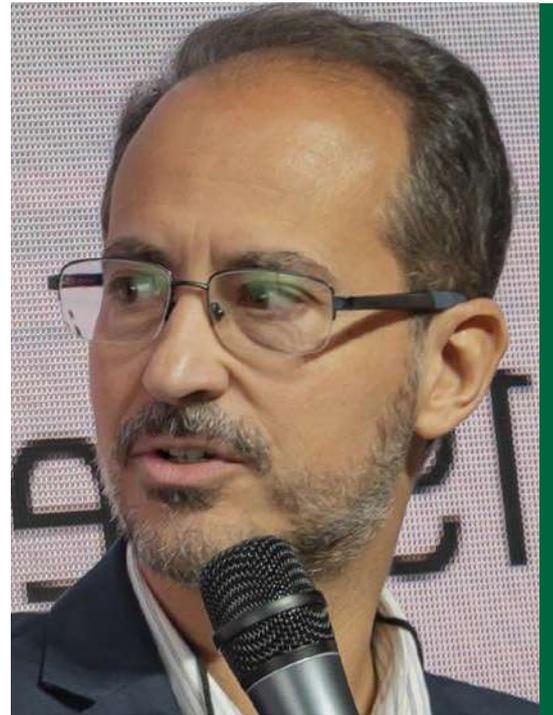
Entre os debatedores, **Daniel Celano**, CFA, membro do Conselho de Administração da CFA Society Brazil, chamou a atenção para pergunta recorrente dos investidores nos últimos dez anos, sobre a inserção do ESG na estratégia das empresas. Muitos investidores globais têm demandado informações mais aprofundadas a gestores de investimento no Brasil, sinalizou Celano. “O crescimento desta procura tem sido exponencial e a análise destas informações impacta a avaliação das empresas.”

Para ele, as mídias sociais potencializam a velocidade de acesso à informação e, “uma ação comprada pela manhã pode perder muito valor à tarde”. Basta uma denúncia de trabalho escravo ou um desastre ambiental. Nas recomendações de compras e vendas de ações, a leitura superficial de cenários sobre os impactos ESG, seguida de crises, pode comprometer bem mais do que os resultados de curto prazo. “Situações como essas citadas têm potencial de impactar severamente a reputação de empresas.”

Segundo Celano, é necessário ter um *framework* de perguntas (aos RIs e lideranças das empresas) que permita avaliar riscos. Temos que ter um banco de dados proprietário robusto, inclusive com infos de inteligência artificial lendo até nota de rodapé. Temos que usar a tecnologia e quantificar comparáveis. Precisamos ter curadoria de dados.

Ana falou sobre a relevância da atividade de *stewardship*, que está diretamente associada a benefícios sustentáveis para a economia, meio ambiente e a sociedade, na medida que dá grande ênfase à criação de valor no longo prazo. Como fonte de capital, os investidores possuem uma posição privilegiada para dialogar com as empresas, com o objetivo de gerar mudanças na forma de atuar das mesmas. Cada vez mais o *stewardship* é visto como uma forma eficiente de os investidores institucionais cumprirem seu dever fiduciário.

Bruno Pereira, CFA, sócio fundador da Leblon Equities, comentou que no final da década de 1990, ele iniciou carreira de analista no Banco Icatu, uma referência, na época, em Equity Research. A importância da educação continuada foi citada como aspecto fundamental para a longevidade no setor. “Ente 1999 e 2001, eu concluí os três níveis da certificação CFA e este foi um importante diferencial em minha carreira. Como valiosas características na carreira de analista, destaco a curiosidade permanente e a profunda dedicação. Eu estudei sobre balanços, resultados financeiros e *valuation*. Para se fazer um bom trabalho é necessário construir profundo conhecimento sobre os negócios e pessoas, sendo a transparência e ética importantes requisitos. Quando o ana-



BRUNO PEREIRA, Leblon Equities



Para se fazer um bom trabalho é necessário construir profundo conhecimento sobre os negócios e pessoas, sendo a transparência e ética importantes requisitos.



lista entende o negócio e se comunica bem com o investidor, tudo acontece de forma bem melhor”, afirmou.

“O mercado evoluiu. Acordamos para aspectos ambientais e sociais em razão dos desastres de Mariana e Brumadinho, por exemplo. É preciso também levar para os Conselhos de Administração a perspectiva dos investidores e a área de RI cumpre papel importante nesse processo”, argumentou Bruno. **RI**

IFRS S1 e S2: O que há embaixo do iceberg?

A convergência de normas contábeis sempre foi um desafio para o mercado investidor globalizado, os números reportados nas demonstrações contábeis em algumas situações passavam de lucro para prejuízo por divergências de critérios adotados nos diferentes países, como o clássico caso da Daimler-Benz, muito citado na época (1993), que apresentou lucro pelas normas locais e prejuízo pelas normas norte-americanas. No Brasil também houve caso parecido, os resultados da Telebrás apresentavam-se divergentes em 60% em relação aos padrões norte-americanos (1996), deixando os investidores e o mercado inseguro quanto a realidade dos fatos.

por **MARINA MITIYO YAMAMOTO** e **JENNIFER ALMEIDA**

Diante deste desafio, o mundo assistiu a criação e o desenvolvimento do IASB (*International Accounting Standards Board*), em 2001, que deu sequência com mais vigor às atividades do IASC (*International Accounting Standards Committee*) que já vinha atuando na tentativa de uniformização e adoção das normas contábeis internacionais.

As normas contábeis internacionais IFRS (*International Financial Accounting Standard*) foram introduzidas no Brasil, em 2008, e as empresas passaram a ter a obrigatoriedade de publicação das Demonstrações Contábeis em padrões do IASB a partir do exercício encerrado em 2010, com o comparativo de 2009 (Lei 11.638/07 e 11.941/2009). Atualmente são mais de 140 jurisdições que adotaram as IFRS.

Desde essa ocasião, Professora Marina Yamamoto e eu acompanhamos de perto este importante movimento que beneficiaria o mercado de capitais, trazendo o Brasil para

a baila dos países que poderiam se tornar mais atrativo aos investimentos globais, tendo em vista a melhoria da comparabilidade do desempenho das empresas em termos internacionais, bem como a percepção de risco. O processo de convergência da contabilidade brasileira impôs uma mudança de filosofia e de postura, evoluindo aspectos legais, culturais, técnicos, organizacionais e educacionais, pois as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com essas normas devem possuir maior poder preditivo e oferecer melhores condições para a tomada de decisões.

Na época muito se falou sobre a capacidade de as empresas se prepararem para o novo modelo contábil e o significado de se ter um modelo de padronização de reporte baseado mais em princípios do que em normas, o famoso “essência sobre a forma”. O assunto também foi discutido nesta *Revista RI*, sempre preocupada em abordar em primeira mão temas relevantes para o mercado de capitais. O artigo “IFRS

– Os desafios para o Mercado de Capitais” (*Revista RI*, pags. 24-25, dez. 2009) exemplifica esse movimento do mercado, companhias e profissionais de RI.

Ouvi inúmeras vezes, em palestras e *workshops* muitos, inclusive, ministrados pela própria Profa. Marina, que o mercado de capitais e as companhias brasileiras estavam diante de uma oportunidade única de mudança de paradigma em que o reporte contábil envolveria ainda mais todas as áreas da empresa, desde sua área operacional até a controladoria, a área financeira incluindo RI. A estruturação das empresas, implementando uma área específica para atender às demandas por informações, saindo do modelo tradicional em que a posição de RI era exercida, na maioria das empresas, pelo diretor presidente ou financeiro, foi impulsionada, sem dúvida, pelo aumento da complexidade das informações a serem reportadas. Atualmente, na maior parte das empresas, se fazem presentes analistas de RI que oferecem suporte a área.

Como não poderia deixar de ser diferente, toda mudança causa desconforto inicial, houve muito ceticismo na época e dúvidas se as empresas conseguiriam se preparar a tempo e colocar a casa em ordem para migrar para o novo padrão contábil. Foi preciso muito esforço, treinamento e educação de todos os profissionais envolvidos. Os primeiros anos de adoção foram de aprendizagem, conversão de rotas e ajustes. As empresas brasileiras foram bem-sucedidas e hoje as normas contábeis internacionais, já incorporadas pelos órgãos reguladores por meio do CPC (Pronunciamentos Contábeis Básicos), se encontram estabelecidas em suas estruturas internas. Houve a oportunidade para serem introduzidas novas ferramentas de gestão para auxiliar o processo decisório e os níveis de comprometimento dos diversos setores da empresa ultrapassaram os limites da contabilidade.

A importância da evidenciação das informações pôde ser reforçada e as decisões sobre a representatividade dessas informações não estão mais restritas à Contabilidade, mas também ao Conselho de Administração e Fiscal e à Diretoria Executiva da empresa. Todas essas áreas junto com o profissional de RI devem trabalhar de maneira harmoniosa, como uma orquestra, para promover o melhor nível de transparência possível.

Hoje, dezesseis anos depois, estamos assistindo novamente a movimentação do mercado rumo ao atendimento da demanda de informações relativas aos aspectos ESG (*Environmental, Social and Governance*, tradução para Ambiental, Social e Governança). É consenso de que a integração bem-sucedida dos



A importância da evidenciação das informações pôde ser reforçada e as decisões sobre a representatividade dessas informações não estão mais restritas à Contabilidade, mas também ao Conselho de Administração e Fiscal e à Diretoria Executiva da empresa. Todas essas áreas junto com o profissional de RI devem trabalhar de maneira harmoniosa, como uma orquestra, para promover o melhor nível de transparência possível.



três pilares do ESG é essencial para as empresas que buscam prosperar economicamente, mantendo-se rentável e, principalmente, criar um impacto positivo no mundo, garantindo sua própria sustentabilidade a longo prazo.

Há novamente a necessidade de reflexão e implementação de formas alternativas de gerenciamento, introduzindo os valores da sustentabilidade como valor das companhias, ou seja, uma mudança significativa dos atuais paradigmas é o grande desafio para o atendimento dos requisitos das normas do ISSB (*International Sustainability Standards Board*).

No Brasil, atualmente, temos, entre outros, o Relato Integrado (*Resolução CVM 14*), o Formulário de Referência (*Resolução CVM 59*) e outras resoluções direcionadas a setores específicos, tais como, Banco Central, SUSEP entre outros, que de alguma maneira incorporaram as demandas exigindo o reporte das ações referente à sustentabilidade.

CONVERGÊNCIA CONTÁBIL

Em termos globais, existem várias iniciativas como o GRI (*Global Reporting Initiative*), que desenvolveu padrões de sustentabilidade para fornecer um conjunto abrangente de diretrizes para empresas e organizações relacionadas ao seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança, bem como a fundação do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) que emitiu normas de divulgação de sustentabilidade.

Como proposta de padronizar e acompanhar esse processo de geração e reporte de informações foi criado em 2021, o ISSB “irmão” do já conhecido IASB (2001). A grande vantagem em ter uma entidade reconhecida globalmente e que possui o *background* de emissão de normas é a eficiência que esse processo possa apresentar, ou seja, padronizar e uniformizar os procedimentos e a divulgação das informações sobre o ESG e o reporte sobre os impactos financeiros de riscos e oportunidades climáticos. As normas são aplicáveis a todos e potencialmente relevantes para todas as empresas, mas as jurisdições decidem individualmente sobre sua adoção oficial, semelhante às Normas Internacionais de Contabilidade que têm sido utilizadas desde 2003.

A adoção das normas pressupõe que as divulgações de sustentabilidade sejam conectadas às financeiras, como um mesmo “pacote” e possuam visão de longo prazo (*forward-looking*) sobre riscos e oportunidades de sustentabilidade que podem afetar perspectivas financeiras.

Desse modo, a implementação da norma possui diversos desafios a serem considerados em sua adesão completa e eficiente, uma vez que a empresa deve atender e divulgar os tópicos contemplados no **S1** e **S2**, incluindo como qualificar e mensurar a razoabilidade do impacto no fluxo de caixa das questões que considerar relevante.

A norma **IFRS S1** *Sustainability Disclosure Standard* visa integrar informações de sustentabilidade aos relatórios financeiros das empresas, exige que as organizações divulguem informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem afetar suas perspectivas e fornecer aos usuários uma visão completa de seu desempenho em relação a essas questões. Isso marca um passo importante na convergência entre a contabilidade financeira tradicional e a divulgação de informações não financeiras.

A **IFRS S2** direciona-se a todas as empresas e trata das mesmas perspectivas (estratégia, gestão de riscos, governança e métricas e metas) do IFRS S1, porém considerando o aspec-



O desafio de capacitação das empresas e profissionais para a adoção das IFRS S1 e S2 representa um marco importante na integração dos temas de sustentabilidade aos relatórios financeiros, em que as empresas precisam olhar para dentro das suas estruturas, entre outras ações, identificar, avaliar e monitorar os riscos e oportunidades relacionados ao clima.



to climático. O objetivo das divulgações financeiras relacionadas ao clima sobre governança é permitir que os usuários de relatórios financeiros de propósito geral entendam os processos, controles e procedimentos de governança que uma entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima.

O desafio de capacitação das empresas e profissionais para a adoção das **IFRS S1** e **S2** representa um marco importante na integração dos temas de sustentabilidade aos relatórios financeiros, em que as empresas precisam olhar para dentro das suas estruturas, entre outras ações, identificar, avaliar e monitorar os riscos e oportunidades relacionados ao clima. Além disso, devem integrá-lo com a gestão geral de risco e entender o seu desempenho em relação a esses riscos e as oportunidades que poderão surgir.

Este é um trabalho conjunto que deve envolver vários setores da empresa, como o de planejamento, de finanças, de contabilidade, de auditoria, de riscos, jurídico, além da própria área operacional. Essa última área deve contribuir com a orientação do status e o planejamento das ações voltadas à sustentabilidade já existentes ou a serem implementadas nas operações para obtenção de melhores resultados.

Levando-se em conta que o relatório será elaborado de acordo com as normas do ISSB, deve ser feito sob o ponto de vista do investidor, usuário externo, e isso muda a perspectiva, pois as informações produzidas, na medida do possível, devem satisfazer a demanda desse público. Portanto, deve-se evitar assim, a chamada seleção adversa que penaliza a empresa pela informação não fornecida. Chamamos mais uma vez a atenção para uma mudança de paradigma em relação às informações ESG até então divulgadas. Os relatórios devem ser confeccionados com informação clara, precisa, seguindo um padrão estabelecido e acima de tudo, devem ser sucintos.

Neste cenário de mudança, a área de RI assume um papel significativo no esclarecimento ao mercado dos impactos financeiros reportados, bem como, o olhar sob a nova ótica da ordem econômica que tem sido discutida há alguns anos e parece ter sido impulsionada no início deste século.

Neste período de transição e implementação das normas, muito ainda há que ser aprendido e temos mais dúvidas do que respostas, natural em todo processo de mudança. A proposta de implementação a partir de 2026 imposta pela CVM representa um deadline para o desenvolvimento de processos por parte das empresas para que os relatórios possam ser reportados com a qualidade requerida pelo mercado.

Utilizando a metáfora do iceberg tão bem colocada por **Vania Borgerth**, vice coordenadora de Relações Internacionais CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade), em suas considerações no painel “*Mudanças contábeis – S1 e S2 – regras IFRS a serem adotadas*”, na 25ª edição do Encontro de RI e Mercado de Capitais (promovido pelo IBRI e pela ABRASCA em junho de 2024), é um mergulho para dentro das águas profundas da companhia.

Será preciso entender o que de fato impactará os resultados, no curto, médio e longo prazo e ainda planejar aquilo que pode ser feito para o cumprimento das normas nestes prazos. Ou seja, explorar o que há debaixo do *iceberg* porque a parte visível em relação às mudanças climáticas e outros aspectos de sustentabilidade, que conseguimos enxergar,

“

Conhecer e lidar com as ameaças e, se possível, transformá-las em oportunidade é o grande desafio das empresas para implementação das normas S1 e S2. Não existe um modelo pronto de relatório a ser seguido.”

”

são as informações divulgadas atualmente de controles já existentes e reportados tradicionalmente. Essas informações representam apenas a ponta visível do *iceberg*.

Já a massa gigante de gelo “invisível” que está abaixo da superfície, geradora de riscos e oportunidades, e que se refere às questões de natureza ambiental, social e de governança precisa ser mais bem explorada, conhecida, investigada e gerida para não se tornar uma ameaça e “afundar” a empresa. Como bem representado no filme Titanic o que afunda os grandes navios é a parte desconhecida do *iceberg*.

Conhecer e lidar com as ameaças e, se possível, transformá-las em oportunidade é o grande desafio das empresas para implementação das normas S1 e S2. Não existe um modelo pronto de relatório a ser seguido, a norma é principiológica, portanto, oferece abertura para as empresas produzirem um relatório com aquilo que mais se encaixa ao seu negócio com muita criatividade e inovação. “Não visitem um manequim que não é o seu tamanho”, encorajou Vania Borgerth. **RI**



MARINA MITIYO YAMAMOTO
é Professora - Livre Docente e Coordenadora da Câmara de Pós-Graduação da UNIFESP-EPPEN-DCC.
prof.marinamy@gmail.com



JENNIFER ALMEIDA
é jornalista com mais de 15 anos de experiência em mercado de capitais, MBA em ESG pelo IBMEC, assessora de comunicação do IBRI e subcoordenadora da Comissão ESG do IBRI.
jennifer.almeida@gmail.com

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DA CRIAÇÃO DE VALOR & GERAÇÃO DE RIQUEZA NA EMPRESA PARA AS INDICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

O principal objetivo de uma empresa é **criar valor e gerar riqueza**. A criação de valor é a medida mais eficaz para orientar a decisão de investimentos em uma empresa. Essa decisão, no contexto empresarial, significa obter um retorno financeiro que compense o risco do negócio e, ainda, adicione valor à riqueza do investidor.

por **OSCAR MALVESSI**

Este artigo explora como a avaliação do valor de empresas, bem como o entendimento desse método por parte dos analistas, aplicando conceitos contemporâneos usados globalmente de análise estratégica financeira com foco em valor, pode alcançar esse objetivo. A metodologia de Criação de Valor-VEC (Valor Econômico Criado) ou EVA (*Economic Value Added*) diferencia-se pelo uso integrado das demonstrações financeiras, utilizando o método do valuation. O valuation é o cálculo intrínseco do valor de uma empresa, considerando fatores qualitativos e quantitativos do capital investido para estimar os fluxos de caixa futuros e evidenciar o valor da empresa. Além disso, a visão aprofundada do método VEC permite que analistas comparem o desempenho de uma empresa com seus peers no mercado, proporcionando

uma perspectiva mais ampla e estratégica sobre sua competitividade e valor econômico gerado.

No método VEC, a criação de valor é continuamente aferida através da avaliação criteriosa de seus indicadores e do capital investido na operação. O objetivo é analisar se o ROIC (*Return on Invested Capital*) é superior ao custo de capital WACC (*Weighted Average Cost of Capital*).

O interesse dos analistas e do mercado de capitais sobre esses indicadores é especialmente importante porque propicia a adequada compreensão das decisões estratégicas da gestão, seu impacto na valorização da empresa no mercado e o consequente aumento da riqueza dos acionistas.

O MÉTODO VEC DE CRIAÇÃO DE VALOR

Conceitos Fundamentais: O ROIC mede a eficiência e a produtividade com que uma empresa utiliza seu capital investido para gerar lucro operacional. Um ROIC elevado indica uma gestão eficiente e um uso produtivo dos ativos operacionais. O WACC, por sua vez, representa o custo médio ponderado do capital, incluindo tanto o custo da dívida onerosa quanto o custo do capital próprio. Diferente dos métodos tradicionais de análise financeira, o conceito de lucro econômico no método VEC de criação de valor, considera o custo de oportunidade do capital investido pelo acionista, tratando o dinheiro aportado pelo acionista como um empréstimo para a empresa. Para criar valor VEC, uma empresa deve obter um ROIC superior ao seu WACC, gerando retornos econômicos que excedam o custo de seu capital investido.

Para os analistas, a comparação do ROIC e do WACC entre uma empresa e suas concorrentes é fundamental. O objetivo é identificar quais empresas estão utilizando de forma mais eficiente seu capital investido e se está mais bem posicionada para aumentar a criação de valor. Outro aspecto importante é avaliar se a remuneração executiva está alinhada com a criação de valor. A remuneração baseada no desempenho, atrelada a métricas como o ROIC e melhorias no VEC, pode incentivar os gestores a focarem na criação de valor a longo prazo. Deve-se verificar se os pacotes de remuneração incluem componentes variáveis que recompensem a criação de valor sustentável economicamente.

A análise financeira integrada do método VEC incorpora indicadores de geração de caixa, como o fluxo de caixa operacional e o FCF (Fluxo de Caixa Livre). Na visão da riqueza ao acionista, calcula-se o VAM (Valor Adicionado pelo Mercado), comparando o valor do patrimônio líquido atualizado com o valor de mercado da empresa. Quando o valor de mercado da empresa é superior ao valor investido pelo acionista atualizado, identifica-se que foi criada riqueza para o acionista.

O CÁLCULO DO MÉTODO VEC DE CRIAÇÃO DE VALOR:

O VEC é uma métrica de gestão que quantifica financeiramente o valor criado por uma empresa. Essa identificação ocorre quando o LOLIR (Lucro Operacional Líquido do Imposto de Renda) é superior e capaz de remunerar o valor monetário do custo do capital da empresa. A fórmula para calcular o VEC é:

$$\text{VEC} = (\text{ROIC} - \text{WACC}) \times \text{Capital Investido}$$



Para os analistas, a comparação do ROIC e do WACC entre uma empresa e suas concorrentes é fundamental. O objetivo é identificar quais empresas estão utilizando de forma mais eficiente seu capital investido e se está mais bem posicionada para aumentar a criação de valor.



Por exemplo, se uma empresa tem um ROIC de 15%, um WACC de 10% e um capital investido de R\$ 1.000.000, o VEC seria:

$$\text{VEC} = (0,15 - 0,10) \times \text{R\$ } 1.000.000 = \text{R\$ } 50.000$$

Isso significa que a empresa criou R\$ 50.000 em valor econômico além do custo do seu capital.

O VEC é uma abordagem estratégica financeira que alinha a gestão empresarial com a criação de valor e riqueza para a empresa e acionistas. Diferente dos conceitos tradicionais de análise financeira como os múltiplos de mercado, o Ebitda e Lucro, o VEC integra no seu cálculo o custo de capital e responde se uma empresa cria valor.

A implementação do VEC envolve várias etapas, incluindo a definição de métricas, indicadores chave de desempenho (KPIs), *drivers* e alavancas de criação de valor, a integração dessas métricas nos processos de tomada de decisão, a capacitação contínua dos gestores e a adequada comunicação dos resultados aos *stakeholders*. Os benefícios do VEC incluem a mudança do DNA da gestão, promovendo a melhoria contínua na criação de valor, melhor alocação do capital investido, aumento na capacidade de gerar lucro operacional e decisões alinhadas ao foco de obter maior criação de valor a longo prazo, atraindo mais investidores.

Exemplos práticos que propiciam aos analistas monitoramento dos resultados alcançados:

- **Empresa X:** Implementou o método VEC e aumentou seu ROIC de 11% para 16%, enquanto seu WACC permaneceu em 10%. Isso resultou em um aumento significativo no VEC e na valorização de suas ações no mercado.
- **Criação de Riqueza:** O valor de mercado da empresa “X” é de R\$ 1.750.000 e o valor do patrimônio líquido atualizado é de R\$ 1.000.000, gerando um crescimento de riqueza de R\$ 750.000.
- **Empresa Y:** Não conseguiu criar valor, pois seu ROIC de 6% era inferior ao seu WACC de 10%. Isso levou à destruição de valor e à desvalorização de suas ações.
- **Destruição de Riqueza:** O valor de mercado da empresa “Y” é de R\$ 570.000, enquanto o valor do patrimônio líquido atualizado é de R\$ 1.000.000, gerando destruição de riqueza de R\$ 430.000.

Esses resultados podem ser comparados com empresas peers para avaliar se o aumento no ROIC da Empresa “X” está alinhado com as tendências do setor ou se a empresa está superando ou não, seus concorrentes em termos de criação de valor econômico.

DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES

A implementação do método VEC não é isenta de desafios. As empresas podem enfrentar resistência interna, dificuldades na definição de métricas e KPIs de valor, falta de integração de sistemas de informação, alterações na conduta da gestão e necessidades de mudanças culturais.

Uma contribuição importante do método VEC visando desfrutar o valor da empresa é adotar o *Valuation* gerencial, que visa monitorar as métricas, KPIs, *drivers* e alavancas de valor oriundos das decisões estratégicas, apoiando e aprimorando as decisões operacionais e financeiras. Em conjunto, os benefícios de uma gestão focada na criação de valor superam esses desafios, uma vez que oferece uma base sólida de informações que proporcionam a busca do aumento contínuo da geração de caixa, ampliando a criação de valor, voltada sempre para o crescimento economicamente sustentável.

CONCLUSÃO

O método VEC é essencial para a valorização da empresa no mercado e aumento da riqueza dos acionistas. O maior diferencial da criação de valor é a capacidade de demonstrar

“

A implementação do método VEC não é isenta de desafios. As empresas podem enfrentar resistência interna, dificuldades na definição de métricas e KPIs de valor, falta de integração de sistemas de informação, alterações na conduta da gestão e necessidades de mudanças culturais.”

”

a verdadeira realidade econômica da empresa. Também introduz uma disciplina financeira, reforçada pela mudança no *mindset* da gestão, preparando-a para exercer a administração com visão de longo prazo. Ao mesmo tempo, definem-se novos padrões para monitorar e estabelecer a melhoria contínua da criação de valor, promovendo o destaque da empresa no mercado. A integração das métricas VEC com as informações das peers facilita a avaliação comparativa por parte dos analistas e a identificação de melhores práticas de criação de valor. Com isto, a análise é mais robusta com a avaliação sobre a eficácia das estratégias de gestão adotadas.

Adotar práticas de gestão baseadas em valor, como o método VEC, permite que a empresa siga criando mais riqueza para si, acionistas e *stakeholders*. Ao focar a gestão na obtenção de um ROIC superior ao WACC, associado a visão de longo prazo, as empresas podem garantir que estão criando valor econômico, se posicionando com sustentabilidade econômica, obtendo reconhecimento no mercado de capitais e valorizando a empresa, além de contribuir com a sua perenidade. **RI**



OSCAR MALVESSI

é consultor especializado em criação de valor, autor do livro “Como Criar Valor na sua Empresa”, lançado em 2023. Publica artigos e livros sobre temas de finanças corporativas e valuation. Professor da FGV nos cursos executivos e professor de carreira na área financeira da EAESP FGV por mais de 30 anos.
oscar@oscarmalvessi.com.br

"UM PLANETA MAIS QUENTE É UM PLANETA QUE CRIA CONDIÇÕES PARA QUE OS EXTREMOS CLIMÁTICOS SE TORNEM MAIS FREQUENTES"

PROFESSOR CARLOS NOBRE, CLIMATOLOGISTA

POB HONOLULU AVANÇA EM TEMPO: AUMENTO DE PLUVIALIDADE, SECURIDADE HÍDRICA E AQUECIMENTO

Pode pensar a poluição e a climatologia como coisas bem distintas. Não são. Há uma conexão entre elas que se manifesta em eventos climáticos. Para quem não sabe, o planeta Terra não é apenas um planeta azul. É um planeta quente. E a poluição atmosférica, ao alterar a composição da atmosfera, contribui para o aquecimento global. Isso significa que o planeta está ficando mais quente e, como consequência, os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes. Segundo o professor Carlos Nobre, climatologista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), "um planeta mais quente é um planeta que cria condições para que os extremos climáticos se tornem mais frequentes".



de Espinho (leste) e diretor de Assuntos de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Carlos Nobre é pesquisador sênior do Instituto de Física da UFMG, onde atua desde 1985. Também é professor de Física na UFPA, onde atua desde 1995. Foi diretor do Instituto de Física da UFPA de 2007 a 2010. Atualmente é pesquisador sênior do Instituto de Física da UFPA. Também é pesquisador sênior do Instituto de Física da UFPA. Também é pesquisador sênior do Instituto de Física da UFPA.

"PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL QUE PROJETE CIDADES MAIS INTELIGENTES, QUE SEJAM CIDADES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES."

JÚLIO CÉSAR DA SILVA, Pós-Doutor em Engenharia Civil, Pesquisador e vice-líder do Centro de Pesquisas e Estudos sobre Desastres (CEPEDS/UFPA)

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido um momento histórico. O país está passando por grandes transformações, tanto em termos econômicos quanto sociais. No entanto, a infraestrutura urbana e habitacional precisa ser repensada para atender às demandas de uma população cada vez mais diversificada e com maior poder aquisitivo. É necessário investir em políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Isso significa criar cidades mais inteligentes, sustentáveis e resilientes, capazes de enfrentar os desafios do futuro.



Defesas civis nos municípios enfrentam falta de verba, de pessoal e de estrutura, mostram pesquisas

Umas em grande parte, as defesas civis nos municípios enfrentam sérias dificuldades. Há falta de verba, de pessoal e de estrutura, mostram pesquisas realizadas pelo Instituto de Defesa Civil (IDEC) em parceria com o Conselho Nacional de Defesa Civil (CNDC). Segundo os dados, apenas 10% dos municípios possuem equipes treinadas e equipadas para lidar com situações de emergência. Isso coloca em risco a segurança da população e a capacidade de resposta do poder público. É urgente que o governo federal e os estados tomem medidas para fortalecer as defesas civis e garantir a proteção da vida e do patrimônio das comunidades.



PLURALE E OUTRAS MÍDIAS ALERTAM HÁ ANOS PARA O RISCO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.



ESPECIAL ESG ESTUDOS DE CASOS
POR SONIA ARRABE, EDITORA DE PLURALE
A reportagem aborda o tema ESG (Environmental, Social and Governance) e apresenta estudos de caso de empresas que estão adotando práticas sustentáveis. O texto discute a importância da transparência e da responsabilidade social corporativa para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



ESPECIAL PANTANAL: AS LIÇÕES QUE FICAM DOS INCÊNDIOS
ARTIGOS INÉDITOS, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, TURISMO EM TIRADENTES
A reportagem aborda o impacto dos incêndios no Pantanal e discute as medidas necessárias para a conservação e restauração da área. Também apresenta artigos sobre alimentação saudável e turismo sustentável em Tiradentes.



Cidades das Terras Altas da Mantiqueira se movimentam pela restauração e pela conservação florestal
Ações envolvem plantamentos, poças públicas amovíveis e engajamento dos proprietários rurais
A reportagem destaca o movimento das comunidades das Terras Altas da Mantiqueira para a restauração e conservação florestal. As ações incluem o plantio de mudas, a criação de poças públicas amovíveis e o engajamento dos proprietários rurais.

PLURALE HÁ 17 ANOS NOTICIANDO E REFLETINDO SOBRE O TEMA.

Plurale: Plural até no nome
www.plurale.com.br

CONSELHOS DE BUDA E PAPA FRANCISCO PARA BOA GOVERNANÇA

Em um mundo caracterizado pela disparidade econômica, degradação ambiental e turbulência social, devemos constantemente buscar novas inspirações para encontrar soluções inovadoras para nossos problemas. Uma alternativa em relação a essas questões é implementar e seguir diretrizes de Governança Corporativa. Mas como?

por **ANA PAULA CANDELORO**

Como dizem, a inspiração pode vir de lugares inesperados. Talvez a resposta não esteja onde as pessoas costumam procurar, e algumas percepções interessantes podem ser encontradas em outros espaços. Por exemplo, nos ensinamentos de Buda e do Papa Francisco. Ambos líderes espirituais enfatizaram princípios de compaixão, sustentabilidade e justiça social, que são fundamentais para criar uma sociedade mais equitativa e sustentável.

Continue lendo para entender melhor como essas filosofias podem beneficiar a boa governança. Venha com a mente e o coração aberto. Afinal, está bastante claro que não vamos conseguir avançar e ter sucesso, tanto como planeta quanto como empresas individuais, fazendo o que já foi feito antes.

UMA ABORDAGEM BUDISTA PARA A ECONOMIA

O conceito de economia budista surgiu no meio do século XX, através das obras de E.F. Schumacher, um economista britânico. Ele idealizou um modelo econômico fundamentado em princípios e valores budistas, oferecendo uma abordagem holística para o desenvolvimento econômico que prioriza o bem-estar e a sustentabilidade em detrimento da maximização do lucro. Ainda, ele tem raízes profundas nos

“

O conceito de economia budista surgiu no meio do século XX, através das obras de E.F. Schumacher, um economista britânico. Ele idealizou um modelo econômico fundamentado em princípios e valores budistas, oferecendo uma abordagem holística para o desenvolvimento econômico que prioriza o bem-estar e a sustentabilidade em detrimento da maximização do lucro.

”

princípios de suficiência, interdependência, compaixão e a noção de não prejudicar o outro.

No centro da economia budista está a ideia de suficiência. Ao invés da busca interminável por riqueza material e consumo, ela defende encontrar contentamento apenas com o que é necessário para uma vida digna. Isso se alinha com o conceito budista do Caminho do Meio, que enfatiza a moderação e o equilíbrio em todos os aspectos da vida. Em termos práticos, isso significa promover padrões de consumo sustentáveis que não esgotem os recursos naturais ou prejudiquem o meio ambiente.

Outro princípio chave é o conceito de interdependência. De acordo com os ensinamentos budistas, todos os fenômenos são interdependentes e interconectados. Este princípio se estende ao campo econômico, onde ações tomadas em uma parte da economia podem ter efeitos de longo alcance em outras esferas. No contexto da economia budista, significa considerar os impactos sociais e ambientais das atividades econômicas.

A compaixão também é um pilar central. Ela ressalta a importância da empatia e da preocupação com o bem-estar dos outros, incluindo as gerações futuras. Esse princípio se reflete na maneira como os recursos são gerenciados e distribuídos, com foco na redução da desigualdade e garantia de que todos tenham acesso às necessidades básicas.

Não prejudicar, ou ahimsa, é mais um princípio chave da economia budista. Ele enfatiza a importância de evitar prejudicar os outros, incluindo animais e plantas. No contexto econômico, isso se traduz em promover práticas sustentáveis e éticas que minimizem o dano ao meio ambiente e aos seres vivos.

Em termos práticos, a economia budista defende uma abordagem descentralizada e humanizada para o desenvolvimento econômico. Ela valoriza a importância da autossuficiência local, capacitação da comunidade e preservação da sabedoria e cultura tradicionais.

FRANCISCO, CLARA E UM MODELO ECONÔMICO BASEADO NO AMOR

A economia de Francisco e Clara refere-se a um modelo socioeconômico inspirado na vida e nos ensinamentos de São Francisco de Assis e Santa Clara de Assis, duas figuras reconhecidas por sua dedicação à pobreza, humildade e simplicidade. Este modelo está enraizado na tradição franciscana e reflete seus valores de solidariedade, amor, comunidade e



O conceito de pobreza voluntária é crucial para a economia de Francisco e Clara. Ambos renunciaram à riqueza material e viveram vidas de simplicidade e austeridade. Eles acreditavam que, ao abraçar a pobreza, poderiam emular mais plenamente a vida de Jesus Cristo e viver em comunhão mais próxima com Deus. Esse princípio enfatiza a importância de viver apenas com o que é necessário e compartilhar recursos com os necessitados.



cuidado com o meio ambiente. Atualmente, o Papa Francisco advoga por esses princípios, buscando envolver as gerações mais jovens nesse desenvolvimento econômico.

O conceito de pobreza voluntária é crucial para a economia de Francisco e Clara. Ambos renunciaram à riqueza material e viveram vidas de simplicidade e austeridade. Eles acreditavam que, ao abraçar a pobreza, poderiam emular mais plenamente a vida de Jesus Cristo e viver em comunhão mais próxima com Deus. Esse princípio enfatiza a importância de viver apenas com o que é necessário e compartilhar recursos com os necessitados.

Outro aspecto chave da economia de Francisco e Clara é a ideia da boa administração. Eles acreditavam que toda a criação é um presente de Deus e que os seres humanos têm a responsabilidade de cuidar da terra e de seus recursos. Isso se reflete no compromisso com a sustentabilidade ambiental e na promoção de práticas que respeitem e protejam o mundo natural.



O Capitalismo Consciente é um conceito que procura conciliar a busca pelo lucro com a responsabilidade social e ambiental. Ele enfatiza a importância das empresas agirem como entidades responsáveis, equilibrando os interesses dos acionistas com os dos outros stakeholders.



A comunidade e a solidariedade também são essenciais. São Francisco e Santa Clara enfatizavam a importância de viver em comunidade e apoiar uns aos outros nos momentos de necessidade. Na vida, isso é observado na ajuda mútua e solidariedade, onde os recursos são compartilhados entre os membros da comunidade para garantir que as necessidades básicas de todos sejam atendidas.

A economia de Francisco e Clara também enfatiza a importância do trabalho e da criatividade. Eles acreditavam que o trabalho é uma forma de oração e que ele tem dignidade e valor. Esse princípio é refletido no compromisso com o trabalho significativo e na promoção de atividades econômicas que contribuam para o bem comum.

Em termos práticos, esse modelo promove práticas econômicas sustentáveis e equitativas. Ele enfatiza a importância das economias locais e da produção em pequena escala, bem como a promoção do comércio justo e do consumo ético.

COMO A BOA GOVERNANÇA PODE SE BENEFICIAR DESSES NOVOS MODELOS ECONÔMICOS?

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que, embora a economia budista e a economia de Francisco e Clara te-

nam suas origens nos ensinamentos de líderes religiosos, seguir suas filosofias econômicas não tem nada a ver com religião. Pense nisso como uma forma de ter uma perspectiva mais ampla e inovadora em relação à compreensão da dinâmica econômica do mundo.

A boa governança pode se beneficiar significativamente dos princípios e valores defendidos por esses modelos econômicos, bem como do **Capitalismo Consciente**. Cada um deles oferece insights e abordagens únicas que podem contribuir para uma governança mais eficaz, inclusiva e sustentável.

O **Capitalismo Consciente** é um conceito que procura conciliar a busca pelo lucro com a responsabilidade social e ambiental. Ele enfatiza a importância das empresas agirem como entidades responsáveis, equilibrando os interesses dos acionistas com os dos outros *stakeholders*. Os princípios da economia budista e da economia de Francisco e Clara se alinham com os valores do capitalismo consciente, enfatizando a importância da paixão, sustentabilidade e responsabilidade social na tomada de decisões econômicas.

Incorporar esses conceitos na governança pode levar a vários benefícios. Primeiro, pode promover um crescimento econômico mais inclusivo que beneficie toda a sociedade, reduzindo a desigualdade e a pobreza. Segundo, pode levar a um desenvolvimento mais sustentável que preserve os recursos naturais e proteja o meio ambiente para as gerações futuras. Terceiro, pode fomentar um sentido de comunidade e solidariedade, levando a uma maior coesão social e estabilidade.

Em conclusão, a boa governança pode se beneficiar da economia budista e da economia de Francisco e Clara ao incorporar seus princípios e valores nos processos de tomada de decisão. Esses modelos enfatizam a sustentabilidade, a justiça social e a inclusão, que são essenciais para uma governança eficaz. Ao promover práticas éticas e sustentáveis, a boa governança pode construir confiança entre empresas, governos e sociedade, levando a um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. **RI**



ANA PAULA CANDELORO

é Conselheira estratégica com experiência no ecossistema de empreendedorismo e inovação, mercado financeiro, PME e 3º setor, com foco em ESG e gerenciamento de riscos. Advogada, executiva C-level, Mestre em Liderança para a Sustentabilidade pela Universidade de Cambridge, Inglaterra.
anacandeloro@uol.com.br

Cultura de governança e os desafios do Brasil

Como a governança corporativa pode ajudar a enfrentar questões do ecossistema de negócios brasileiro?

Participe do 25° Congresso IBGC para debater esse e outros tópicos para uma gestão empresarial mais transparente, ética e sustentável. Esperamos você!



Inscreva-se

www.ibgc.org.br/congresso

08 e 09.10.24

WTC Events Center | SP

O ADVENTO DA INFORMAÇÃO NUGGET

Em 1980, quando ingressei no curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, o acesso à informação era limitado e hierarquicamente controlado. Naquela época, minhas fontes de conhecimento eram os professores e os livros da biblioteca universitária. Estes livros, geralmente, eram os mesmos que os professores conheciam e recomendavam. A transmissão de conhecimento seguia um fluxo unidirecional: dos mais velhos para os mais novos, dos pais para os filhos, dos professores para os alunos, dos autores para os leitores.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Ainda na universidade, fui introduzido aos BBS (*Bulletin Board Systems*), uma tecnologia revolucionária para a época. Através dos BBS, era possível acessar fóruns públicos, ler notícias e trocar arquivos com outros usuários, predominantemente do meio acadêmico. Esta rede primitiva de comunicação digital representou um avanço significativo, pois permitia o compartilhamento de informações fora dos limites físicos das universidades, das bibliotecas e das aulas presenciais.

Os BBS marcaram o início de uma democratização da informação. Porém, o verdadeiro tsunami informacional veio com a popularização da internet. Quando o público geral teve acesso à internet, a informação, antes restrita e hierarquicamente controlada, tornou-se acessível a todos. A internet não só democratizou o conhecimento, mas também transformou a informação em algo abundante e facilmente disponível.

Os jovens foram os primeiros a perceber e aproveitar as vantagens do acesso abundante à informação. Em um dos mais célebres episódios dos primórdios da internet, que demonstra a mudança da hierarquia etária vigente, destaca-se a negociação de dois jovens de pouco mais de 20 anos, Bill Gates e Paul Allen, fundadores da Microsoft, então uma pequena empresa de software, que conseguiram um acordo extremamente vantajoso, que mudou a história da computação e do nosso tempo, frente à centenária e então ultrapoderosa IBM.

Este novo paradigma rompeu o velho sistema etário hierárquico que governou a sociedade por séculos. Não eram mais apenas os pais, professores, as editoras e a imprensa estruturada que detinham o poder sobre o conhecimento. A internet nivelou o campo de jogo, permitindo que qualquer pessoa, independentemente de idade ou posição social, tivesse acesso à informação.

No princípio, parecia que a internet teria um impacto para a geração de conhecimento, maior e melhor que a invenção da prensa tipográfica por Gutenberg, que, em meados do século 15, revolucionou a história ao permitir a produção em massa de livros, tornando a informação mais acessível e barata. A prensa permitiu o surgimento da imprensa que ampliou a alfabetização, facilitou a disseminação de ideias científicas, impulsionou a cultura e a economia e estabeleceu as bases para o mundo moderno.

Sim, é verdade, a internet e todas as mudanças que se seguiram fazem com que seja até difícil para um jovem, como meus filhos, por exemplo, imaginar o que era o mundo no início dos anos 1980, quando entrei na universidade. Eu mesmo frequentemente fico admirado como conseguia viver em um mundo sem celular, GPS e computadores. Mas será que o conhecimento realmente deu o esperado salto? Será que o mundo se tornou realmente muito mais inteligente? Essas perguntas há muito tempo vinham ressoando na minha cabeça.

Recentemente, li uma postagem da excelente jornalista Rosana Hermann em uma rede social que me deixou completamente atordoado. Em poucas frases, ela conseguiu descrever um sentimento que eu tinha e não conseguia verbalizar.

Segundo ela, vivemos em uma época de comunicação “Nugget”, e aqui vou apenas transcrever o que ela publicou para não perder a força da mensagem: “Um Nugget é um tweet, uma frase, um meme, uma imagem, um corte de podcast. A informação, como a galinha, é moída, processada numa massa, depois fragmen-

“

Um Nugget é um tweet, uma frase, um meme, uma imagem, um corte de podcast. A informação, como a galinha, é moída, processada numa massa, depois fragmentada, empanada, frita e vira um Nugget. Não diferenciamos mais o que é peito, asa ou coxa, nem o que é verdade, mentira. Nem se estamos sendo informados ou sendo feitos de trouxa. Vivemos assim, engolindo Nuggets, verdades e mentiras moídas juntas, empanadas e fritas para consumo imediato. Informação processada para comer com a mão.”

”

tada, empanada, frita e vira um Nugget. Não diferenciamos mais o que é peito, asa ou coxa, nem o que é verdade, mentira. Nem se estamos sendo informados ou sendo feitos de trouxa. Vivemos assim, engolindo Nuggets, verdades e mentiras moídas juntas, empanadas e fritas para consumo imediato. Informação processada para comer com a mão.”

Eram alunos viciados em nuggets de pretensão conhecimento que eu encontrava em sala de aula; agora são pessoas ansiosas por nuggets de conhecimento que encontro nas redes sociais. São pessoas que expõem informações em nuggets que têm sucesso nas rodas de conversa, nos discursos políticos ou nas redes sociais, independentemente da qualidade e veracidade das informações. Textos mais longos e profundos, discursos, aulas, vídeos mais elaborados, informações



Onde a comunicação Nugget tristemente parece ter mais impacto é na política. Qualquer político que não dê explicações simples, mesmo que erradas, para problemas complexos, tem enorme dificuldade para angariar votos. Assim, temos um campo fértil para os populistas radicais de direita ou de esquerda.



que levem à reflexão são rejeitados na constante busca por dicas, por informações que não dêem trabalho para serem consumidas.

Como fatos e opiniões, verdades e mentiras são processados, moídos e empanados para consumo rápido, perde-se o contexto e as nuances cruciais para uma compreensão completa e acurada dos eventos. Isso cria um ambiente onde é difícil discernir a realidade, e onde a desinformação se espalha rapidamente. Estamos vivendo em uma sociedade inundada por informação, e a maioria dos indivíduos sofre de grave deficiência de conhecimento.

Onde a comunicação Nugget tristemente parece ter mais impacto é na política. Qualquer político que não dê explicações simples, mesmo que erradas, para problemas complexos, tem enorme dificuldade para angariar votos. Assim, temos um campo fértil para os populistas radicais de direita ou de esquerda. Qual o problema do país? Imigrantes são o problema! Se expulsarmos todos os imigrantes, a América será grande novamente. Sem imigrantes, a França vai recuperar sua glória de outrora. Qual o problema do Brasil? O STF, o presidente do Banco Central, a ganância dos banqueiros. Qualquer explicação simples, qualquer bode expiatório vale, só o que não vale é explicação complexa.

Ninguém quer a galinha cheia de pele, miúdos e ossos, só vale o Nugget.

Além da política, a comunicação Nugget vem afetando diversas áreas da sociedade. Médicos e nutricionistas sérios perdem espaço para charlatões. Acadêmicos são substituídos por influencers. Os produtores de conhecimento são substituídos por geradores de conteúdo.

No mercado financeiro e na educação financeira, minhas áreas de atuação, os vendedores de soluções milagrosas, os produtores de “dicas”, têm milhões de seguidores, em detrimento de quem tem formação e conhecimento. Isso foi muito bem demonstrado em uma pesquisa publicada recentemente pelo Swiss Finance Institute. No artigo, os pesquisadores Ali Kakhbod (Berkeley), Seyed Kazempour (Rice University), Dmitry Livdan (Berkeley) e Norman Schürhoff (University of Lausanne) demonstraram que existe uma relação inversa entre o número de seguidores dos influenciadores financeiros (finfluencers) e suas habilidades.

Assim como presenciei animado a popularização da internet, hoje vejo a Inteligência Artificial chegando ao grande público. Estamos novamente em um ponto de virada civilizatório; se bem utilizada, a IA pode transformar para melhor a nossa sociedade e nossas vidas. No entanto, seu potencial de danos é enorme. Por uma questão de atitude frente à vida, sou muito otimista, porém, pelos anos que já vivi, meu ânimo com a IA é mais cauteloso do que foi em relação à internet.

A chef de cozinha, escritora, empresária e apresentadora de programas de culinária, Rita Lobo, vem travando uma enorme batalha contra os ultraprocessados, contra os Nuggets alimentares e em favor da comida de verdade. Está na hora de travarmos uma luta contra a comunicação Nugget, em favor do conhecimento verdadeiro, pois assim como os alimentos ultraprocessados destroem a saúde física, a informação que desinforma pode destruir a “cola social” fundamental para a unidade e a estabilidade de uma sociedade. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO

é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e professor de Finanças Pessoais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
jurandir@edufinanceira.org.br

IBRI **RI** cria VALOR Notícias



25º Encontro de RI debate mudanças regulatórias, novas tecnologias e desafios globais

Evento promovido pelo IBRI e pela ABRASCA completa um quarto de século de debates sobre a ampliação do papel dos profissionais de Relações com Investidores ao longo dos anos, bem como se preparar para as mudanças regulatórias e novas tecnologias.

por **JENNIFER ALMEIDA** e **RODNEY VERGILI**

PÁGINA 52

JOÃO PEDRO NASCIMENTO, CVM; RENATA BATTIFERRO, IBRI; GILSON FINKELSZTAIN, B3 E PABLO CESÁRIO, ABRASCA

IBRI participa de evento do Estudo Global: Formulário de Referência 2024 da MZ

PÁGINA 68

Larissa Boness é a profissional feminina mais jovem a ganhar o Prêmio APIMEC IBRI

PÁGINA 70

IBRI inicia capacitação para IFRS S1 e S2 com debate “Dados ESG: Controles Internos”

PÁGINA 72

25° Encontro de RI debate mudanças regulatórias, novas tecnologias e desafios globais

Evento promovido pelo IBRI e pela ABRASCA completa um quarto de século de debates sobre a ampliação do papel dos profissionais de Relações com Investidores ao longo dos anos, bem como se preparar para as mudanças regulatórias e novas tecnologias.

por **JENNIFER ALMEIDA** e **RODNEY VERGILI** | fotos: **RENATO MENECHIM**



JOÃO PEDRO NASCIMENTO, CVM; **RENATA OLIVA BATTIFERRO**, IBRI; **GILSON FINKELSZTAIN**, B3 e **PABLO CESÁRIO**, ABRASCA

“É uma honra e um privilégio estar aqui hoje como presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). Gostaria de começar expressando meu mais profundo agradecimento a todos os presentes no 25° Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais. Este evento é uma oportunidade única para compartilharmos conhecimentos, discutirmos

tendências e fortalecermos nossa rede de contatos no setor”, anunciou **Renata Oliva Battiferro**, presidente do Conselho do Instituto na abertura da 25ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

Promovido anualmente pelo IBRI em parceria com a ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), o Encontro

aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2024, no Teatro B32, em São Paulo (SP), e contou com a presença de Relações com Investidores, analistas, profissionais do mercado de capitais, investidores, imprensa e demais interessados. “Ao longo desses 25 anos, vimos o mercado de capitais brasileiro evoluir de forma significativa, tornando-se mais robusto, transparente e acessível. Essa evolução não seria possível sem a dedicação e o esforço conjunto de profissionais como vocês, que trabalham incansavelmente para promover a integridade e a confiança no nosso mercado”, pontuou Renata Oliva Battiferro.

Para a presidente do Conselho do IBRI, o papel do Instituto tem sido crucial na promoção das melhores práticas de comunicação entre empresas e seus investidores. “Nosso compromisso é continuar sendo uma referência em excelência, incentivando a transparência, a governança corporativa e a educação no mercado de capitais. Este evento reflete o nosso esforço contínuo para manter esses valores e fortalecer a confiança dos investidores”, afirmou.

Renata Oliva Battiferro lembrou que o mercado está enfrentando um momento de grandes mudanças e desafios, mas também de oportunidades. Segundo ela, a inovação tecnológica, a crescente demanda por sustentabilidade e as novas regulamentações estão redefinindo o campo de atuação do RI. “Dessa forma, seguimos nos preparando para enfrentar essas mudanças com resiliência e visão estratégica, sempre focados em promover um mercado de capitais justo e eficiente”, finalizou.

Pablo Cesário, presidente executivo da ABRASCA, reforçou a importância do evento na discussão das tendências e de estar na fronteira do conhecimento no relacionamento com os investidores. “Estamos passando por uma mudança nas estruturas do nosso mercado. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tem liderado uma discussão de modernização e simplificação muito relevante que deve continuar a ser estimulada. Mas a realidade é, sem nenhum eufemismo, que vivemos um momento difícil”, afirmou.

Segundo ele, os casos de fraudes impactaram negativamente o mercado, fechando a captação durante alguns meses e grandes empresas sendo tratadas como distressed assets, ou seja, investimentos de alto risco. “Por sorte isso está começando a se reverter, o mercado está começando a se abrir e as companhias voltando a captar. Faz três anos que não temos um IPO (em inglês, IPO é a sigla para “initial public offering”, ou “oferta pública inicial” em português) e várias empresas

estão fechando capital e há companhias abrindo capital no exterior”, mencionou.

Pablo Cesário reforçou a importância da união entre os profissionais de mercado com o objetivo de trazer prosperidade e união. “Qual é a nossa proposta para criarmos um equilíbrio fiscal? Não podemos nos esquivar de propor as soluções para o caminho da prosperidade e da sustentabilidade”, afirmou.

Gilson Finkelsztain, CEO da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), enfatizou que a complexidade também abriga os desafios globais, especialmente com as altas taxas de juros. No mercado interno, ele citou o desafio de se atingir a sustentabilidade fiscal. “Ainda assim com desafios e incertezas não temos um mercado que está parado e estamos de cabeça erguida para trazer o desenvolvimento”, frisou.

De acordo com ele, apesar disso tudo o mercado tem boas novas: “o Brasil é um dos mercados com maior liquidez do mundo, dentro dos emergentes”, comentou. Finkelsztain afirmou que o mercado de dívidas é a bola da vez e o mercado nacional não pode deixar passar esta oportunidade. Este mercado está movimentado há seis anos, disse.

“O profissional de RI desempenha um papel crucial nesse cenário de incertezas. Ele é a porta de entrada da empresa e conversa com todos os investidores. A comunicação transparente e consistente é muito importante para termos governança. Contem com a B3 para gerar boas oportunidades de negócios para as companhias”, encerrou.

João Pedro Nascimento, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), observou que o Brasil é um país de proporções continentais. Está dentre as 10 maiores economias do mundo e conta com aproximadamente 700 companhias registradas na CVM, das quais apenas 420 estão efetivamente listadas na B3, observou. Nascimento afirmou que há desafios macroeconômicos com as altas taxas de juros e perspectivas de controle inflacionário pelos juros, trazendo uma série de desafios para o mercado de capitais.

Entretanto, na visão do presidente da autarquia, no contexto global, o Brasil tem uma oportunidade de se destacar e se diferenciar dos demais. “Se esse desafio está presente em todos os países, o que observamos aqui no Brasil é uma grande quantidade de companhias com demandas represadas, aguardando uma janela de oportunidade para voltar a fazer a oferta de distribuição de valores mobiliários”, declarou.

Em paralelo a isso, João Pedro Nascimento informou que se tem observado um aquecimento muito grande das operações de crédito corporativo, ou seja, as operações de dívida por meio do mercado de capitais. “Se de um lado os juros altos apresentam desafios para as ofertas de participação, de outro lado gera um mercado interessante para as ofertas de dívida mesmo, pois o empreendedor precisa continuar se financiando, captando recursos e o mercado de capitais tende a aparecer e apresentar alternativas financeiramente mais viáveis do que o mercado financeiro tradicional”, observou.

Em sua mensagem final, João Pedro Nascimento chamou atenção “para enxergarmos o lado bom das coisas”. “A retomada do crescimento passa pelo mercado de capitais. Gostaria de deixar uma mensagem de construção e o lado bom das coisas”, concluiu.

HOMENAGEM A LÉLIO LAURETTI

Antes do início do primeiro painel, as entidades promotoras do evento enaltecem o trabalho e legado do professor **Lélio Lauretti** que faleceu em janeiro de 2024. A esposa de Lélio, Gleice Lauretti, e os filhos Leandro Lauretti, Lisandro Lauretti, Lísias Lauretti, Luisa Lauretti e a nora Caroline Daitx subiram ao palco para receber uma placa em homenagem póstuma a Lélio Lauretti.



Homenagem à **LÉLIO LAURETTI**

“Lélio Lauretti foi uma figura essencial para o IBRI. Apaixonado por ensinar o caminho do sucesso na Governança Corporativa, Lélio contribuiu significativamente para o desenvolvimento e aprimoramento do mercado de capitais no Brasil”, enfatizou Renata Oliva Battiferro. “Batalhador incansável, foi um pioneiro na disseminação da importância da ética e da boa governança no mercado de capitais. Sua participação como membro do Comitê Superior de Orientação, Nomenclatura e Ética do IBRI foi fundamental para estabelecer padrões elevados de conduta e transparência”, afirmou. Renata Oliva Battiferro lembrou que Lélio Lauretti foi o responsável pelo Código de Ética adotado pelo Instituto.

Lélio Lauretti foi associado do IBRI por 25 anos, Renata afirmou que “seu legado é imensurável e inestimável”. “Em nome do Instituto, expressamos nossa sincera homenagem e nosso profundo agradecimento a Lélio Lauretti”, destacou.

“A estatura de uma pessoa é medida pelo seu legado. O professor Lélio Lauretti anteviu o que precisava ser feito e deixou um legado e grandes amigos. Ele se torna um imortal”, declarou Pablo Cesário da ABRASCA.

Lisandro Lauretti descreveu o pai como uma pessoa alegre e espirituosa. Além disso, era disseminador da ética e da boa governança do mercado. “Ele transpirava dedicação quando se tratava dessas entidades - IBRI e ABRASCA. Agradecemos demais esta iniciativa e estamos muito felizes. Essa homenagem tocou nossos corações”, reforçou. Antes de finalizar, Lisandro Lauretti lembrou uma frase do pai: “Nunca se está velho ou novo para fazer o bem”, concluiu.

PAINEL 1: DIGITAL VERDE

ASPECTOS REGULATÓRIOS E NÃO REGULATÓRIOS

- O QUE AS EMPRESAS PODEM ESPERAR

O primeiro painel do evento foi moderado por **Renata Oliva Battiferro**, presidente do Conselho de Administração do IBRI, e contou com as participações de **Flavia Mouta**, diretora de Emissores da B3, e **João Pedro Nascimento**, presidente da CVM. “O que temos de novidade na área digital e de sustentabilidade”, questionou a presidente do Conselho do IBRI para João Pedro Nascimento, presidente da CVM.

Segundo ele, a autarquia promoveu mudanças regulatórias que incluíram o Brasil no que diz respeito a Finanças Sustentáveis e citou 3 Resoluções emitidas pela CVM. A Resolução 193 que dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade;



FLÁVIA MOUTA, B3; JOÃO PEDRO NASCIMENTO, CVM; RENATA OLIVA BATTIFERRO, IBRI

a Resolução 175 sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, e revoga as normas que especifica e, por fim, a Resolução 59 que estabeleceu um novo regime de divulgação para o Formulário de Referência, principalmente no que diz respeito a informações sobre temáticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG), o Pratique ou Explique.

“A agenda da CVM é para simplificar para o emissor e para o investidor”, disse o presidente da CVM. Ao falar sobre digital, João Pedro Nascimento disse que a temática da autarquia é “modernizante e estamos criando o *Open Capital Market* e vamos conectá-lo com o *Open Finance* do Banco Central”, mencionou.

Flávia Mouta, diretora de Emissores da B3, apontou três grandes vertentes de contribuição da Bolsa no quesito sustentabilidade e digital. “Conseguimos junto com o mercado viabilizar produtos ESG, o que pode nos ajudar a protagonizar esse movimento”, observou. Como exemplo, ela citou os índices ESG, títulos específicos como social e green bonds. A segunda vertente mencionada por Flávia Mouta foi a B3 enquanto empresa e servindo de fonte de inspiração, especialmente o quanto pode absorver de boas práticas.

A terceira vertente está ligada à B3 e o seu papel de força de indução de boas práticas. “Lançamos o anexo ASG (Ambiental, Social e Governança) que tem o intuito de promover a diversidade na alta liderança. Ele entra em vigor em 2025 e será no modelo Pratique ou Explique. Acreditamos que as companhias conseguirão chegar lá”, destacou.

Renata Oliva Battiferro perguntou ao presidente da CVM como é possível acelerar a ideia do digital verde por meio da regulação e autorregulação. “Existe algum incentivo para as empresas adotarem essas práticas?”, indagou. João Pedro Nascimento lembrou que a autarquia tem que ter o cuidado de não onerar os emissores e tratar a questão dentro de um sistema de recompensas.

“Se a inteligência artificial entregar no curto e médio prazo tudo o que pretende de maneira responsável vamos conseguir calibrar a consistência das informações”, observou Flávia Mouta. De acordo com ela, a agenda digital verde não é isolada da B3, CVM, RIs e companhias. “É o conjunto para criar boa qualidade das informações, aumentar o interesse dos investidores e, conseqüentemente, aumentar a liquidez do mercado”, finalizou.

APRESENTAÇÃO PESQUISA DELOITTE IBRI: O PROTAGONISMO ESTRATÉGICO DO RI

A apresentação da pesquisa Deloitte IBRI: “O protagonismo estratégico do RI: Como a Comunicação, as novas regulações de ESG e a Inteligência Artificial podem influenciar o valor das empresas” foi conduzida por **Rodrigo Lopes da Luz**, conselheiro Fiscal do IBRI e moderador do painel, e **Reinaldo Oliari**, sócio de Audit & Assurance da Deloitte.

“Gostaria de agradecer a todas as empresas que participaram da pesquisa. Da pesquisa saem insights importantes que podem direcionar o dia a dia estratégico da área de RI, bem como o conhecimento de novas ferramentas que estão surgindo capitaneadas por algumas empresas e de possível aplicação pelas demais”, enfatizou Rodrigo Luz.

Rodrigo Luz observou que a pesquisa contou com a resposta de 51 empresas, trazendo quatro temas importantes: a regulamentação e a padronização da temática ESG e a ausência de RI especializado nesses temas, principalmente nas empresas de mid e small caps; o segundo tema diz respeito ao crescimento do investidor pessoa física nas bases acionárias e como lidar com esse público; o terceiro insight aborda o papel dos influencers e como a companhia faz uso e alavanca o valor da empresa por meio deles; e o quarto tema fala dos processos de tecnologia voltados à inteligência artificial e como as áreas de RI estão lidando com essas ferramentas.

Do total de respondentes (de 51 empresas), 37% são companhias listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e 18% no exterior, mostrando que a estruturação da área de RI nas organizações está ganhando cada vez mais relevância, posicionando-se como um pilar fundamental para o crescimento sustentável e a maximização do valor das empresas. Nesse sentido, 76% dos respondentes da pesquisa indicaram que suas organizações já têm uma área de RI estruturada atualmente, sendo que 51% delas implementaram essa estrutura nos últimos cinco anos, evidenciando um movimento crescente de estruturação nos últimos anos.

Oliari citou a Resolução CVM 193 que a partir de 2026 torna obrigatório que as companhias de capital aberto produzam um relatório de sustentabilidade com foco nos investidores. “Ele não é um relatório feito com todos os stakeholders e como é direcionado aos investidores ele deve ser mais sucinto e objetivo do que os demais relatórios de sustentabilidade”, declarou.

Mais da metade das organizações pretende aderir antecipadamente às novas regulamentações que objetivam padronizar relatórios ao mercado e guiar em direção à conformidade com as diretrizes ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) e de sustentabilidade, embora essa adaptação aos novos modelos só se torne obrigatória em 2026. Para as



REINALDO OLARI, Deloitte e **RODRIGO LUZ**, IBRI

empresas de capital aberto, o percentual chega a 68%. Contudo, alguns desafios devem acompanhar essa transição, como custos associados, identificação das métricas relevantes e como conectar os relatórios de sustentabilidade e ESG com os financeiros.

O contexto de sustentabilidade e ESG no setor

O estudo identificou que 57% das empresas possuem Comitê Administrativo responsável pelas iniciativas ESG. Adicionalmente, decorrentes das novas decisões da CVM, as alterações nos relatórios de sustentabilidade destacam a importância da atuação de um profissional especializado em ESG na área para estabelecer métricas de acompanhamento das iniciativas, comunicar os objetivos das ações adotadas, avaliar temas materiais e incorporar essas pautas em todas as áreas de negócio, emergindo como ações fundamentais para promover a geração de valor nas empresas participantes, posicionando o tema como um objetivo estratégico. Atualmente, quase 30% das organizações participantes contam com esse especialista e, das que não têm, 22% pretendem contratar nos próximos anos.

Ainda que haja o amadurecimento das empresas com relação ao monitoramento de indicadores ESG, os desafios relacionados a eles – e que impactam diretamente no desenvolvimento de relatórios – estão relacionados à falta de padronização de dados (60%), às informações pulverizadas (58%), dificuldade de mensurar impactos financeiros (52%) e falta de equipe especializada (42%).

Novas regulações e relatórios mais utilizados pelos profissionais

Ainda que 70% das empresas entrevistadas adotem algum tipo de framework para padronização de seus relatórios, as novas regulações mostram que as organizações precisam dar mais um passo em direção à conformidade dos temas de sustentabilidade e ESG. Os principais benefícios apontados pelos respondentes quanto às novas regulamentações para o reporte de indicadores de sustentabilidade e ESG são maior clareza e comparabilidade entre relatórios (73%), auxílio no desenvolvimento de políticas de controle (64%) e mitigação de riscos como greenwashing (que são declarações enganosas ou exageradas sobre suas práticas ambientais) e outras práticas (51%).

No panorama geral, as novas regulações têm benefícios concretos, mas seu processo de adoção apresenta alguns obstáculos. Vincular o relatório de sustentabilidade e ESG aos financeiros (67%), os custos associados a modificações sistêmicas para realizar essas interações (53%) e a determinação de

métricas materiais para apresentação no reporte (51%) estão entre as principais dificuldades das empresas respondentes.

IA e GenAI já são gradualmente aplicadas

Embora mais da metade das empresas considere a adoção de novas tecnologias uma prioridade, apenas 17% já implementam ferramentas de Inteligência Artificial (AI, na sigla em inglês) e Inteligência Artificial Generativa (GenAI, na sigla em inglês) em suas atividades, como leitura e análise de dados (50%), produção de relatórios (38%), e personalização de conteúdo (25%). No entanto, 35% planejam adotar a ferramenta no próximo ano, refletindo uma tendência de modernização e inovação na área, com o objetivo de transformar a comunicação com investidores e aprimorar a eficiência e a capacidade de resposta às mudanças do mercado.

Os usos da IA e da GenAI têm impactado significativamente os profissionais de RI em três áreas principais: automação e sofisticação na construção de relatórios com análise de dados avançados (81%), análise financeira mais aprofundada (69%), e elaboração de comunicação com investidores (63%). Essas tecnologias economizam tempo e recursos, fornecendo informações e insights mais eficientes e relevantes para os investidores.

Os principais desafios referentes ao uso da ferramenta incluem a necessidade de investimento em capacitação (70%) e garantia de transparência e segurança de dados (53%). Esses fatores destacam a complexidade enfrentada pelas empresas na incorporação de novas tecnologias.

“A pesquisa mostra que embora existam desafios significativos, como a adaptação às novas regulamentações, a capacitação em novas tecnologias e a integração de relatórios financeiros e de sustentabilidade, as organizações estão comprometidas em superar esses obstáculos para colher os benefícios de forma mais eficiente e transparente para seus investidores. A crescente importância das iniciativas ESG, combinada com o uso de IA e GenAI, destaca a necessidade de uma governança robusta e estratégias de comunicação inovadoras para maximizar o valor e a sustentabilidade das empresas”, destacou Reinaldo Oliari, sócio da Deloitte.

Comunicação inovadora e de valor com o mercado

Com a crescente relevância dos investidores pessoas físicas no mercado, as empresas têm percebido a necessidade de inovar nas formas de comunicação. Os dados indicam que 84% dos respondentes concordam que as redes sociais se tor-

naram uma fonte relevante de informação sobre economia e investimentos para o investidor. Nesse sentido, apesar de concordarem com a relevância das redes sociais enquanto fontes de informação, as empresas ainda valorizam mais lives e teleconferências na comunicação com investidores.

Para 55% dos participantes, o aumento de investidores pessoas físicas deve-se à presença dos “finfluencers” - influenciadores digitais do mercado financeiro -, que atuam como formadores de opinião e referências populares sobre o mercado financeiro. Inclusive, 37% enxergam positivamente o impacto dos influenciadores no mercado de investimentos, apontando a democratização da educação financeira (81%), engajamento direto com investidores (75%), e compartilhamento de experiências (63%) como os principais motivos para essa conclusão.

Já os que discordam (18%), apontaram a comunicação inadequada dos fatores de risco e foco excessivo em tendências de curto prazo (88%) e falta de transparência sobre as informações apresentadas (75%) como motivos para enxergar de forma negativa os influenciadores digitais do mercado financeiro. Quase metade (45%) das organizações afirmaram enxergar a popularização dos finfluencers como neutra no mercado de Relações com Investidores.

Entretanto, 82% das empresas concordam que a CVM e a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) devem adotar regulações mais rígidas para mediar a relação entre finfluencers e investidores. Essa regulação deve fiscalizar, principalmente, analistas de investimentos e educadores financeiros, tendo em vista que o mercado de renda variável e outros ativos mais sofisticados oferecem maiores riscos aos investidores menos experientes.

“As áreas de Relações com Investidores estão cada vez mais alinhadas com as demandas por transparência, inovação tecnológica e engajamento em questões ESG. A tendência de modernização é evidente, com muitas empresas já adotando ou planejando incorporar IA e GenAI para aprimorar a análise de dados e a comunicação com investidores. A presença crescente de investidores pessoas físicas e a influência dos finfluencers ressaltam a necessidade de uma comunicação mais acessível e regulada, que promova a educação financeira e a proteção dos investidores. Assim, o setor se posiciona como um pilar essencial para a sustentabilidade e o crescimento das empresas no cenário atual”, observou Rodrigo Lopes da Luz.

Iniciativas de diversidade, equidade e inclusão crescem

A maioria das organizações promove iniciativas voltadas para diversidade, equidade e inclusão. Mais de um terço estão em estágio intermediário e possuem, além de práticas, indicadores para monitoramento do tema. Já 26% dos respondentes indicaram estar em estágio avançado, com práticas e metas definidas em relação ao tema. Segundo a pesquisa, os principais motivadores da promoção de diversidade, equidade e inclusão nas empresas são fortalecimento da cultura organizacional (70%), demonstração de responsabilidade social corporativa (70%), políticas e compromissos inerentes da empresa (62%) e atração de talentos (60%).

Metodologia e amostra

A pesquisa “O protagonismo estratégico do RI: Como a comunicação, as novas regulações de ESG e a Inteligência Artificial podem influenciar o valor das empresas” foi elaborada com base em questionário on-line, entre 4 de abril e 31 de maio de 2024. Participaram do estudo 51 empresas, entre as quais 37% estão listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), 18% no exterior, e 27% têm receita líquida acima de R\$ 5 bilhões. Entre os respondentes, 36% ocupam cargos executivos e 22% são membros de Conselho. Entre as áreas de atuação, 36% são de Relações com Investidores e 24% de Controladoria/Financeiro. Participaram do levantamento empresas dos setores de Infraestrutura (26%), Serviços (22%), Serviços financeiros (20%), Tecnologia da Informação e Telecomunicações (10%), Bens de consumo (8%), Agronegócio (6%), Comércio (6%), e Mineração, Petróleo e Gás (2%).

7ª EDIÇÃO DO PROGRAMA DE MENTORING DO IBRI INICIA SUAS ATIVIDADES

“Vivemos em uma era de imediatismo e informações abundantes. Em um mundo onde uma rápida busca no Google ou em grupo de WhatsApp pode se obter respostas instantâneas, a verdade é que a busca por respostas rápidas pode nos dar informações, mas não sabedoria. Pode nos fornecer respostas, mas não insights e pode nos dar soluções temporárias, mas não desenvolvimento duradouro”, destacou Eduardo Pavanelli Galvão, diretor de Relações com Investidores da CI&T e conselheiro de administração do IBRI, durante o 25º Encontro de RI.

De acordo com ele, é apenas por meio da dedicação de tempo e compromisso com o autoconhecimento e aprendizado profundo que podemos crescer como profissionais e, mais importante, como pessoas. “É e com imenso prazer que apre-



EDUARDO GALVÃO, CI&T e IBRI

sento o Programa de Mentoring do IBRI”, ressaltou Galvão que também é coordenador do Programa.

Eduardo Galvão revelou que a iniciativa do IBRI teve início em 2019 e está na 7ª edição este ano. Ele explicou que o objetivo do Programa é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos associados, por meio de interação customizada. “Este ano tivemos um número recorde de inscrições e priorizamos os novos participantes resultando na adesão de novos associados ao IBRI que se juntaram ao Instituto, especialmente para aproveitar oportunidades de mentoria e networking que oferecemos”, apontou.

Serão seis sessões de mentoria com duração de uma hora cada, entre junho e novembro de 2024. Após o processo de inscrição, cada um dos 15 candidatos selecionados recebeu uma mensagem de confirmação de participação no Programa. A definição dos mentores / mentorados foi feita com base no alinhamento dos temas de interesse e haverá acompanhamento do coordenador do Programa junto aos participantes, bem como avaliação ao final do Programa. Os mentores são experientes profissionais do quadro de associados do IBRI, tendo a importante missão de interagir com os mentorados, de forma customizada.

“Para o próximo ano, estamos determinados a evoluir e expandir o Programa de Mentoring do IBRI com o objetivo de atender ainda mais associados, fortalecendo a profissão de Relações com Investidores e contribuindo para o desenvolvimento profissional de cada um dos nossos associados”, concluiu. O Programa de Mentoring não tem custos para o associado. Para mais informações sobre o Programa de Mentoring do IBRI, basta acessar:

<https://www.ibri.com.br/pt-br/desenvolvimento-profissional/programa-de-mentoring/#:~:text=O%20Programa%20de%20Mentoring%20foi,desenvolver%20perspectivas%20complementares%20para%20carreira.>

PAINEL 2: AS NOVAS FRONTEIRAS DA ANÁLISE DE MERCADO – SELL SIDE E BUY SIDE – EVOLUÇÃO

“A primeira vez que participei deste evento foi em 2015 e aqui temos a oportunidade de aprender coisas muito interessantes. Aproveitem esses dois dias de evento porque há muitas novidades do mundo de RI”, comentou **Guilherme Setubal**, head de Relações com Investidores e ESG da Dexco e membro do Conselho de Administração do IBRI, no início do segundo painel do evento. Setubal moderou os debates e apresentou os participantes **Marcio Farid**, vice president – Equity Research Analyst do Goldman Sachs; e **Emerson Leite**, sócio-fundador da CapSigma Investimentos.

Ao ser questionado por Guilherme Setubal sobre as principais mudanças vistas no mercado nos últimos cinco anos, Marcio Farid disse que desde 2010 o mercado no Brasil é muito cíclico e com bastante volatilidade. “No final do dia, vejo o sell side como uma oportunidade de engajar os representantes das empresas, os peers e todos na cadeia de suprimento aos investidores. E no meio do processo ajudar na tomada de decisão de investimento”, comentou.

Segundo Farid, o acesso à informação está cada vez mais fácil e como exemplo ele citou que no passado o contato com o investidor era feito basicamente por telefone “e hoje nem sei o meu número de telefone da mesa. O WhatsApp passou a ser o meio de mensagem para se ter contato mais próximo com o investidor, ou pelo menos mais rápido, mesmo assim está começando a ficar repleto de mensagens e estamos voltando para o telefone”, opinou ao enfatizar a importância da comunicação “face to face”.

Em continuidade à fala do colega de painel, Emerson Leite observou que “do ponto de vista de analistas e investidores, o profissional de RI precisa entender muito do negócio, dos



MARCIO FARID, Goldman Sachs; **GUILHERME SETUBAL**, Dexco; e **EMERSON LEITE**, CapSigma

números da empresa e da estratégia corporativa e ter uma boa comunicação com o mercado”.

Na visão de Leite, o escopo de atuação do RI está maior “com temas que estão impactando muito o negócio, como a agenda ESG, Inteligência Artificial, tornando assim a função de Relações com Investidores mais abrangente e desafiadora”. “Em conversa com o RI, minha perspectiva é ouvir dele o que eu ouviria do Presidente ou o Diretor Financeiro, ou seja, entender a visão estratégica e se ela está mudando e para que lado”, exemplificou. Segundo ele, “a história de longo prazo da companhia pode ser boa, mas a de curto prazo pode ser ruim e o RI precisa estar presente em todos os momentos”.

Guilherme Setubal completou a fala de Emerson Leite e disse que o papel do RI é “mais importante em momentos difíceis, pois são nessas horas que o mercado mais precisa do profissional é que ele tem que estar mais disponível”. “Estou há 10 anos na carreira de RI e aprendi mais nos momentos difíceis”, compartilhou.

Durante o painel, eles abordaram a temática da comunicação do RI com o mercado e como ele precisa ajustar a linguagem aos diferentes públicos. Marcio Farid mencionou a importância de as empresas incentivarem a cultura da transparência

e Emerson Leite complementou: “A cultura de ser franco e transparente vem da liderança. Ainda hoje admitir erro está associado ao fracasso. Isso faz parte da nossa cultura latina”.

PAINEL 3: PERSPECTIVAS DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO – VISÃO DE EQUITY E DÍVIDA

No terceiro painel “Perspectivas do mercado de capitais brasileiro – visão de equity e de dívida, **Natasha Utescher**, head de Relações com Investidores e Tesouraria da Aura Minerals e diretora regional São Paulo do IBRI, moderou o painel que contou com as presenças de **Fabio Nazari**, head of Equity Capital Markets do BTG Pactual, e **Gabriel Cambuí**, International DCM Director no Banco UBS - BB.

“Com a queda na liquidez e saída de capital, queremos ouvir qual é sua visão para o mercado tanto este ano quanto para os próximos”, solicitou Natasha Utescher para Fabio Nazari.

Nazari fez um breve histórico do mercado de equity no Brasil desde sua reabertura na primeira década dos anos 2000. “Estamos acostumados com essa volatilidade e como mercado emergente também nos habituamos com essas janelas de volatilidade abrindo e fechando. É absolutamente natural e quando acaba todo mundo fica um pouco deprimido”, afirmou.



FABIO NAZARI, BTG Pactual; **NATASHA UTESCHER**, Aura Minerals e IBRI; e **GABRIEL CAMBUÍ**, UBS

De acordo com Nazari, desde quando o mercado de capitais brasileiro se reabriu com os IPOs (do inglês, Initial Public Offering, em português, Oferta Pública Inicial) da Natura (2004), há um ambiente de importante liquidez que dura de dois a três anos e depois essa janela se fecha.

Fabio Nazari disse que quando a taxa de juros nos Estados Unidos começar a cair será natural ver o Brasil no radar do mercado. “O investidor estrangeiro não voltou ainda e precisamos dele. Acredito que a janela de novos IPOs deve acontecer mais no próximo ano”, pontuou.

Para Natasha Utescher, “em momentos que o mercado está mais difícil, o trabalho do RI é de formiguinha”. “É o momento de dar a cara a tapa, falar com os fundos, mesmo sabendo que o retorno será baixo. É o momento de construir a credibilidade”, acrescentou.

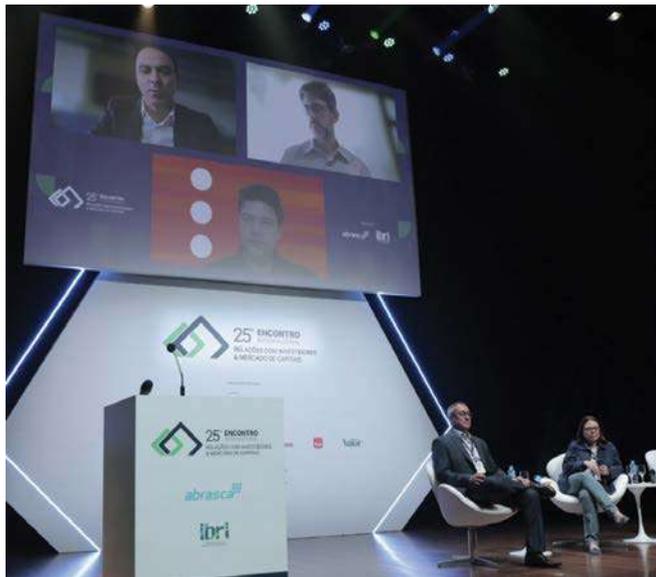
Ao falar sobre o mercado de dívida, Gabriel Cambuí disse que o caminho de todas as empresas é buscar a melhor oportunidade de financiamento e, atualmente, a janela de equity não está tão aberta e o momento é de se buscar fontes de financiamento via dívidas. “O investidor estrangeiro não está investindo na Bolsa brasileira, mas ele está extremamente líquido”, complementou.

Segundo Cambuí, o mercado de renda fixa internacional está aquecido com novos entrantes no mercado, como a 3R Petroleum e a Ambipar. “Não temos visto as grandes empresas brasileiras triple A, que costumam acessar o mercado de dívida internacional com bastante frequência, fazendo captação de dívida nesse mercado. Essas empresas têm encontrado um caminho até melhor no mercado doméstico”, relatou.

Gabriel Cambuí se assume como “grande otimista em relação ao Brasil” e revela que “em conversas com investidores estrangeiros esse otimismo é maior no exterior do que aqui dentro”. “Quem investe no Brasil sabe o que esperar, somos uma economia em desenvolvimento, ainda não conseguimos chegar no patamar das grandes economias desenvolvidas, então nós temos problemas”, concluiu.

PAINEL 4: MUDANÇAS CONTÁBEIS – S1 E S2 – REGRAS PARA IFRS A SEREM ADOTADAS

“Este painel traz a discussão de temas relevantes sobre as novas divulgações de sustentabilidade. Será muito oportuno as trocas e os insights que vamos trazer aqui, assim como os debates que traremos a respeito do tema”, detalhou o moderador **Alexsandro de Lima Tavares**, presidente da CANC (Comissão de Auditoria e Normas Contábeis) da ABRASCA e gerente sênior de Controladoria das Lojas Renner, na abertura



ALEXSANDRO TAVARES, ABRASCA e Lojas Renner; **LUIZ MURILO LIMA**, Petrobras; **JOSÉ AUGUSTO LOBATO**, Grupo Report; **REINALDO OLIARI**, Deloitte; e **VANIA BORGERTH**, CBPS

ra do quarto painel 4: “Mudanças contábeis – S1 e S2 – regras para IFRS a serem adotadas”.

Com a Resolução CVM 193, **Reinaldo Oliari**, sócio de Audit & Assurance da Deloitte, disse que haverá a necessidade de produção de mais um relatório de sustentabilidade e que deverá ser confeccionado pelo profissional de RI em parceria com as áreas de Finanças, Contabilidade, Auditoria, Riscos, Valuation e advogados.

“O relatório de sustentabilidade deve ser feito sob o ponto de vista do investidor e deve ser produzido com informação clara, precisa e, acima de tudo, ser sucinto”, destacou. De acordo com ele, haverá mudança da asseguuração que passa de razoável para limitada. A companhia deverá ter uma matriz de controles e o fluxo de informações é de responsabilidade da empresa antes de divulgá-la. “O desejo de informar deve levar em consideração: riscos, ameaças, oportunidades”, enfatizou. No que diz respeito a normas IFRS S2, Oliari esclareceu que a empresa deverá contar com um profissional especializado em clima para detalhar como ele afeta o negócio.

Vania Borgerth, vice coordenadora de Relações Internacionais do CBPS (Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade), revelou que para se ter uma informação

de qualidade de sustentabilidade percebeu-se que deveria haver o mesmo movimento de divulgação de informações contábeis, possibilitado pelas normas internacionais de contabilidade, as IFRS. “O Banco Mundial, a IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*) e o G20 começaram a estimular que buscássemos um caminho para fazer com que a informação de sustentabilidade deixasse de ser voluntária e começasse a ser divulgada de forma regulamentada, comparável em ambiente e amplitude global”, destacou.

Com isso, como **Vania Borgerth** expôs, foi preciso transformar todas as ideias de relato de sustentabilidade existentes no mercado como GRI (*Global Reporting Initiative*), CDP (*Carbon Disclosure Project*), SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), TCFD (*Task Force on Climate Related Financial Disclosures*), TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosure*), Science Based Targets initiative, enfim tudo em um único padrão que pudesse ser reportado de forma padronizada, ser acompanhado, parametrizado e auditado. “Se queríamos usar a informação contábil como base, nada melhor do que ter a mesma instituição, que já faz a norma internacional contábil, para ter a norma de sustentabilidade internacional comparável e regulamentada, ou seja, a IFRS Foundation”, declarou.

A IFRS Foundation criou um “novo braço”, o ISSB (*International Sustainability Standards Board*), que fez as normas de sustentabilidade ancoradas na contábil, incorporando três entidades: o CDSB (*Climate Disclosure Standards Board*), o Relato Integrado e o SASB. “O ISSB adotou o modelo building blocks, em que a base do reporte de sustentabilidade é a informação contábil. O segundo bloco do lego do building blocks é a informação de sustentabilidade originada da ISSB e um terceiro bloco ficaria a cargo de cada regulador em cada jurisdição para estabelecer para estabelecer as particularidades que aquela região necessita reportar no que diz respeito às questões de sustentabilidade”, descreveu.

José Augusto Mendes Lobato, gerente de Educação Corporativa do Grupo Report, participou do Encontro de RI em transmissão on-line de Londres onde estava participando de uma Conferência da IFRS Foundation. Ele ofereceu atualizações a respeito da temática sustentabilidade, bem como falou sobre os desafios de capacitação dos profissionais de diversas áreas.

Segundo Lobato, o IASB (*International Accounting Standards Board*) e o ISSB estabeleceram um plano de trabalho para uma integração maior entre eles, ou seja, fazer com que a



JÉSSICA REGINA, Financ.ia; **FERNANDA MOTORFANO**, Cescon Barrieu; e **DIEGO BARRETO**, iFood

linguagem contábil seja inserida nos relatórios que falam de questões ligadas à sustentabilidade e, ao mesmo tempo, que as questões de sustentabilidade sejam insumo para um aprimoramento da qualidade da informação não financeira apresentada pelas empresas.

“O líder técnico do IASB trouxe a ideia de que o mundo de hoje é marcado pela complexidade de tudo. Temos mais informações, as informações e transações financeiras são cada dia mais complexas, as organizações têm estruturas jurídicas cada vez mais complexas. Elas se mundializaram numa escala nunca vista e isso traz uma série de desafios de como regular e regulamentar a comunicação de desempenho dessas empresas. Junto disso há um movimento de maior controle e regulação. E como foi dito pelos executivos do IASB e ISSB não se pode mergulhar as organizações em um oceano de normas e obrigações”, afirmou. Para José Augusto Lobato, o principal desafio é conectar esses mundos: o que trata das questões do mercado de capitais e da geração de valor financeiro da empresa e as áreas que cuidam da gestão dos impactos e do acompanhamento de como esses impactos afetam o negócio, “que é uma visão dupla que as áreas de sustentabilidade cada vez mais têm que acompanhar”, afirmou.

Luiz Murilo Strube Lima, gerente de Políticas e Procedimentos Contábeis da Petrobras, chamou a atenção para a complexidade das normas e disse que não são simples de serem adotadas. “Quando vemos esses normativos (IFRS S1

e S2), especialmente o de clima, o desafio é pegar o requerimento que consta em um normativo e fazer com que ele seja compreendido por diversas áreas dentro da companhia. Isso significa que essas diversas áreas precisarão parar e ler o normativo no detalhe e ler inúmeras vezes até entender o que está escrito ali. Isso é difícil de fazer, ou seja, criar uma cultura de utilização desses normativos de forma abrangente dentro de uma companhia, especialmente se for uma de grande porte”, opinou.

Para Lima, “o desafio é grande, mas precisa ser feito”, acrescentando que aderir às normas IFRS S1 e S2 pode significar ter que alterar processos dentro da companhia. “Em muitas empresas pode ser necessário mexer nos processos para produzir aquela informação que eventualmente ainda não existe. É algo que vai requerer muita troca e o mercado vai ter que se ajudar para colocar em prática”, pontuou.

PAINEL 5: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ÁREA DE RI – STATUS ATUAL E PERSPECTIVAS

O quinto painel do evento abordou um tema de crescente debate no mercado e, inclusive, dentre os profissionais de RI. “Inteligência Artificial aplicada à área de RI – status e perspectivas”. Contou com a participação de **Diego Barreto**, CEO do iFood; **Jéssica Regina**, fundadora do Financ.ia; e **Fernanda Montorfano**, sócia do escritório Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. “Estamos vivendo algumas transformações e o nosso painel vai falar do uso da inteligência

artificial. A área de RI merecia também um evento próprio para falar desse tema”, comentou Fernanda, que moderou os debates.

Ao ser questionado sobre o processo de adaptação do iFood à inteligência artificial, Diego Barreto foi enfático ao dizer que “o primeiro grande passo para se tornar uma empresa de IA é deixar de mentir para si mesmo”. “Fico impressionado com a quantidade de empresas que dizem que fazem IA e aí ao se fazer três perguntas, ela não chega ao segundo capítulo. É vergonhosa a necessidade que temos de mentir para dizer: ‘eu faço algo’”, destacou.

Em sua visão, o empresariado brasileiro “precisa sair de um lugar de mediocridade para entrar de cabeça em um negócio e fazer efetivamente uma transformação”. “É difícil, trabalhoso, demora, mas precisamos aceitar que temos um padrão medíocre de inovação e desenvolvimento e não sou eu quem diz isso, podem consultar qualquer dado, estudo, ranking”, mencionou.

Diego Barreto relatou que o processo para tornar o iFood uma empresa de IA teve início em 2018 e, para ele, “o mais importante foi montar um data lake, ou seja, um repositório utilizado para armazenar todos os dados estruturados e não estruturados – processo que demorou um ano”. Nesse ponto específico, Barreto afirmou que é onde as empresas têm mais dificuldade em concretizar o processo de adoção de IA e assim ultrapassar o capítulo dois. “O nosso data lake quer dizer três coisas: mais de 90% das informações sistêmicas do iFood estão num mesmo lugar, 100% dessas informações tem um único padrão de linguagem e essas informações são clusteadas, ou seja, separadas em grupos, para dar eficiência no uso e na correlação de dados que a gente usa. Se você não tem isso na sua empresa, você não faz IA”, ressaltou.

Durante essa jornada, o CEO do iFood esclareceu que “foram demitidas em torno de 500 pessoas, que, segundo ele, não queriam se transformar”. “Não é possível subir a régua aceitando o que os outros querem na coletividade de uma empresa. Sempre respeitamos o clima e a cultura, com educação, feedback e outras pessoas ajudando no processo de desenvolvimento, mas não há espaço para não querer se transformar e se adaptar ao que precisávamos”, frisou.

Jéssica Regina, fundadora do Financ.ia, falou sobre os obstáculos que as organizações enfrentam para implementar a inteligência artificial nos departamentos de Relações com In-

vestidores. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, ela citou em primeiro lugar “o receio de utilizar a IA e a mentalidade das pessoas ao acreditarem que a inteligência artificial resolverá todos os problemas”. Ela reforçou a fala de Diego Barreto a respeito do data lake e ressaltou que tudo começa com os dados e a qualidade deles.

“Para quem não sabe o data lake é um lago de dados onde você vai pegando todas as informações de todas as áreas da empresa e vai afunilando até que chegue em um lugar onde haverá uma única fonte de dados. Essa fonte de dados será a fonte verdadeira. Se você não tem uma fonte de dados única na sua empresa, você começa a ter problemas, principalmente para os profissionais de RI que ficam na ponta esperando informação da contabilidade, da área comercial e outros departamentos. É importante que os dados estejam muito bem alinhados e estruturados com segurança, qualidade e, além disso, que as pessoas estejam capacitadas”, observou.

Durante sua palestra, Jéssica Regina disse que “no Brasil todo mundo fala muito sobre IA, mas ainda há muita resistência de conhecimento, de investimento e, inclusive, de capacitação das pessoas. Além disso, ela comentou que não há incentivo à cultura do erro, ou seja, como inovar com tecnologia se não podemos errar”.

Barreto comentou sobre o poder da IA Generativa para a área de RI e explicou que “ela tem criatividade e esse fato faz com seja possível enxergar pontos cegos. Depois que o time de RI define os pontos que vai discutir, ele pega o documento, joga na IA Generativa e pergunta: ‘a partir desses resultados é isso que estou enxergando e falando, o que você está vendo que eu não vi’. A IA Generativa fornece dez documentos e, então, você pede mais dez, e vai em frente. Com isso, o time de RI verifica quais informações são relevantes para o investidor e quais não são”.

PAINEL 6: O QUE SIGNIFICA TER UM CONSELHO E DIRETORIA DIVERSO? COMO O RI DEVE SE POSICIONAR AO TEMA?

O último painel do evento foi moderado por **Anna Guimarães**, presidente do Conselho Consultivo do 30% Club e contou com as participações de **Fernando Luciano Pereira**, diretor de Gestão de Pessoas da Vivo, e **Jvan Gaffuri**, da S&P Global Sustainable1 ESG Benchmarking.

Durante o painel, os participantes falaram sobre a importância de considerar aspectos de diversidade e inclusão (D&I) nas



FERNANDO PEREIRA, Vivo; **ANNA GUIMARÃES**, 30% Club; e **JVAN GAFFURI**, S&P Global

companhias, especialmente com exemplos práticos, além de indicadores de avaliação.

A moderadora do painel Anna Guimarães informou sobre o 30% Club Brazil Award, iniciativa inédita entre todos os capítulos do 30% Club, que premiou em 2023 dezessete companhias do IBRX 100 que contam com mais de 30% de mulheres em seus conselhos de administração.

Jvan Gaffuri fez uma breve apresentação do seu trabalho na S&P Global Sustainable1 ESG Benchmarking e explicou que “atua no braço da companhia onde toda a metodologia de sustentabilidade corporativa está incluída”.

“Para nós, D&I faz parte dos valores da Vivo. Vemos a diversidade com os olhos na empresa e acreditamos que é preciso refletir o que a sociedade vive dentro da própria companhia, portanto, quanto mais diversos somos, acreditamos que conseguimos oferecer um ambiente mais colaborativo e isso gera criatividade, bem como sustentabilidade para o negócio”, destacou Fernando Luciano Pereira.

Ele informou que a companhia tem 33% de participação feminina no Conselho de Administração – dos doze conselheiros, quatro são mulheres – e, para além do Conselho, 45% dos colaboradores da empresa são mulheres. “Temos programas de desenvolvimento para os diferentes pilares de diversidade em que atuamos, são eles: gênero, raça, pessoas com algum tipo de deficiência e pessoas da comunidade LGBTQIA+”, afirmou.

Pereira chamou atenção para “a importância do letramento tanto do Comitê Executivo como do resto da companhia a respeito da diversidade”. “É uma nova jornada com novos vocabulários, novas atitudes. E conseguimos levar esse letramento para fora da companhia”, declarou.

A moderadora solicitou a Jvan Gaffuri falar um pouco mais sobre a questão da diversidade no Dow Jones Sustainability Index World, o primeiro índice de sustentabilidade mundial, lançado em 1999. Ele comentou que a metodologia do índice foi criada quatro anos antes de seu lançamento, portanto, em 1995, e “começamos olhando a princípio a di-



LUIZ HENRIQUE VALVERDE, IBRI

versidade no Conselho e, em seguida, avançamos para ver questões de diversidade em termos de funcionários e força de trabalho”, ressaltou.

Gaffuri destacou “a disparidade salarial entre homens e mulheres. Às vezes, vemos políticas sendo implementadas e tudo está indo bem, mas, no final, se olharmos as estatísticas salariais em diferentes níveis de responsabilidade dentro de uma organização ainda há muitas diferenças. Varia de país para país, mas ainda há muito a se fazer”.

ENCERRAMENTO

“É uma grande satisfação realizar o encerramento do segundo e último dia do 25º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que foi um sucesso. Tivemos 717 inscritos, representando 223 empresas e participação de 581 pessoas no evento. Ficamos muito satisfeitos. Espero que vocês também tenham ficado satisfeitos com a

realização e a qualidade deste evento”, destacou o presidente executivo do IBRI, **Luiz Henrique Valverde**, ao final do Encontro de RI.

Valverde lembrou que o evento ocorre ininterruptamente desde 1999, sempre em uma parceria entre ABRASCA e IBRI, com o apoio das principais instituições do mercado de capitais brasileiro. “A edição atual é muito importante para nós, uma vez que marca os 25 anos de evento, uma oportunidade única para networking e acompanhamento das novidades e perspectivas do mercado”, afirmou.

O presidente executivo do IBRI enfatizou os três pilares de atuação do IBRI: educação, networking e atuação institucional “e nosso mindset é aplicar esses pilares ao longo da jornada do RI. A realização deste evento e de eventos como este está totalmente alinhada com a nossa filosofia”, concluiu.

O 25º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais contou com o patrocínio das seguintes empresas: Brasil, Bolsa, Balcão (B3); Banco do Brasil; blendOn; Bradesco; BTG Pactual; Cescon Barriou Advogados; Closir; Deloitte; Itaú Unibanco; Luz Capital Markets – Printer; MZ; Petrobras; Report; S&P Global Market Intelligence; Sumaq; TheMediaGroup; VALE; e Valor Econômico. Parceiros de mídia: Portal Acionista e Revista RI.

Além disso, houve o apoio institucional das seguintes entidades: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP); Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC); Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (ANCORD); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (APIMEC Brasil); CFA Society Brazil; Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (CORECON-SP); Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade (FACP-CS); Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (IBEF-SP); Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON); e Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBRADEMP).

Para mais informações, acessar:
<https://www.encontroderi.com.br>

14^o

ENCONTRO ABRASCA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte

REALIZAÇÃO

abrasca



Novidades em Contabilidade e Auditoria

 **30/set - Presencial**

 **01/out - 100% Online**

 **Hotel Blue Tree Faria Lima**
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3989,
São Paulo - SP

PATROCINADORES

blendON

 **bradesco**

 **PETROBRAS**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMAQ

THE MEDIA GROUP

ECONÔMICO
Valor

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS DE MÍDIA

 **ACIONISTA**

 **RI**

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP / ABVCAP / ANCORD / APIMEC BRASIL
FACPCS / IBEF SP / IBRACON / IBRI

Renata Oliva Battiferro e Luiz Valverde participam de evento do **Estudo Global do Formulário de Referência 2024** da MZ

Renata Oliva Battiferro, presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), e Luiz Henrique Valverde, presidente executivo do Instituto, participaram do evento Estudo Global FRE 2024 da MZ, no dia 14 de junho de 2024, na MZ Arena.

Durante o evento, houve a exposição da quarta edição do Estudo Global do FRE (Formulário de Referência), que apresenta um panorama detalhado dos Formulários de Referência divulgados pelas empresas de capital aberto em 2024. O estudo analisou dados de 346 companhias listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e oferece uma visão geral abrangente de todas as empresas analisadas, bem como visões específicas para as 83 empresas listadas no IBOVESPA e as 119 presentes no Índice Small Caps.

As 346 empresas analisadas no estudo foram divididas em 20 setores, com o Varejo sendo aquele com a maior quantidade de empresas. E ao separar as empresas por segmento de listagem, 54% pertencem ao Novo Mercado, segmento com a maior quantidade de obrigações de Governança Corporativa da B3.

Um dos pontos que o estudo abordou foram os cargos de diretor(a) presidente e diretor(a) de Relações com Investidores e descobriu-se que eles são ocupados por pessoas diferentes em 83 das empresas negociadas na B3 e menos de 5% do cargo de presidentes são ocupados por mulheres.

Com relação às práticas ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança), 73,4% das companhias afirmam adotar práticas ESG, sendo 67,7% com periodicidade anual e o principal formato de divulgação elencado pelas companhias foi por meio do Relatório de Sustentabilidade, sendo citado por 81,9% das empresas.

PALESTRA

Na ocasião, Renata Oliva Battiferro realizou palestra sobre “Geração de Valor”, tendo como moderador PH



As 346 empresas analisadas no estudo foram divididas em 20 setores, com o Varejo sendo aquele com a maior quantidade de empresas. E ao separar as empresas por segmento de listagem, 54% pertencem ao Novo Mercado, segmento com a maior quantidade de obrigações de Governança Corporativa da B3.



Zabisky, CEO da MZ. Com 20 anos de experiência na área de RI (Relações com Investidores), a presidente do Conselho de Administração do IBRI compartilhou sua visão sobre os resultados do estudo da MZ, a relação entre as práticas de sustentabilidade e governança e a geração de valor, bem como formas de comunicar as ações de ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança). Ela chamou atenção para a importância da comunicação de forma eficiente e proativa.

“Como o RI vai trazer os resultados deste estudo para dentro da empresa?”, questionou PH Zabisky. Renata Oliva Battiferro observou que ainda há poucas mulheres em cargos de liderança e reforçou que as empresas devem olhar a métrica do mercado e ver em que patamar estão com relação



RENATA OLIVA BATTIFERRO, IBRI e PH ZABISKY, MZ

“

O trabalho de educação que o IBRI faz é muito importante. O IBRI pode ajudar no sentido de estimular networking. Os profissionais de RI associados ao IBRI agregam ao

compartilharem experiências.”

ao que foi abordado pelo estudo da MZ. “O estudo é muito rico e é uma oportunidade para as empresas melhorarem”, afirmou.

A presidente do Conselho de Administração do IBRI falou sobre o papel do Instituto na disseminação e incentivo às boas práticas do mercado, especialmente na promoção de eventos, cursos e debates sobre temas cotidianos do profissional de Relações com Investidores. “O trabalho de educação que o IBRI faz é muito importante”, acrescentou PH Zabisky. “O IBRI pode ajudar no sentido de estimular networking. Os profissionais de RI associados ao IBRI agregam ao compartilharem experiências”, comentou Renata Oliva Battiferro.

Antes de concluir, Renata Oliva Battiferro deu um último recado aos profissionais de RI presentes no evento: “Estudem. Leiam a regulamentação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), do mercado internacional e observem muito!”, concluiu.

Para acompanhar o evento na íntegra, basta acessar: <https://www.youtube.com/live/RdyMkJQNmCc>

Larissa Boness é a profissional feminina mais jovem a ganhar o Prêmio APIMEC IBRI

Com apenas 22 anos, ela venceu a premiação na categoria **Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap** e já tem no currículo grandes experiências.

“Trabalho com RI desde o início da minha carreira, comecei como jovem aprendiz na Camil Alimentos e já ingressei na área de Relações com Investidores. Foi quando decidi estudar e fazer o curso de Administração para seguir na área. Em seguida, passei por outros departamentos da empresa como Finanças, Marketing e Jurídico, mas o que mais chamou a minha atenção foi RI. Desde então trabalhei na área de RI da Via Varejo e agora estou na Estapar Estacionamentos”, resume sobre sua experiência profissional Larissa Boness, analista de Relações com Investidores da Estapar.

Ela é a profissional de Relações com Investidores feminina mais jovem a ganhar o Prêmio APIMEC IBRI. Com 22 anos, Larissa Boness venceu a premiação na categoria Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap. Segundo ela, foi uma surpresa ouvir seu nome como vencedora na edição de 2023. “Pesquisei sobre a premiação e vi que a primeira edição foi em 2020. Observei também que de lá para cá houve um aumento nas categorias. Acho muito interessante o trabalho que tem sido feito para se ter mais variedade de profissionais e o que me marcou na última edição que eu ganhei foi o discurso da Lucy Sousa, presidente da APIMEC Brasil”, destaca.

Em seu discurso, Lucy Sousa ressaltou a participação feminina no mercado de capitais e para Larissa Boness a mensagem da presidente da APIMEC Brasil foi muito encorajadora. “É muito importante nos enxergarmos neste ambiente e a mulher pode estar em qualquer lugar que ela desejar”, opina.

A premiação, idealizada pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e pela APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil), tem o objetivo de premiar as melhores práticas e contribuir para construir um mercado de capitais cada vez mais forte, transparente e equânime. Além de agradecer os profissionais que foram destaque ao longo do ano. Em 2024, a 5ª edição do Prêmio acontece no dia 28 de novembro de 2024, no Blue Tree Premium Faria Lima, em São Paulo (SP).



LARISSA BONESS, Estapar

Para Larissa Boness, um fato marcante de sua carreira foi o acompanhamento e a preparação de um Relatório de Sustentabilidade. “Despertou um interesse muito grande em mim por essa área e ver como este movimento vem ocorrendo no mercado”, afirma.

Ao falar de suas fontes de inspiração na profissão, ela cita Jenifer Nicolini Viani, gerente de Relações com Investidores e ESG na Camil Alimentos, sua primeira gestora na área de RI. “Ela desenvolveu meu potencial profissional e pude explorar novos horizontes. Jenifer Nicolini Viani é uma profissional ímpar e um grande diferencial no mercado de RI”, comenta.

Larissa Boness também faz menção a Raquel Maia, fundadora da RM Cia 360. Raquel Maia é “muito forte em grandes



Muito tem se falado sobre inteligência artificial para entender como será aplicada ao dia a dia de RI. Vejo muito a participação da área de RI com a de ESG e, por fim, a melhoria da comunicação em geral. Há movimentos bem interessantes como os debates proporcionados pela Revista RI e do próprio IBRI, AMEC, APIMEC Brasil e MZ.



indústrias, sem contar os trabalhos voluntários que realiza e as campanhas em que se engaja para fortalecer a imagem feminina no mercado de capitais”, destaca Larissa Boness.

CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE RI

Para a analista de RI da Estapar Estacionamentos, a capacidade analítica é a principal característica que o profissional de Relações com Investidores deve ter, além de possuir uma boa percepção de mercado. “Entender qual é a demanda dos stakeholders e, principalmente, como as outras empresas do setor tem se movimentado”, detalha. Na visão de Larissa Boness, dominar a língua inglesa e a capacidade de se comunicar com os diversos públicos que o RI se relaciona também devem fazer parte das habilidades do profissional.

No que diz respeito às tendências na área de RI, ela diz que “muito tem se falado sobre inteligência artificial para entender como será aplicada ao dia a dia de RI. Vejo muito a participação da área de RI com a de ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) e, por fim, a melhoria da comunicação em geral. Há movimentos bem interessantes como os debates proporcionados pela Revista RI e do próprio IBRI, AMEC, APIMEC Brasil e MZ. Tenho visto este senso de comunidade entre os profissionais de Relações com Investidores, que é muito importante”, enfatiza.

Para estar pronto para os desafios que vão surgindo, Larissa acredita que o profissional de RI não deve ter medo, por exemplo, de que “a inteligência artificial vai roubar o seu emprego”. “Com ferramentas mais tecnológicas, o trabalho humano do profissional de RI não tem nada comparável, pois temos que atuar em diversas frentes como societário, comunicação, entre outras atribuições. Acredito que no momento uma ferramenta não seria capaz de alcançar de forma completa a percepção humana de um profissional de RI em relação às nuances do comportamento do mercado”, exemplifica.

Se pudesse dar um conselho aos novos RIs que estão iniciando na área, Larissa Boness sugere que além de se dedicar à prática profissional, precisam se debruçar em temas societários, legislação, regulamentação, “pois é isso que vai trazer o diferencial técnico, ou seja, saber analisar as informações da Bolsa, quais são os parâmetros necessários para determinado documento e trazer esse tipo de expertise para o time. Também focar muito no que você tem de potencial. Às vezes, a pessoa é ótima com números, por exemplo, mas não tem a comunicação tão desenvolvida. É importante fortalecer tudo o que precisa para exercer a profissão, valorizando bastante a sua trajetória, qual é seu propósito, o que você quer para sua carreira”, conclui.

5ª EDIÇÃO DO PRÊMIO APIMEC IBRI

A 5ª edição do Prêmio APIMEC IBRI acontece no dia 28 de novembro de 2024, no Hotel Blue Tree Faria Lima, em São Paulo (SP). O evento acontece a partir das 19 horas e vai agradecer profissionais de Relações com Investidores, analistas e empresas em sete categorias: Melhor Analista de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários; Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap; Melhor Profissional de RI – Large Cap; Melhor Prática e Iniciativa de RI – Small/ Middle Cap; e Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap. O Prêmio já conta com o patrocínio das empresas: MZ e Innova. Aguarde mais informações.

SOBRE O PRÊMIO APIMEC IBRI

O 4º Prêmio APIMEC IBRI contou com o patrocínio das empresas: Patrocínio Diamante – B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); Patrocinadores Ouro – BNY Mellon; Innova All Around The Brand; Madrona Fialho Advogados; Mazars; e MZ.

Para mais informações, acesse o link:

<https://www.premioapimecibri.com.br/>

IBRI inicia jornada de capacitação para IFRS S1 e S2 com debate “Dados ESG: controles internos e asseguração”

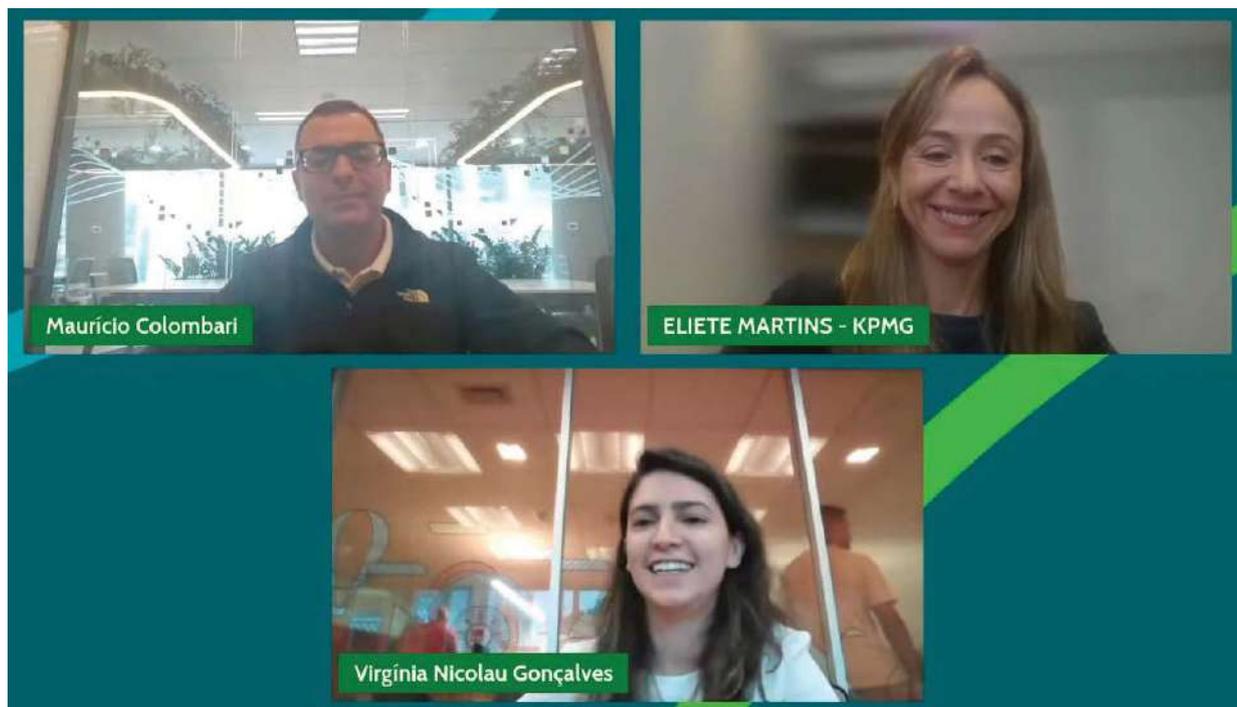
Especialistas nas áreas de controles internos e asseguração orientaram as companhias e RIs em como deve ocorrer a preparação para os novos desafios

por **JENNIFER ALMEIDA**

“Vamos falar hoje sobre dados ESG numa perspectiva de controles internos e asseguração. Tenho a honra de trazer a **Eliete Martins**, sócia de Governança Corporativa, Controles Internos e Sarbanes-Oxley da KPMG do Brasil, e **Maurício Colombari**, líder de Sustentabilidade da PwC Brasil, para apresentar um pouco do conhecimento que eles têm de pesquisas e experiências em relação a esse tema”, anunciou **Virgínia Nicolau Gonçalves**, gerente de Reporte ESG em Relações com Investidores do Itaú Unibanco e coordenadora da Comissão ESG do IBRI.

A Comissão ESG do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) deu início no dia 04 de junho de 2024 à “Jornada de capacitação para IFRS S1 e S2”. Serão realizados três webinars e o primeiro foi transmitido pelo canal do IBRI no YouTube e teve como tema “Dados ESG: controles internos e asseguração razoável”.

Virgínia Nicolau Gonçalves, que foi a moderadora do evento, ressaltou que a Comissão ESG do IBRI tem a intenção de apoiar as companhias na jornada de implementação das



MAURÍCIO COLOMBARI, PwC Brasil; **ELIETE MARTINS**, KPMG Brasil; e **VIRGÍNIA GONÇALVES**, Itaú Unibanco e IBRI



Com a obrigatoriedade da divulgação para as empresas abertas de acordo com calendário da CVM, o relatório de informações financeiras de sustentabilidade com as IFRS S1 e S2 deverá ser objeto de asseguração razoável por auditor externo.



normas IFRS S1 e S2. “IFRS S1 é mais geral sobre questões de sustentabilidade e S2 mais específica sobre mudanças climáticas. Há muito conteúdo e diante disso, decidimos fiatar o assunto para falar dos desafios. Hoje vamos focar em controle de dados ESG e o processo de migração de asseguração limitada para razoável, tendo em vista o que a CVM trouxe na Resolução 193 de que a evolução da asseguração dos dados é algo que se espera no contexto brasileiro”, destacou.

Eliete Martins ressaltou a importância de se discutir o tema ESG na perspectiva de Governança, controles e asseguração. “Acredito que este seja o próximo passo, de fato, que as companhias estão colocando nas agendas quando se fala sobre ESG”, comentou.

Com a obrigatoriedade da divulgação para as empresas abertas de acordo com calendário da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o relatório de informações financeiras de sustentabilidade com as IFRS (*International Financial Reporting Standards*, em português, Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) S1 e S2 deverá ser objeto de asseguração razoável por auditor externo.

A diferença entre asseguração limitada e razoável está no nível de entendimento de testes e controles que deverão ser realizados pelo auditor externo nas informações apresentadas no relatório. Em sua fala inicial, Maurício Colombari

disse que o tema é emergente e as empresas terão desafios nos próximos anos. Ele apresentou os resultados da pesquisa divulgada pela PwC, em abril de 2024: “Panorama atual da implementação do *International Sustainability Standards Board (ISSB)* no Brasil”. O estudo envolveu profissionais de companhias abertas de diversas áreas e buscou verificar o nível de familiaridade com os requisitos das normas ISSB.

RESULTADOS DO ESTUDO

Maurício Colombari informou que a ideia central do estudo foi ser um termômetro de como as empresas estavam em relação à preparação para a adoção das normas ISSB. Sendo assim, a primeira pergunta foi o nível de familiaridade com os requerimentos das normas IFRS S1 e S2. “Basicamente metade (51,4%) dos respondentes comentaram que estão pouco familiarizados com os requisitos e acredito que seja natural, pois os pronunciamentos acabaram de ser emitidos e é esperado que haja um processo de familiarização”, afirmou.

Na mesma pergunta, 32,4% afirmaram estar razoavelmente familiarizados com os requisitos das normas e já tem noção do tamanho dos desafios que há pela frente. Considerando o teor da Resolução 193 da CVM, quais resoluções refletem os planos atuais da sua empresa, 67,6% afirmaram que pretendem seguir o cronograma sugerido pela autarquia e implantá-lo em 2026. Apenas 29,6% avaliam antecipar a implementação.

Dentre os principais desafios para a implementação das normas, os respondentes apontaram muitas opções da lista prévia apresentada pela pesquisa. As que mais chamaram atenção, segundo Colombari, são: reporte de informações sobre a estrutura de governança para os temas de sustentabilidade; informações quantitativas sobre como os riscos e oportunidades de sustentabilidade podem afetar a posição patrimonial, geração de caixa e de resultados no curto, médio e longo prazos; a conexão entre as informações financeiras com as de sustentabilidade e, por fim, a necessidade de publicação das informações de sustentabilidade na mesma data que as financeiras.

De acordo com Maurício Colombari, a pesquisa da PwC mostrou que profissionais de diversas áreas das companhias abertas brasileiras entendem que novos padrões de sustentabilidade já são uma realidade e representam um desafio para as organizações. Apesar do curto período desde a publicação das normas, muitas organizações já mostram avanços tanto no que se refere ao entendimento dos requisitos como

na formação de profissionais e na adequação das políticas e dos processos e controles internos relacionados à sustentabilidade.

“É muito bom ver os resultados da pesquisa, especialmente para as empresas e profissionais que estão se preparando, buscando entendimento das normas, compreender como está a percepção do mercado. Pelos resultados que você trouxe, mostra que há muito para ser implementado e digerido para se ver o benefício no final dessa transição”, observou Virgínia Nicolau Gonçalves.

DESAFIOS

Eliete Martins apresentou a visão de controles internos, o que as empresas já têm implementado e o que virá a seguir. “Como foi apontado pela pesquisa que o Maurício Colombari acabou de apresentar, um dos principais desafios que as empresas enfrentarão tem relação com os controles internos”, comentou.

Percebe-se, como ela enfatizou, que o conjunto de regulações sobre a temática ESG traz a necessidade de as companhias divulgarem informações ESG conectadas com a estratégia, o propósito, a governança e os valores éticos que são estabelecidos. “Automaticamente passa a ter também uma necessidade de as companhias se preocuparem com a questão da transparência e reporting dessas informações e o quanto elas possuem de um ambiente de gestão de riscos e controles que vão respaldar a qualidade, a integridade e a precisão daquilo que é divulgado ao mercado. E isso se conecta com os princípios de governança na agenda ESG”, detalhou.

Eliete Martins explicou que houve um movimento de pressão dos stakeholders a respeito da divulgação das informações de sustentabilidade e, com isso, novas regulamentações sobre o que é divulgado surgiram, e, conseqüentemente, a governança da companhia precisa estar atenta a esses movimentos e começar a refletir o quanto está incluindo o tema disclosure ESG na agenda de discussões com relação ao que está divulgando e comunicando ao mercado.

Eliete Martins fez menção à pesquisa realizada pelo Audit Committee Institute da KPMG junto a vários membros de Comitê de Auditoria sobre quais temas farão parte das prioridades da agenda dos órgãos de Governança Corporativa. Para o ano de 2024, além da qualidade da demonstração financeira – que acaba sendo sempre a prioridade número um – foi incluído também o papel do Comitê de Auditoria no estabelecimento da governança, dos papéis e responsabilidades sobre



É muito bom ver os resultados da pesquisa, especialmente para as empresas e profissionais que estão se preparando, buscando entendimento das normas, compreender como está a percepção do mercado.



as informações ESG divulgadas por meio dos seus relatórios de sustentabilidade.

“O Comitê de Auditoria tem que estar como prioridade na agenda, pois ele deve assegurar a integração entre as diversas áreas na construção do relatório. O ambiente de tecnologia também é muito importante para mapear as fontes e a asseguaração que vem de terceiros”, enfatizou Eliete Martins.

Para Virgínia Nicolau Gonçalves, o principal desafio nessa jornada de transição é a conexão entre as áreas de Finanças, ESG, Governança Corporativa, Tecnologia da Informação e sistemas.

Maurício Colombari chamou atenção para a preparação antecipada e disse que é preciso estabelecer um plano de ação, pensando nos papéis e responsabilidade de cada área. “Esta é a chave do sucesso. Existe a tendência de deixar tudo para a última hora e as empresas vão correr um risco desnecessário”, finalizou. Ao final do evento, Virgínia Nicolau Gonçalves agradeceu a partilha de conhecimento dos palestrantes e encerrou o webinar.

Para acessar a pesquisa da PWC “Panorama atual da implementação do International Sustainability Standards Board (ISSB) no Brasil”, basta clicar no link abaixo:

<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2024/panorama-atual-da-implementacao-do-international-sustainability-standards-board-ISSB-no-brasil.html>

Para assistir ao webinar na íntegra, basta clicar no link: <https://www.youtube.com/watch?v=q04gS3-vcO4>



Créditos nos programas de educação profissional continuada

APIMEC Brasil - 8 créditos | IBGC - 4 créditos | CFC - 6 créditos

Data e Local

Data: 30/10/2024 (quarta-feira) Horário: 8:00 hs às 18:00 hs

Local: Evento híbrido, em plataforma digital fechada e parte presencial, limitada, no CRC-SP, na Rua Rosa e Silva, 60 - Santa Cecília, São Paulo - SP.
O evento contará com tradução simultânea inglês/português

Programação

8:00 hs - Credenciamento

8:30 hs - INÍCIO

- Haroldo R. Levy Neto - Coordenador Geral - XXI Seminário Internacional FACPCS

8:40 hs - ABERTURA

- Palestrante: João Carlos Castilho Garcia - Presidente - CRCSP
- Palestrante: Sebastian Yoshizato Soares - Presidente do Conselho Curador - FACPCS
- Palestrante: Aécio Prado Dantas Júnior - Presidente - CFC
- Palestrante: José Luiz Ribeiro de Carvalho - Presidente - GLENIF/GLASS

9:10 hs - HOMENAGENS

9:30 hs - 1º Painel: IFRS 18 - Demonstrações Primárias

- Palestrante: Patrick Oliveira Matos - Membro - IFRS Foundation

10:30 hs - DEBATES

11:00 hs - COFFEE BREAK

11:30 hs - 2º Painel: IFRS 51 e 52 - Implementação e vantagens

- Palestrante: Eduardo Flores - Coordenador Técnico - CBPS - Membro - CPC

12:30 hs - DEBATES

13:00 hs - ALMOÇO

14:20 hs - 3º Painel: FICE - Instrumentos Financeiros com Características de Equity; Equivalência Patrimonial e visão geral dos projetos do IASB

- Palestrante: Tadeu Cendon - Board Member - IASB

15:20 hs - DEBATES

15:50 hs - COFFEE BREAK

16:10 hs - 4º Painel: Informações sobre sustentabilidade e seus reflexos nas demonstrações: o que contabilizar e o que divulgar?

- Debatedor: Leandro Ardito - Coordenador de Relações Internacionais - CBPS

17:10 hs - DEBATES

17:35 hs - ENCERRAMENTO

- Palestrante: Edison Arisa Pereira - Presidente - FACPCS

- Haroldo R. Levy Neto - Coordenador Geral - XXI Seminário Internacional FACPCS

18:00 hs - FIM

Inscrições abertas no site: www.eventos.facpcs.org.br

Investimento - Participação Online	Até 30/08/2024	Até 30/09/2024	Até 25/10/2024
Professores e Estudantes	R\$ 207,90	R\$ 219,45	R\$ 231,00
Associado das entidades membro da FACPCS, Colaboradores dos Patrocinadores e Assinantes dos Apoadores de Divulgação	R\$ 490,05	R\$ 517,28	R\$ 544,50
Associado dos apoiadores	R\$ 821,70	R\$ 867,35	R\$ 913,00
Outros participantes	R\$ 1.366,20	R\$ 1.442,10	R\$ 1.518,00
Investimento - Participação Presencial	Até 30/08/2024	Até 30/09/2024	Até 25/10/2024
Professores e Estudantes	R\$ 360,90	R\$ 380,00	R\$ 400,00
Associado das entidades membro da FACPCS, Colaboradores dos Patrocinadores e Assinantes dos Apoadores de Divulgação	R\$ 720,00	R\$ 760,00	R\$ 800,00
Associado dos apoiadores	R\$ 1.125,00	R\$ 1.187,00	R\$ 1.900,00
Outros participantes	R\$ 1.800,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.000,00



INTERESSADOS EM PATROCINAR O EVENTO PODEM ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL: SEMINARIOFACPCS@FACPCS.ORG.BR

Realização



Organização



Suporte



Apoio Operacional



Apoio de Divulgação



Coordenação

Ana Tércia Lopes Rodrigues, Carl Douglas, Edison Arisa, Eduardo Flores, Guillermo Braunbeck, Haroldo R. Levy Neto, Leandro Ardito, Rogério Mota, Verônica Souto Maior, Zulmir Breda

Patrocínio Master



Patrocínio Pleno



Apoio Institucional

ABAI | ABRACON | ABRACONEE | ABVCAP | ANCORD | ANEFAC | ANPCONT | CRA-SP | FEA-RP/USP | FUNDACE | IBEF-SP | SINDCONT-SP

IBRI participa de cerimônia do Prêmio Raymundo Magliano Filho de Cidadania Financeira

Rodney Vergili, Coordenador da Comissão de Comunicação Institucional do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), participou da cerimônia de premiação da edição 2024 do Prêmio Raymundo Magliano Filho de Cidadania Financeira, promovido pelo INB (Instituto Norberto Bobbio), que aconteceu no dia 13 de junho de 2024, na Arena B3, em São Paulo (SP).

A premiação destaca trabalhos acadêmicos em âmbito nacional que desenvolvam pesquisas relacionadas à cidadania financeira. Também são auferidos, a título de homenagem, selos de reconhecimento a instituições do terceiro setor, autoridades, personalidades e influencers, que tenham desenvolvido iniciativas, projetos, produtos e serviços relacionados à cidadania financeira, de acordo com as categorias: Educação Financeira; Proteção do Investidor e Eficiência Regulatória; além de Inovação e Inclusão Financeira.

O Instituto Norberto Bobbio é uma instituição sem fins lucrativos e que se dedica a ajudar pessoas e instituições a compreenderem complexos desafios. A segunda edição do Prêmio Raymundo Magliano Filho, criado em homenagem ao ex-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e fundador do INB, reconhece iniciativas e teses voltadas para o fortalecimento da cidadania financeira, ou seja, o exercício de direitos e deveres para permitir ao cidadão tomar decisões financeiras conscientes e bem-informadas.

Luis Abdal foi o mestre de cerimônias do Evento e destacou na abertura da solenidade as razões da Edição do Prêmio Raymundo Magliano Filho ter como tema a Cidadania Financeira.

“Cidadania financeira é o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros, algo extremamente importante nos dias de hoje. Ou seja, gerenciar suas receitas, o uso consciente do crédito e poupar ativamente. No entanto, é importante salientar que a plena implementação e o avanço da cidadania financeira dependem, igualmente, do conhecimento efetivo de como funciona o sistema financeiro. Nesse sentido, o desenvolvimento da

“

O desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio da inclusão financeira, da educação financeira, da proteção do consumidor de serviços financeiros e da participação no diálogo sobre o sistema financeiro. Entender esses conceitos e praticá-los tornam os brasileiros cidadãos participantes e praticantes da Economia Real.”

”

cidadania financeira se dá por meio da inclusão financeira, da educação financeira, da proteção do consumidor de serviços financeiros e da participação no diálogo sobre o sistema financeiro. Entender esses conceitos e praticá-los tornam os brasileiros cidadãos participantes e praticantes da Economia Real”, enfatizou Abdal.

O prêmio é dedicado a alunos das áreas de Direito, Economia e Administração. Foram agraciados nove finalistas nos níveis de pós-graduação lato sensu, além de mestrado e doutorado, nas categorias Educação Financeira, Proteção do Investidor e Eficiência Regulatória, Inovação e Inclusão Financeira.

A cerimônia contou com a presença de representantes de várias entidades e autoridades do mercado financeiro, estudantes, pesquisadores e a comissão avaliadora do prêmio. Na

abertura, Felipe Paiva, diretor de Relacionamento com Clientes, Pessoas Físicas e Educação da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), e Marina Copola, diretora da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), discutiram sobre a importância de aproximar a área acadêmica da iniciativa privada. Houve premiações com selos de reconhecimento para projetos focados nas áreas. Na área de Educação Financeira, foi entregue para Desafio de Dados (Datathon) de Moedas Digitais; já em Proteção do Investidor e Eficiência Regulatória foi para fintech AmFi Finance: plataforma de tokenização; e em Inovação e Inclusão financeira para Cofrinho – Educação Financeira.

Pesquisadores receberam, também, prêmios pelo trabalho. Na categoria Educação Financeira, três mulheres foram premiadas. **Amanda Miranda Fantinatti** (FGV-EESP) levou o primeiro lugar com o tema "Essays on Consumer Credit"; o segundo lugar ficou com **Marina Bagatin de Souza Moreira do Prado**, da Universidade Federal do Paraná, pela pesquisa "Endividamento familiar: um estudo de caso com os servidores públicos da Universidade Federal do Paraná"; e o terceiro para **Talita da Silva Andrade**, da Universidade Federal de Pernambuco, pela pesquisa "Vulnerabilidade do consumidor e bem-estar financeiro".

"Esse é o resultado da minha tese de doutorado. Nessa busca conseguimos mostrar com resultados que pessoas que têm mais Educação Financeira conseguem pagar uma taxa de juros menor. Ou seja, só por terem esse conhecimento, já tomam melhores decisões. Fiquei muito contente desse reconhecimento por uma pesquisa que tem o potencial de mudar a vida das pessoas que mais precisam", enfatizou Amanda Miranda Fantinatti.

Na categoria Proteção do Investidor e Eficiência Regulatória, **João Paulo Atilio Godri** (PUC-PR) levou o primeiro lugar; em segundo **André de Souza do Nascimento** (UFPR) e terceiro **Renan do Nascimento Couto** (UERJ).

João Paulo Atilio Godri, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, obteve o primeiro lugar na Categoria Proteção do Investidor e Eficiência Regulatória com a pesquisa "Impactos da reforma da Lei de Falências e Recuperação de Empresas em 2020 nas operações de securitização e o risco de crédito". André de Souza do Nascimento, da Universidade Federal do Paraná, obteve o segundo lugar com a pesquisa "Impacto das fusões e aquisições sobre o spread bancário do Brasil (1996-2021)". Renan do Nascimento Couto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), obteve o terceiro lugar

com a pesquisa "Tributação das criptomoedas: a influência do direito monetário para uma tributação além do Imposto de Renda por ganho de capital".

A categoria Inovação e Inclusão encerrou a entrega de premiações e **Marcus Paulus de Oliveira Rosa** (UERJ) levou o primeiro lugar; em segundo **Frederico Barbosa Bez Batti** (UFPR); e em terceiro **William Marinho de Souza** (FGV-EAESP).

Na Categoria Inovação e Inclusão Financeira, Marcus Paulus de Oliveira Rosa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, conquistou o primeiro lugar com a pesquisa "Lei nº 12.865/2013 e o fenômeno dos neobancos, à luz do sistema jurídico brasileiro". Frederico Barbosa Bez Batti, da Universidade Federal do Paraná, obteve o segundo lugar pela pesquisa "Diversificação e previsibilidade: uma análise de componentes principais sobre o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba". William Marinho de Souza, da FGV-EAESP, alcançou o terceiro lugar com a pesquisa "Análise contrafactual do Open Finance e seu impacto no saldo de crédito e inadimplência em pessoas jurídicas: uma abordagem de microdados".

"O Instituto busca fortalecer a sociedade civil e aprofundar a experiência democrática por meio da ampliação da participação e da consciência cidadã. Este ano decidimos nos direcionar para a área financeira, que era o foco da atuação do Raymundo Magliano Filho. Acreditamos que a premiação é uma forma de incentivar estudantes e pesquisadores a contribuir de maneira efetiva para a ampliação da cidadania financeira, seja por meio da tecnologia ou de ideias para simplificar o acesso a serviços e informações", afirma **César Mortari Barreira**, diretor-executivo do INB (Instituto Norberto Bobbio).

Barreira visitou mais de 30 universidades em 6 estados do Nordeste, para divulgar a realização do prêmio. O objetivo é nacionalizar a premiação, para que não fique restrita ao Estado de São Paulo e assim chegue a estudantes que normalmente não seriam alcançados.

Os premiados levaram valores em dinheiro, além da possibilidade de publicação de síntese/resumo do trabalho na Revista do INB e ampliação da divulgação dos temas, além do campo acadêmico. No segundo semestre de 2024, os vencedores poderão fazer parte da Jornada da Cidadania Financeira, realizando seminários em outras universidades, divulgando seus trabalhos e ajudando a informar novos es-

tudantes da realização do prêmio, para que se tornem futuros participantes.

Criado por **Raymundo Magliano Filho** em 2010, o INB está expandindo sua atuação. “Nosso objetivo é crescer cada vez mais, reconhecendo pesquisas e iniciativas em diferentes áreas ligadas à ampliação da cidadania e da consciência cidadã. Acreditamos que premiar estudantes é uma forma de incentivá-los, ajudando a crescerem e estimular novas ideias. Temos muitos projetos em desenvolvimento”, conta César Barreira, que confirma a terceira edição com novidades para 2025.

SOBRE O INSTITUTO NORBERTO BOBBIO

Fundado em 2010 por Raymundo Magliano Filho, ex-presidente da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), o INB (Instituto Norberto Bobbio) é uma associação sem fins lucrati-

vos que objetiva fortalecer a sociedade civil e aprofundar a experiência democrática no Brasil, por meio da ampliação da participação e da consciência cidadã. Além de atuar na produção de conhecimento científico, o INB promove reflexões e debates sobre os desafios da nossa sociedade, especialmente aqueles relacionados às temáticas da democracia, direitos humanos, cultura e tecnologia. Entre suas frentes de atuação estão a publicação de livros, revistas científicas e textos livres; formação complementar acadêmica, educacional e profissionalizante; curadoria de conteúdo para cursos livres, pós-graduação e treinamento interno; incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia no Brasil por meio da realização de premiações, eventos, seminários, palestras, entre outros.

Para mais informações, basta acessar:

<https://inb.org.br/prmf-2024/>

IBRI realiza Perception Study

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) vai realizar um *Perception Study* junto aos seus associados, ex-associados e fornecedores de produtos e serviços com o objetivo de identificar as oportunidades de geração de valor para os associados e integrantes do ecossistema de relacionamento da entidade. E, a partir daí, incorporar oportunidades no Plano de Ação do Instituto. Para conduzir o estudo, foi contratada a empresa de Consultoria **FG-IR**. O projeto tem duração estimada de três meses. Alguns dos associados podem vir a ser contatados por **Fabiane Goldstein**, sócia da FG-IR, para participar do estudo. Aguardem mais informações em breve.

Novos Associados do IBRI

No período junho e julho de 2024, o IBRI registrou um total de onze novos associados das seguintes empresas: **Cagece** (Companhia de Água e Esgoto do Ceará); **CBA** (Companhia Brasileira de Alumínio); **Cemig** (Companhia Energética de Minas Gerais); **Eternit**; **Lojas Renner**; e **Solar Bebidas**.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Renata Oliva Battiferro (GERDAU) | Vice-Presidentes: Alessandra Eloy Gadelha e André Luiz Carneiro de Vasconcellos (RIO SECURITIZAÇÃO) | Conselheiros: Bruna Rodrigues Gambôa (BLAU FARMACÊUTICA); Carolina Senna (CEMIG); Eduardo Pavanelli Galvão (CI&T); Geraldo Soares Leite Filho (ITAÚ UNIBANCO); Guilherme Setubal Souza e Silva (DEXCO); Janaína Storti Prandina (BANCO DO BRASIL); Melissa Angelini (PROCAPS GROUP); Renata Costa Couto (AFYA EDUCACIONAL); e Sandra Silva Calçado (LOG-IN LOGÍSTICA)

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Luiz Henrique Valverde; Superintendente: Luiz Roberto Cardoso; Diretora Regional São Paulo: Natasha Utescher (AURA MINERALS); Diretora Regional Minas Gerais: Marina de Magalhães Miranda (GRUPO PH); Diretora Regional Rio de Janeiro: Carla Dodsworth Albano Miller (ELETROBRAS); Diretor Regional Sul: Alceu Demartini de Albuquerque (GRENDENE); Diretor Jurídico: Emerson Drigo da Silva (VDV Advogados); e Diretor Financeiro: Rafael Mingone (ESTAPAR)

A importância do conhecimento em ESG para integrar Conselhos e Comitês nas empresas

Qualquer pessoa que decida abrir uma empresa poderá observar que o processo não se limita à documentação de cunho administrativo. Dependendo do tipo de negócio é preciso apresentar um estudo de impacto ambiental aos órgãos competentes, só para citar um exemplo de exigência comum.

por **ROBERTO GONZALEZ**

Estou falando da abertura, mas enquanto a empresa existir seu gestor deverá se preocupar com outras exigências que vão do recolhimento de impostos, manutenção das boas condições de trabalho, a contratação formal de funcionários, entre outras de uma extensa lista.

E não pense que são exigências para grandes companhias apenas. As regras valem para todos. Uma pequena sorveteria de bairro está sujeita às normas, e a complexidade das exigências varia conforme o tipo de empresa. Naturalmente menor para estabelecimento que apenas vende sorvetes e maior para o que fabrica o produto que venderá ao consumidor. Há mais exigências para indústrias químicas e menos para negócios da área de serviços, mas há regras para todo tipo de negócio e tudo depende do impacto que ele pode causar no meio ambiente e na sociedade.

Para os leigos, tanta regra só serve para tornar o ambiente de negócios menos amigável e atrativo. Mas não é bem por aí. Claro que dificulta. Porém, a legislação atende às demandas da sociedade. Ninguém quer beber água contaminada com algum produto químico prejudicial à saúde, então, é preciso que as empresas do ramo adotem determinados procedimentos para evitar o descarte de resíduos em locais inapropriados. Necessário se faz fiscalizar se os procedimentos estão sendo cumpridos.

O negócio tem de ser bom e lucrativo para seu proprietário ou para o conjunto de acionistas, mas não pode ser preju-

“

Uma pequena sorveteria de bairro está sujeita às normas, e a complexidade das exigências varia conforme o tipo de empresa. Naturalmente menor para estabelecimento que apenas vende sorvetes e maior para o que fabrica o produto que venderá ao consumidor. Há mais exigências para indústrias químicas e menos para negócios da área de serviços, mas há regras para todo tipo de negócio e tudo depende do impacto que ele pode causar no meio ambiente e na sociedade.

”



É muito importante que os executivos estejam bem preparados para o tema ESG, principalmente se forem participar de algum conselho. A literatura disponível é farta. Há livros e sites sobre o assunto. O IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) fornece um rico conteúdo a respeito. Instituições de ensino como FGV, ESPM, FIPECAFI, FECAP e FIA Business School, só para citar algumas, oferecem cursos de extensão.



dicial para a sociedade e para a natureza. Décadas atrás não havia esta preocupação, mas conforme os problemas foram surgindo ficou claro que é preciso haver regras também para a livre iniciativa. E tudo isso que estou dizendo é para mostrar que o processo para a manutenção de uma empresa é complexo – e olha que eu nem ao menos citei questões como ética, compliance, multas por descumprimento de leis etc.

Tal complexidade exige que os executivos integrantes de conselhos de administração, consultivo ou de comitês de sustentabilidade e de auditoria, entre outros, tenham cada vez mais conhecimento sobre os conceitos e práticas ESG. Porque se há alguns anos a preocupação dos empresários se limitava às questões financeiras, ao tamanho do lucro, hoje, por causa das mudanças que o mundo vem sofrendo, a preocupação é saber não apenas o tamanho do lucro, mas principalmente de que forma ele foi obtido.

A empresa lucrou respeitando a legislação ambiental ou todo o processo exigiu burlar a lei para emitir mais fumaça na atmosfera? Foi necessário subornar algum fiscal? Participar de algum “esqueminha” para vencer licitações? Omitir algum defeito na linha de produtos? Ou seja, cada vez mais a maneira como uma empresa obteve seus bons resultados e o impacto que isso causou importa. Até porque, além das demandas da sociedade serem urgentes, o avanço da tecnologia da informação com o aperfeiçoamento da Inteligência Artificial facilita o trabalho de fiscalização. A cada ano que passa fica mais difícil esconder um ato de sonegação, o descarte de produtos no solo ou nos rios, a emissão de gases na atmosfera. No futuro, tudo será rastreável.

Então, imagina ser convidado para integrar um comitê ou um conselho e não ter conhecimento sobre o tema ESG? Um profissional assim pouco pode ajudar. É preciso saber sobre o “G” de governança, mas compreender que qualquer opinião e toda decisão visando questões financeiras – que é o que movimenta qualquer negócio – considere sempre as letras “E” de environmental (ambiental) e “S” de social. Tenha em mente que não existe o “G” sem o “E” e o “S”.

Por todas as razões citadas é muito importante que os executivos estejam bem preparados para o tema ESG, principalmente se forem participar de algum conselho. A literatura disponível é farta. Há livros e sites sobre o assunto. O IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) fornece um rico conteúdo a respeito. Instituições de ensino como FGV, ESPM, FIPECAFI, FECAP e FIA Business School, só para citar algumas, oferecem cursos de extensão.

O que não se pode fazer é ficar parado e pensar que entender de finanças e de gestão nos moldes tradicionais já basta. Sendo assim, prepare-se, porque o ESG é o futuro das relações econômicas e sociais. **RI**



ROBERTO GONZALEZ

é consultor de governança corporativa e ESG e conselheiro independente de empresas. É autor do livro “Governança Corporativa - O Poder de Transformação das Empresas”. roberto.gonzalez@uol.com.br

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor PRO

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.



BrazilFoundation

XXI NEW YORK GALA

Celebrando a **Filantropia Brasileira:**
Em Solidariedade ao Rio Grande do Sul

19 de setembro de 2024
The Plaza Hotel, New York

Junte-se a nós!



brazilfoundation.org